

Fredie Didier Jr.

Curso de **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Introdução ao Direito
Processual Civil,
Parte Geral e Processo
de Conhecimento

1

27^a

Edição

REVISTA
ATUALIZADA
AMPLIADA

2025



EDITORA
Jus **PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota do autor à 27ª edição	27
Nota do autor à 17ª edição.....	29
Prefácio.....	33
Capítulo 1 ► Introdução ao Direito Processual Civil	37
1. Introdução	37
2. Conceito de processo. A complexidade como característica constitutiva do processo....	38
3. Teoria Geral do Processo, Ciência do Direito Processual Civil e Direito Processual Civil ...	43
4. Direito processual Civil, Sistema da Justiça civil ou do que se ocupa um processualista civil.....	47
5. Processo e direito material. Instrumentalidade do processo. Relação circular entre o direito material e o processo.....	54
6. Algumas características do pensamento jurídico contemporâneo.....	57
7. Neoconstitucionalismo, neoprocessualismo ou formalismo valorativo. A atual fase metodológica da ciência do processo.....	61
8. A ciência do processo e a nova metodologia jurídica	64
8.1. Constituição e processo. O art. 1º do CPC	64
8.2. Princípios processuais.....	66
8.3. A nova feição da atividade jurisdicional e o Direito processual: sistema de precedentes, criatividade judicial e cláusulas gerais processuais.....	70
8.4. Processo e direitos fundamentais.....	73
9. A tradição jurídica brasileira: nem <i>civil law</i> , nem <i>common law</i>	75
10. O CPC e os microsistemas processuais civis	78
10.1. Nota introdutória.....	78
10.2. Microsistemas surgidos durante a vigência do CPC-1973. Os casos dos microsistemas do processo coletivo, da arbitragem, dos Juizados Especiais e dos processos de controle concentrado de constitucionalidade dos atos normativos.....	79
10.3. Microsistemas processuais (não exclusivamente civis) embutidos dentro do CPC-2015	83
Capítulo 2 ► Norma jurídica processual	85
1. Conceito de norma jurídica processual	85
2. Fontes da norma jurídica processual.....	85

3. <i>Soft law</i> e o Direito Processual.....	92
4. Aplicação da norma jurídica processual no tempo.....	95
Capítulo 3 ► Normas fundamentais do Processo Civil.....	99
1. Direito Processual Fundamental.....	99
2. Princípios.....	102
2.1. Princípio do devido processo legal.....	102
2.1.1. Considerações gerais.....	102
2.1.2. Conteúdo.....	103
2.1.3. Devido processo legal formal e devido processo legal substancial.....	107
2.1.4. Devido processo legal e relações jurídicas privadas.....	112
2.2. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	114
2.3. Princípio da legalidade (juridicidade).....	118
2.4. Princípio do contraditório.....	120
2.4.1. Generalidades e a regra da proibição de decisão-surpresa.....	120
2.4.2. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório.....	127
2.5. Princípio da ampla defesa.....	129
2.6. Princípio da publicidade.....	130
2.6.1. Generalidades.....	130
2.6.2. Publicidade processual e proteção de dados pessoais.....	134
2.7. Princípio da duração razoável do processo.....	139
2.8. Princípio da igualdade processual (paridade de armas).....	142
2.9. Princípio da eficiência.....	144
2.10. Princípio da boa-fé processual.....	150
2.10.1. Generalidades.....	150
2.10.2. Fundamento constitucional do princípio da boa-fé processual.....	153
2.10.3. Destinatário da norma.....	156
2.10.4. Concretização do princípio da boa-fé processual.....	156
2.11. Princípio da efetividade.....	160
2.12. Princípio da adequação (legal, jurisdicional e negocial) do processo.....	162
2.12.1. Generalidades.....	162
2.12.2. Critérios de adequação.....	163
2.12.3. Adequação jurisdicional do processo.....	165
2.12.4. Adequação negocial do processo.....	168
2.13. Princípio da cooperação e o modelo do processo civil brasileiro.....	168
2.13.1. Nota introdutória.....	168
2.13.2. “Princípios” dispositivo e inquisitivo. Modelos tradicionais de organização do processo: adversarial e inquisitorial.....	168
2.13.3. Processo cooperativo: um terceiro modelo de organização do processo. Princípios e regras de cooperação. Eficácia do princípio da cooperação ...	173

2.13.4. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório, princípio da cooperação e dever de auxílio	180
2.14. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo.....	181
2.15. Princípio da primazia da decisão de mérito	186
2.16. Princípio da proteção da confiança.....	187
2.16.1. Proteção da confiança e segurança jurídica	187
2.16.2. Pressupostos para a proteção da confiança	189
2.16.3. Princípio da proteção da confiança e o direito processual civil	192
3. Regras.....	196
3.1. Regras da instauração do processo por iniciativa da parte e de desenvolvimento do processo por impulso oficial.....	196
3.1.1. Instauração do processo por iniciativa da parte.....	196
3.1.2. Desenvolvimento do processo por impulso oficial	197
3.2. Regra da obediência à ordem cronológica de conclusão.....	197
3.2.1. Generalidades	197
3.2.2. Regras que excetua o dever de respeito à ordem cronológica de conclusão	198
3.2.3. Calendário processual e dever de observância da ordem cronológica de conclusão	202
3.2.4. Consequências do descumprimento da regra.....	202
3.2.5. Extensão da regra à atuação do escrivão ou chefe de secretaria.....	203
3.2.6. Direito transitório.....	203
4. Norma fundamental de interpretação do Código de Processo Civil: o postulado hermenêutico da unidade do Código	204
Capítulo 4 ► Jurisdição	205
1. Conceito e características da jurisdição.....	205
1.1. Conceito.....	205
1.2. Decisão por terceiro imparcial – heterocomposição	206
1.2.1. Generalidades	206
1.2.2. A imparcialidade na arbitragem.....	208
1.3. A jurisdição como manifestação do Poder: a imperatividade e a inevitabilidade da jurisdição.....	211
1.4. A jurisdição como atividade criativa	212
1.5. Jurisdição como técnica de tutela de direitos mediante um processo	218
1.6. A jurisdição sempre atua em um problema jurídico concreto.....	219
1.7. Insuscetibilidade de controle externo.....	220
1.8. Aptidão para a coisa julgada	220
2. A jurisdição no sistema brasileiro de justiça multiportas	221
3. Arbitragem	223
4. A questão da “indelegabilidade” do exercício da jurisdição.....	228

5. A territorialidade para o exercício da jurisdição	230
6. Princípios da jurisdição	233
6.1. Inafastabilidade	233
6.2. Juiz natural	238
7. A jurisdição voluntária.....	242
7.1. Generalidades	242
7.2. Classificação dos procedimentos de jurisdição voluntária de Leonardo Greco.....	247
7.3. A jurisdição voluntária como administração pública de interesses privados	248
7.4. A jurisdição voluntária como atividade jurisdicional	249
Capítulo 5 ► Competência	255
1. Conceito e considerações gerais	256
2. Distribuição da competência. Fontes normativas de atribuição de competência	257
3. Normas fundamentais sobre competência.....	257
3.1. Princípio do juiz natural.....	257
3.2. Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência	257
3.3. Princípio da competência adequada	258
3.4. Regra da <i>Kompetenz-kompetenz</i>	262
3.5. Regra da perpetuação da jurisdição	262
4. Competência por distribuição	264
5. Classificação da competência	265
5.1. Competência do foro (territorial) e competência do juízo.....	265
5.2. Competência originária e derivada	265
5.3. Competência relativa e competência absoluta	266
5.3.1. <i>A translatio iudicii</i>	266
5.3.2. Distinções entre a incompetência relativa e a incompetência absoluta....	268
6. Foros concorrentes, <i>forum shopping</i> , <i>forum non conveniens</i> , princípio da competência adequada e abuso do direito	269
7. Escolha de “juízo aleatório”, abuso do direito e controle pelo juiz (art. 63, § 5º, CPC).....	273
8. Competência constitucional.....	276
9. Competência internacional.....	277
9.1. Considerações gerais	277
9.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa (arts. 21 e 22, CPC).....	279
9.3. Competência internacional exclusiva (art. 23, CPC)	280
9.4. Competência concorrente e litispendência (art. 24, CPC)	281
10. Métodos para identificar o juízo competente	281
11. Critérios determinativos de distribuição da competência	282

11.1. Consideração introdutória.....	282
11.2. Objetivo: em razão da matéria, em razão da pessoa e em razão do valor da causa	283
11.3. Territorial.....	285
11.4. Funcional.....	285
11.4.1. Generalidades	285
11.4.2. Competência funcional x competência territorial absoluta.....	286
12. Principais regras de competência territorial.....	287
13. Foros distritais e subseções judiciárias.....	296
14. Modificações da competência.....	297
14.1. Panorama dos fatos jurídicos processuais que autorizam a modificação da competência.....	297
14.2. Não alegação da incompetência relativa.....	298
14.3. Foro de eleição	298
14.3.1. Generalidades. Requisitos de validade e extensão da cláusula	298
14.3.2. Ineficácia da cláusula abusiva de foro de eleição.....	302
14.3.3. Foro de eleição internacional.....	304
14.4. Conexão e continência.....	304
14.4.1. Considerações gerais sobre a conexão. Conceitos legais de conexão e continência. Insuficiência do conceito legal. A conexão por prejudicialidade ou por preliminaridade.....	304
14.4.2. Forma de alegação.....	308
14.4.3. Distinção entre a alegação de modificação de competência e a alegação de incompetência relativa	309
14.4.4. Conexão entre demanda executiva e demanda de conhecimento e conexão entre demandas executivas.....	310
14.4.5. Conexão por afinidade. Um novo modelo de conexão para o julgamento de casos repetitivos	311
14.5. Prevenção.....	312
14.6. Litigância abusiva, liberdade de expressão e liberdade de imprensa, interpretação conforme a Constituição da regra de competência territorial para ações de responsabilidade civil extracontratual (art. 53, IV, "a", CPC) e a conexão: o julgamento das ADIs n. 6.792 e 7.055 pelo STF.....	313
15. Recorribilidade da decisão sobre competência.....	315
16. Conflito de competência.....	317
16.1. Hipóteses e pressupostos	317
16.2. Incompetência, remessa dos autos e conflito de competência.....	320
16.3. Legitimidade e participação do Ministério Público.....	320
16.4. Competência	321
16.5. Procedimento.....	322
17. Competência da Justiça Federal	323

17.1. Características	323
17.2. Competência dos juízes federais em razão da pessoa	324
17.2.1. O art. 109, I, CF/1988	324
17.2.1.1. As causas	324
17.2.1.2. As pessoas	326
17.2.1.3. As exceções	331
17.2.2. O art. 109, II, CF/1988	333
17.2.3. O art. 109, VIII, CF/1988	334
17.3. Competência funcional: art. 109, X, segunda parte	335
17.4. Competência da Justiça Federal em razão da matéria	336
17.4.1. O art. 109, III, CF/1988	336
17.4.2. Causas do art. 109, V-A: grave violação a direitos humanos	337
17.4.3. O art. 109, XI, CF/1988: disputa sobre direitos indígenas	341
17.4.4. Art. 109, X, parte final: causas referentes à nacionalidade e à naturalização	342
17.5. Competência territorial da Justiça Federal	343
17.5.1. Considerações gerais	343
17.5.2. Art. 109, § 3º, CF/1988: juízo estadual com competência federal	345
17.6. Competência do Tribunal Regional Federal (art. 108 da CF/1988)	347
Capítulo 6 ► Cooperação judiciária nacional	353
1. Introdução: conceito, dever de cooperação judiciária e relação com as normas fundamentais	353
2. Breve histórico	355
3. Outras fontes normativas da cooperação judiciária nacional: a Resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça, as leis estaduais e os regimentos internos dos tribunais	357
4. Abrangência das normas sobre cooperação judiciária nacional: processos eleitoral, trabalhista, penal e administrativo	358
5. Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: Os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação	359
6. Atipicidade da cooperação: atipicidade de instrumentos e de atos	360
7. Tipos de cooperação	362
7.1. Cooperação por solicitação	362
7.2. Cooperação por delegação	362
7.3. Cooperação por concertação	363
8. A subsidiariedade do uso das cartas como instrumentos de cooperação judiciária. A disciplina normativa das cartas como parâmetro para a solução de problemas dogmáticos da cooperação judiciária nacional	363
9. Pedido de cooperação: a cooperação solicitada	364
10. Cooperação por delegação	365
10.1. Noção e características	365

10.2. Distinções.....	366
11. Atos concertados: a cooperação negociada.....	367
11.1. Generalidades e legitimidade para celebração. A cooperação interinstitucional ...	367
11.2. Objeto da concertação.....	370
11.2.1. Consideração introdutória.....	370
11.2.2. Alguns objetos de atos de concertação: a lista de exemplos do § 2º do art. 69 do CPC.....	371
11.2.2.1. Prática de citação, intimação ou notificação de ato (art. 69, § 2º, I, CPC).....	371
11.2.2.2. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos (art. 69, § 2º, II, CPC). A conexão probatória.....	372
11.2.2.3. Efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial (art. 69, §2º, IV e V, CPC)	373
11.2.2.4. A centralização de processos repetitivos (art. 69, §2º, VI, CPC) ..	374
11.2.2.5. Execução de decisões judiciais (art. 69, §2º, III e VII, CPC).....	375
11.3. Ato concertado como hipótese de modificação de competência.....	376
12. Cooperação judiciária e sistema da <i>translatio iudicii</i>	380
13. A compulsoriedade da cooperação judiciária	381
14. As partes e a cooperação judiciária.....	383
15. Síntese do modelo brasileiro de cooperação judiciária nacional.....	384
Capítulo 7 ► Teoria da ação: da ação e do direito de ação.....	387
1. Direito de ação, ação, procedimento e direito afirmado.....	387
2. O direito de ação como um complexo de situações jurídicas.....	389
3. A demanda e a relação jurídica substancial	392
4. Elementos da ação.....	393
4.1. Causa de pedir e pedido	393
4.2. Partes	394
5. Classificação das ações.....	395
5.1. Classificação segundo a natureza da relação jurídica discutida: real e pessoal	395
5.2. Classificação segundo o objeto do pedido mediato: mobiliária ou imobiliária.....	395
5.3. Classificação segundo o tipo de tutela jurisdicional: conhecimento, cautelar e executiva. Ações sincréticas	396
5.4. Ações de conhecimento: condenatórias, constitutivas e declaratórias	396
5.4.1. Ações condenatórias: as ações de prestação	396
5.4.2. Ações constitutivas	397
5.4.3. Ações (meramente) declaratórias	399
5.4.4. O art. 20 do CPC. Distinção entre ação meramente declaratória e ação de condenatória. O art. 515, I, do CPC	402

5.4.5. Ações mandamentais e ações executivas em sentido amplo. As classificações quinária e quaternária das ações.....	405
5.5. Ações dúplices.....	409
6. Cumulação de ações.....	410
7. Concurso de ações (concurso de direitos).....	411
8. As condições da ação e o novo CPC.....	412
Capítulo 8 ► Pressupostos processuais.....	417
1. Pressuposto processual: noções gerais.....	417
2. Pressupostos de existência e requisitos de validade.....	418
3. Alguns “mitos” sobre os pressupostos processuais.....	421
4. A classificação proposta.....	422
5. Pressupostos processuais subjetivos.....	423
5.1. Capacidade de ser parte.....	423
5.2. Existência de órgão investido de jurisdição.....	425
6. Pressuposto processual objetivo: a existência de ato inicial do procedimento que introduza o objeto da decisão.....	425
7. Requisitos processuais subjetivos de validade.....	425
7.1. Capacidade processual.....	425
7.1.1. Generalidades.....	425
7.1.2. Possíveis consequências da incapacidade processual.....	429
7.2. Capacidade processual das pessoas casadas.....	430
7.2.1. Consideração introdutória.....	430
7.2.2. Capacidade processual dos cônjuges nas ações reais imobiliárias.....	430
7.2.2.1. O art. 1.647 do Código Civil.....	430
7.2.2.2. A restrição da capacidade processual.....	430
7.2.2.3. Forma e prova do consentimento.....	433
7.2.2.4. Aplicação à união estável documentada.....	434
7.2.2.5. O controle da ilegitimidade processual do cônjuge.....	434
7.2.2.6. Suprimento judicial do consentimento (art. 74 do CPC e art. 1.648 do Código Civil).....	435
7.2.3. Dívidas solidárias e litisconsórcio necessário entre os cônjuges (incisos II e III do § 1º do art. 73 do CPC).....	436
7.3. O curador especial.....	438
7.4. Capacidade postulatória.....	445
7.4.1. Generalidades.....	445
7.4.2. Ato praticado por advogado sem procuração.....	447
7.4.3. A procuração.....	450
7.5. Competência.....	451
7.6. Imparcialidade.....	451

8. Requisito processual objetivo intrínseco: respeito ao formalismo processual	452
9. Requisitos processuais objetivos extrínsecos e negativos	454
10. A legitimação para agir e o interesse processual	455
10.1. Observação introdutória	455
10.2. O art. 17 do CPC: a exigência de interesse e de legitimidade para qualquer tipo de atuação processual.....	456
10.3. Legitimação para agir.....	456
10.3.1. Noção.....	456
10.3.2. Classificação	458
10.3.3. Substituição processual ou legitimação extraordinária.....	461
10.3.4. Diretrizes para a solução de conflitos entre o substituto processual e o substituído.....	465
10.3.5. Fonte normativa da legitimação extraordinária.....	466
10.3.5.1. Generalidades.....	466
10.3.5.2. A legitimação extraordinária negocial.....	468
10.3.6. Substituição processual e sucessão processual.....	474
10.3.7. Substituição processual e representação processual.....	475
10.3.8. Legitimidade ordinária como questão de mérito	475
10.4. O interesse de agir	478
10.4.1. Generalidades	478
10.4.2. O interesse-utilidade.....	479
10.4.3. O interesse-necessidade e as ações necessárias.....	480
10.4.4. Interesse de agir nas ações declaratórias.....	483
10.4.5. O denominado interesse-adequação	485
10.5. A teoria da asserção: exame da legitimidade e do interesse de agir à luz do que foi afirmado pela parte.....	486
11. As diversas posições jurídicas que um sujeito pode assumir em um mesmo processo: a dinamicidade das capacidades processuais, do interesse processual e da legitimidade	489
12. Participação processual dos animais não humanos	493
Capítulo 9 ► Fatos, atos e negócios jurídicos processuais.....	497
1. Nota explicativa.....	497
2. Ato e procedimento	498
3. Conceito de fato jurídico processual	499
4. Classificação dos fatos jurídicos processuais em sentido amplo.....	501
5. Negócios processuais	503
5.1. Noções gerais, espécies e classificação	503
5.2. Negócios processuais atípicos	508
5.2.1. A cláusula geral de negociação sobre o processo. O princípio da atipicidade da negociação sobre o processo.....	508
5.2.2. Regras gerais da negociação processual.....	511

5.2.3.	Negócios processuais celebrados pelas partes com o juiz.....	512
5.2.4.	Momento de celebração	512
5.2.5.	Requisitos de validade.....	513
5.2.5.1.	Generalidades.....	513
5.2.5.2.	Capacidade. O problema da vulnerabilidade. Contratos empresariais e não empresariais	514
5.2.5.3.	Objeto. Diretrizes para o controle da validade do objeto do negócio processual atípico. Contratos empresariais e não empresariais.....	517
5.2.5.4.	Forma	521
5.2.6.	Anulabilidade	522
5.2.7.	Eficácia e revogabilidade.....	522
5.2.8.	Onerosidade excessiva, resolução e revisão	524
5.2.9.	Inadimplemento e ônus da alegação	524
5.2.10.	Efetivação.....	525
5.2.11.	Princípio da boa-fé e negociação processual.....	525
5.2.12.	Interpretação	525
5.2.13.	Negócios processuais coletivos e negócios processuais que dizem respeito a processos indeterminados	527
5.2.14.	Direito intertemporal	528
6.	Ato ilícito processual.....	529
Capítulo 10 ► Invalidades processuais		531
1.	Consideração introdutória.....	531
2.	Noções básicas sobre os planos da existência, validade e eficácia dos fatos jurídicos	532
3.	Sistema de invalidades processuais	535
3.1.	Sistema de invalidades processuais e sistema de invalidades do direito material	535
3.2.	O ato processual defeituoso produz efeitos até a sua invalidação. Toda invalidade processual é decretada	536
3.3.	Os tipos de defeito processual.....	536
3.4.	Não há invalidade sem prejuízo	539
3.5.	Intervenção do Ministério Público e invalidade.....	540
3.6.	Princípio do aproveitamento dos atos processuais defeituosos. O princípio da fungibilidade.....	541
3.7.	Sanabilidade dos defeitos processuais.....	542
3.8.	Invalidade do procedimento (inadmissibilidade) e invalidade de cada um dos atos do procedimento.....	543
3.9.	Invalidação de atos do juiz, das partes e dos auxiliares da justiça	545
3.10.	Máxima da proporcionalidade e princípios da cooperação e da eficiência aplicados ao sistema das invalidades processuais.....	548
3.11.	O princípio da boa-fé processual e a regra da proibição do <i>venire contra factum proprium</i>	549

3.12. Princípio da proteção da confiança.....	552
3.13. Decisão sobre a invalidade e preclusão.....	553
Capítulo 11 ► Preclusão.....	555
1. Conceito.....	555
2. Fundamentos da preclusão e o seu papel no formalismo processual.....	556
3. Classificação.....	558
3.1. Generalidades.....	558
3.2. Preclusão temporal.....	560
3.3. Preclusão lógica.....	560
3.4. Preclusão consumativa.....	562
3.5. Preclusão-sanção ou preclusão punitiva.....	563
4. Natureza jurídica.....	564
4.1. A preclusão como fato e como efeito jurídico.....	564
4.2. A preclusão como sanção.....	565
5. Preclusão, prescrição e decadência.....	566
6. Preclusão para o juiz.....	567
7. Efeitos da preclusão.....	568
Capítulo 12 ► Teoria da cognição judicial.....	571
1. Conceito de cognição.....	571
2. Conceito de questão.....	572
3. Resolução das questões: resolução <i>incidenter tantum</i> e resolução <i>principaliter</i>	572
4. Objeto do processo e objeto litigioso do processo.....	575
5. Objeto da cognição judicial (tipologia das questões).....	579
5.1. Consideração introdutória.....	579
5.2. Questões de fato e questões de direito.....	579
5.3. Questões prévias: questões preliminares e questões prejudiciais.....	581
5.4. Pressupostos processuais e mérito: questões de admissibilidade e questões de mérito.....	585
6. Espécies de cognição.....	587
Capítulo 13 ► Litisconsórcio.....	591
1. Conceito.....	591
2. Classificação.....	592
2.1. Ativo, passivo e misto.....	592
2.2. Inicial e ulterior.....	592
2.3. Unitário e simples.....	593
2.3.1. Unitário.....	593
2.3.2. Simples ou comum.....	594

2.4.	Necessário e facultativo	595
2.4.1.	Generalidades	595
2.4.2.	Litisconsórcio necessário unitário, litisconsórcio facultativo unitário e hipóteses de intervenção <i>iussu iudicis</i>	595
2.4.3.	Litisconsórcio necessário por força de lei	599
2.4.4.	Síntese das combinações possíveis entre os litisconsórcios unitário, simples, necessário e facultativo	599
2.4.5.	Litisconsórcio necessário ativo	600
2.4.6.	Natureza da sentença proferida contra litisconsorte necessário não citado	607
2.4.7.	Litisconsórcio necessário e negócio jurídico processual	607
2.4.8.	Litisconsórcio facultativo unitário e coisa julgada	609
3.	Regime de tratamento dos litisconsortes	610
4.	Modalidades especiais de Litisconsórcio facultativo e cumulação de pedidos	613
4.1.	Litisconsórcio sucessivo	613
4.2.	Litisconsórcio eventual	614
4.3.	Litisconsórcio alternativo	615
5.	Litisconsórcio por comunhão, por conexão ou por afinidade. Litisconsórcio facultativo impróprio. Litisconsórcio recusável. Litisconsórcio multitudinário	616
Capítulo 14 ► Intervenção de terceiro		621
1.	Introdução às intervenções de terceiro	621
1.1.	Conceitos fundamentais	621
1.1.1.	Conceito de parte	621
1.1.2.	Conceito de terceiro	622
1.1.3.	Conceito de intervenção de terceiro	622
1.1.4.	Processo incidente e incidente do processo	623
1.2.	Fundamentos para as intervenções de terceiro	623
1.3.	Efeitos no processo	625
1.4.	Controle pelo magistrado. As convenções processuais sobre as intervenções de terceiro	625
1.5.	Cabimento	627
1.5.1.	Regra geral	627
1.5.2.	Juizados Especiais Cíveis	627
2.	Assistência	628
2.1.	Considerações gerais	628
2.2.	Procedimento	629
2.3.	Assistência simples	629
2.3.1.	Considerações gerais	629
2.3.2.	Poderes do assistente simples	632

2.3.2.1.	Combinação das regras decorrentes dos arts. 121, par. ún., e 122, CPC.....	632
2.3.2.2.	Análise do par. ún. do art. 121 do CPC: omissões negociais e não negociais do assistido.....	634
2.3.3.	Eficácia preclusiva da intervenção	636
2.4.	Assistência litisconsorcial	637
2.5.	Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (<i>lato sensu</i>) como assistente simples em processo individual.....	638
3.	Denúnciação da lide	641
3.1.	Generalidades	641
3.2.	Facultatividade da denúnciação da lide	645
3.3.	Posição processual do denunciado	646
3.4.	A denúnciação da lide em caso de evicção (art. 125, I, CPC)	648
3.5.	A denúnciação da lide com base no inciso II do art. 125 do CPC.....	649
3.5.1.	Considerações gerais	649
3.5.2.	A concepção restritiva	649
3.5.3.	A concepção ampliativa	652
3.5.4.	A posição do Superior Tribunal de Justiça	655
3.5.5.	Síntese conclusiva: a nossa opinião.....	656
3.6.	Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo autor (arts. 126-127, CPC) ...	657
3.7.	Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo réu (arts. 126 e 128, CPC)....	658
4.	Chamamento ao processo	659
5.	Denúnciação da lide e chamamento ao processo em causas de consumo.....	662
6.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	666
6.1.	Generalidades	666
6.2.	A desconsideração da personalidade jurídica: suas origens como instrumento de supressão do privilégio da limitação da responsabilidade	667
6.3.	Desconsideração da personalidade jurídica, despersonalização e responsabilidade direta.....	669
6.4.	A desconsideração da personalidade jurídica no Direito brasileiro	671
6.5.	Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica.....	675
7.	Intervenção de <i>amicus curiae</i>	678
8.	Outras intervenções decorrentes da resposta do réu	685
9.	A intervenção <i>iussu iudicis</i>	685
10.	Intervenções especiais dos entes públicos	689
11.	Intervenção litisconsorcial voluntária ou litisconsórcio facultativo ulterior simples.....	693
12.	Intervenção de terceiro especial no processo da ação de alimentos (art. 1.698 do Código Civil).....	695

Capítulo 15 ► Alienação da coisa ou do direito litigioso	703
Capítulo 16 ► Formação do processo e petição inicial	709
1. Formação do processo	709
2. Petição inicial e demanda	710
3. Requisitos da petição inicial	710
3.1. Forma	710
3.2. Assinatura de quem possua capacidade postulatória	711
3.3. Indicação do juízo a que é dirigida a demanda	711
3.4. Qualificação das partes	712
3.5. Causa de pedir: o fato e o fundamento jurídico do pedido	714
3.6. Argumentação jurídica	719
3.7. O pedido	720
3.8. Atribuição de valor à causa	720
3.9. A indicação dos meios de prova com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	721
3.10. Opção pela realização ou não da audiência de conciliação ou mediação	721
3.11. Documentos indispensáveis à propositura da demanda	722
3.12. A opção pelo “Juízo 100% digital” – a Resolução n. 345/2020 do Conselho Nacional de Justiça	723
4. Emenda da petição inicial	724
5. Indeferimento da petição inicial	725
5.1. Considerações gerais	725
5.2. Hipóteses de indeferimento	729
5.2.1. Inépcia	729
5.2.2. Ilegitimidade da parte	732
5.2.3. Falta de interesse processual	733
5.2.4. Não atendimento ao disposto nos arts. 106 e 321	733
6. Pedido	733
6.1. Conceito e divisão	733
6.2. Requisitos	735
6.3. Cumulação de pedidos	735
6.3.1. Cumulação própria: simples ou sucessiva	735
6.3.2. Cumulação imprópria: subsidiária ou alternativa	737
6.3.3. Cumulação inicial e cumulação ulterior	741
6.3.4. Requisitos para a cumulação	742
6.3.4.1. Compatibilidade dos pedidos	742
6.3.4.2. Competência	743

6.3.4.3. Identidade do procedimento ou conversibilidade para o procedimento comum. Cláusula geral de adaptabilidade do procedimento comum	744
6.4. Ampliação da demanda.....	747
6.5. Redução da demanda.....	748
6.6. Alteração objetiva da demanda.....	749
6.7. Espécies de pedido.....	750
6.7.1. Pedido genérico	750
6.7.2. Pedido alternativo	753
6.7.3. Pedido relativo a obrigação indivisível.....	755
6.8. Interpretação do pedido e pedido implícito.....	757
6.8.1. Interpretação da petição inicial. Regras gerais sobre a interpretação dos atos postulatórios	757
6.8.2. Pedido implícito	762
Capítulo 17 ► Improcedência liminar do pedido.....	765
1. Conceito e regime jurídico	765
2. Hipóteses de improcedência liminar do pedido previstas no art. 332 do Código de Processo Civil.....	768
2.1. Pedido contrário a precedente obrigatório	768
2.2. Reconhecimento de prescrição ou decadência	770
3. Hipótese atípica de improcedência liminar do pedido e outras hipóteses legais de improcedência liminar do pedido.....	778
Capítulo 18 ► Citação.....	781
1. Generalidades	781
2. A citação como “pressuposto processual”.....	781
3. Comparecimento espontâneo do citando.....	782
4. Pessoaalidade da citação.....	783
5. Local da citação.....	785
6. Impedimento legal para a citação	785
7. Medidas indutivas, <i>nudges</i> processuais e citação	785
8. Efeitos da citação.....	786
9. A citação e a interrupção da prescrição pelo despacho citatório.....	789
10. Modalidades	791
10.1. Citação por meio eletrônico	791
10.2. Citação pelo correio.....	794
10.3. Citação por oficial de justiça.....	795
10.4. Citação por mandado com hora certa	796
10.5. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	798

10.6. Citação por edital.....	798
10.7. Regulação convencional do modo de citação.....	800
Capítulo 19 ► Audiência preliminar de conciliação ou mediação	801
Capítulo 20 ► Teoria da exceção, resposta do réu e revelia	809
1. Teoria da exceção	810
1.1. Acepções do termo “exceção”.....	810
1.2. Exceção em sentido substancial e exceção em sentido processual. Os contraditórios (exceções substanciais) e o seu regime jurídico processual	810
1.3. Da exceção como direito de defesa	813
1.4. Ação <i>versus</i> exceção	814
2. Espécies de defesa	815
2.1. Mérito e admissibilidade	815
2.2. Objeções e exceções.....	815
2.3. Peremptória e dilatatória.....	818
2.4. Direta e indireta.....	819
2.5. Instrumental e interna.....	819
3. Resposta do réu	820
4. A contestação.....	820
4.1. Noção geral	820
4.2. Prazo.....	821
4.3. A regra da eventualidade ou da concentração da defesa	821
4.4. Defesas de admissibilidade.....	823
4.4.1. Inexistência ou nulidade de citação	823
4.4.2. Incompetência do juízo. O direito de o réu alegar incompetência no foro do seu domicílio.....	824
4.4.3. Incorreção do valor da causa.....	825
4.4.4. Inépcia da petição inicial.....	826
4.4.5. Perempção, litispendência e coisa julgada.....	826
4.4.6. Conexão e continência.....	826
4.4.7. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização ...	827
4.4.8. Alegação de convenção de arbitragem.....	827
4.4.8.1. Generalidades.....	827
4.4.8.2. Alegação de convenção de arbitragem e a <i>Kompetenz-kompetenz</i> do juízo arbitral	829
4.4.8.3. Decisão sobre a alegação de convenção de arbitragem.....	831
4.4.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual. O direito de substituição do réu e o dever de o réu indicar o legitimado passivo. Novas hipóteses de intervenção de terceiro	832
4.4.10. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar...	834

4.4.11. Indevida concessão do benefício da gratuidade concedido ao autor.....	834
4.5. Defesas que têm de ser alegadas fora da contestação e que podem ser alegadas depois da contestação	834
4.6. Crítica à interpretação literal do art. 337 do CPC. Quebra do dogma da primazia da defesa de admissibilidade sobre a defesa de mérito	835
4.7. Ônus da impugnação especificada.....	837
4.7.1. Noção.....	837
4.7.2. Representantes judiciais que estão dispensados deste ônus (art. 341, par. ún., CPC).....	838
4.7.3. Afirmações de fato que, mesmo não impugnadas especificadamente, não serão tidas como verdadeiras.....	840
4.8. Forma e requisitos.....	841
4.9. Pedido do réu.....	842
4.10. Aditamento e indeferimento da contestação	842
4.11. Interpretação	843
5. Reconvenção	843
5.1. Noções gerais	843
5.2. Reconvenção e ampliação subjetiva do processo	844
5.3. Requisitos.....	847
5.3.1. Haja uma causa pendente	847
5.3.2. A observância do prazo de resposta.....	847
5.3.3. Competência	847
5.3.4. Compatibilidade entre os procedimentos.....	848
5.3.5. Conexão.....	848
5.3.6. Interesse processual	848
5.3.7. Cabimento	849
5.3.8. Despesas processuais.....	849
5.4. Reconvenção e substituição processual	850
5.5. Reconvenção e pedido contraposto	850
6. A revelia	851
6.1. Noção.....	851
6.2. Efeitos	851
6.3. Mitigações à eficácia da revelia	852
6.3.1. A presunção de veracidade não é efeito necessário da revelia.....	852
6.3.2. Revelia não implica necessariamente vitória do autor	854
6.3.3. Matérias que podem ser alegadas após o prazo de defesa.....	854
6.3.4. Proibição de alteração de pedido ou da causa de pedir (art. 329, II, CPC)	854
6.3.5. Intervenção do réu revel	855
6.3.6. Necessidade de intimação do réu revel que tenha advogado constituído nos autos	855

6.3.7. Possibilidade de ação rescisória por erro de fato	856
6.3.8. <i>Querela nullitatis</i>	856
6.3.9. Impedimento à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	856
6.4. Revelia na reconvenção	857
Capítulo 21 ► Arguição de impedimento ou suspeição	859
1. Conteúdo jurídico do Dever de imparcialidade.....	859
2. Generalidades sobre os incidentes de arguição de impedimento e suspeição	861
3. Hipóteses de impedimento	863
4. Hipóteses de suspeição	865
5. Fontes normativas do impedimento e da suspeição	866
6. Róis exemplificativos de hipóteses de impedimento e suspeição	868
7. Suspensão do processo	869
8. Procedimento, decisão e recursos.....	869
9. Eficácia externa da decisão sobre a suspeição e o impedimento.....	873
10. Arguição de impedimento ou suspeição do tribunal ou da maioria absoluta do tribunal	874
11. Impedimento ou suspeição provocados. Imparcialidade aceita e abuso do direito	875
Capítulo 22 ► Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo	877
1. Saneamento e fase de saneamento. As providências preliminares	877
2. Julgamento conforme o estado do processo	880
3. Julgamento antecipado do mérito.....	880
4. Rotas ou circuitos do procedimento comum	884
5. Da decisão de saneamento e organização do processo	885
5.1. Generalidades	885
5.2. Audiência de saneamento e organização em cooperação com as partes.....	889
5.3. O acordo de organização do processo.....	890
5.4. O calendário processual	892
5.5. Eficácia preclusiva da decisão de saneamento e de organização do processo em relação ao reexame das questões que podem ser decididas a qualquer tempo pelo órgão jurisdicional	894
5.5.1. Consideração introdutória.....	894
5.5.2. O juízo de admissibilidade positivo e a preclusão.....	895
Capítulo 23 ► Extinção do processo	903
1. Observação introdutória	903
2. Conteúdo das decisões judiciais. As decisões totais e as decisões parciais.....	904
3. Decisões que não examinam o mérito (art. 485 do CPC).....	905
3.1. Generalidades e a primazia da decisão de mérito	905

3.2.	Distribuição por dependência em caso de renovação da demanda (art. 286, II)....	907
3.3.	Efeito regressivo da apelação (art. 485, § 7º).....	907
3.4.	Análise do art. 486 do CPC.....	908
3.5.	Indeferimento da petição inicial.....	911
3.6.	Abandono do processo pelas partes.....	912
3.7.	Abandono do processo pelo autor.....	913
3.8.	Falta de “pressupostos processuais”.....	914
3.9.	Existência de perempção, litispendência e coisa julgada.....	915
3.10.	Ausência de interesse ou legitimidade.....	917
3.11.	Existência de convenção de arbitragem.....	919
3.12.	Desistência do prosseguimento do processo (revogação da demanda).....	920
3.12.1.	Generalidades.....	920
3.12.2.	Desistência parcial.....	920
3.12.3.	Desistência da ação e renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação ...	921
3.12.4.	Momento.....	921
3.12.5.	Desistência da ação e desistência do recurso.....	922
3.12.6.	Desistência da ação e consentimento do réu.....	923
3.12.7.	Efeito anexo da decisão que homologa a desistência da ação.....	924
3.12.8.	Desistência da ação e julgamento de casos repetitivos.....	924
3.12.9.	Caso especial: desistência no caso de ente federal ser réu.....	925
3.12.10.	Desistência em processo coletivo.....	925
3.12.11.	Desistência e despesas processuais.....	926
3.13.	Falecimento do autor e intransmissibilidade do direito litigioso.....	926
3.14.	Análise do § 3º do art. 485 do CPC.....	927
4.	Decisões que examinam o mérito (art. 487 do CPC).....	929
4.1.	Observação introdutória.....	929
4.2.	Julgamento do mérito: a procedência e a improcedência.....	930
4.2.1.	Generalidades.....	930
4.2.2.	A decisão que não acolhe a afirmação de contradireito como uma decisão de mérito.....	931
4.3.	Homologação da autocomposição das partes.....	932
4.4.	Decisão sobre a decadência ou a prescrição.....	935
Capítulo 24 ► Suspensão do processo.....		939
1.	Noções gerais.....	939
2.	Hipóteses de suspensão.....	941
2.1.	Morte ou perda da capacidade processual de parte, representante legal ou advogado.....	941
2.2.	Convenção das partes.....	943

2.3. Arguição de impedimento ou suspeição.....	944
2.4. Admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas	944
2.5. Prejudicialidade ou preliminaridade externa (art. 313, V, "a")	945
2.6. Dependência da verificação de um fato ou da produção de uma prova (art. 313, V, "b").....	947
2.7. Força maior.....	947
2.8. Pendência de processo perante tribunal marítimo	948
2.9. Casos que envolvem a maternidade ou paternidade	949
2.10. Decisão de mérito depender da verificação da ocorrência de delito.....	951
2.11. Suspensão do processo em razão da concessão de medida liminar em ação declaratória de constitucionalidade	952
2.12. Outros casos de suspensão.....	953
3. Prática de atos durante a suspensão do processo.....	954
Bibliografia	957

Fredie Didier Jr.
Paula Sarno Braga
Rafael Alexandria de Oliveira

Curso de **DIREITO** **PROCESSUAL** **CIVIL**

Teoria da prova, direito
probatório, decisão,
precedente, coisa julgada,
processo estrutural e
tutela provisória

2

20^a

Edição

REVISTA
ATUALIZADA
AMPLIADA

2025

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota dos autores à 20ª edição	23
Nota dos autores à 10ª edição	25
Prefácio	29
Capítulo 1 ► Audiência de instrução e julgamento.....	33
1. Conceito e generalidades	33
2. Conteúdo e estrutura	36
2.1. Considerações iniciais.....	36
2.2. Abertura da audiência. Pregão inicial.....	37
2.3. Tentativa de autocomposição.....	38
2.4. Produção das provas orais.....	39
2.5. Alegações finais. Memoriais (razões finais escritas).....	39
2.6. Sentença	40
2.7. Conversão do julgamento em diligência	41
3. Documentação da audiência. Lavratura do termo de audiência.....	41
4. Designação, antecipação e adiamento da audiência de instrução e julgamento	42
5. A unidade e continuidade da audiência. Casos excepcionais de suspensão.....	45
6. A audiência pública	46
Capítulo 2 ► Teoria geral da prova e parte geral do Direito probatório	53
1. Noções introdutórias	53
2. Acepções da palavra “prova”	54
3. Meios e fontes de prova	55
4. O direito fundamental à prova. Relação entre o princípio do contraditório e o direito à prova	56
5. Classificação da prova	59
6. Prova e busca da verdade.....	61
7. Finalidade da prova.....	66
8. Destinatário da prova	69
9. Objeto da prova.....	69
9.1. Observação preliminar	69

9.2.	Características do fato probando	70
9.2.1.	Controvérsia.....	70
9.2.2.	Relevância.....	70
9.2.3.	Determinação.....	71
9.3.	Fatos que independem de prova (art. 374, CPC).....	71
9.3.1.	Fato notório.....	71
9.3.2.	Afirmado por uma parte e confessado pela parte adversária ou admitido no processo como incontroverso	73
9.3.3.	Fatos em cujo favor milita presunção legal de existência	74
9.3.3.1.	Conceito de presunção legal	74
9.3.3.2.	Presunções legais absolutas. As ficções jurídicas.....	74
9.3.3.3.	Presunções legais relativas	76
9.3.3.4.	Um caso específico de presunção legal relativa: a recusa da parte a submeter-se a exame genético	77
9.3.3.4.1.	O art. 232 do Código Civil, o par. ún. do art. 2º-A da Lei n. 8.560/1992; o enunciado n. 301 da súmula do STJ	77
9.3.3.4.2.	A aplicação dessas regras nas ações de investigação de paternidade/maternidade e de investigação de ascendência genética.....	79
9.3.3.5.	A necessidade de construção do conceito de presunções negativas. As presunções negociais	81
9.4.	Prova da fonte normativa e prova da interpretação das fontes normativas (“prova do Direito”)	82
9.5.	Prova de fato ocorrido no estrangeiro	83
10.	Regras da experiência, indícios e presunções.....	84
10.1.	As regras da experiência.....	84
10.1.1.	Generalidades	84
10.1.2.	Espécies de regras da experiência.....	86
10.1.3.	Distinção entre regra da experiência e fato notório	86
10.1.4.	Funções da regra da experiência.....	87
10.2.	Indícios e presunções judiciais	87
10.2.1.	Indícios	87
10.2.2.	A relação entre os indícios, as regras da experiência e as presunções	89
10.2.3.	Presunções judiciais (simples, comuns ou “hominis”).....	91
10.2.4.	A prova prima facie.....	93
10.2.5.	Prova por amostragem.....	95
10.2.6.	Prova de uma história	100
11.	Procedimento probatório	100
12.	Natureza jurídica das normas sobre prova.....	102
13.	Normas estruturantes do direito probatório.....	106

13.1. Poderes instrutórios do juiz. Considerações sobre o garantismo processual	106
13.2. Aquisição processual da prova	117
13.2.1. Generalidades. A homogeneidade da eficácia probatória	117
13.2.2. Relevância de saber quem promoveu a produção da prova	118
13.3. Atipicidade dos meios de prova. As provas atípicas	119
13.4. Proibição de prova ilícita	121
13.4.1. Generalidades	121
13.4.2. Prova moralmente ilegítima.....	121
13.4.3. Prova ilícita e prova ilegítima	122
13.4.4. Critérios para aferição da ilicitude.....	122
13.4.5. Provas ilícitas por derivação.....	123
13.4.6. Exceções à proibição da prova ilícita por derivação. Art. 157 do Código de Processo Penal.....	123
13.4.7. Prova ilícita negocial.....	124
13.4.8. Direito fundamental à produção de prova e direito fundamental a não ter contra si uma prova produzida ilicitamente.....	125
13.4.9. Proibição de prova ilícita e proteção da intimidade e da privacidade.....	126
13.4.10. Proibição de prova ilícita e sigilo telefônico	127
13.4.11. Interceptação telefônica para instrução processual civil.....	128
13.4.12. Proibição de prova ilícita e aplicativos de mensagens.....	129
13.4.13. Proibição da prova ilícita e “fishing expedition”	131
13.4.14. Consequência da inadmissibilidade da prova por ilicitude	134
13.4.15. Decisão baseada em prova ilícita: nulidade e rescindibilidade.....	136
13.5. Sistema de valoração da prova pelo juiz: convencimento motivado ou persuasão racional.....	136
13.5.1. Generalidades	136
13.5.2. “Livre” convencimento motivado	137
13.5.3. Limites à valoração da prova pelo juiz.....	137
13.5.3.1. Prova constante dos autos, corolário do princípio do contraditório.....	137
13.5.3.2. Motivação racional.....	138
13.5.3.3. Motivação controlável	138
13.5.3.4. Regras episódicas de prova legal.....	139
13.5.3.5. Respeito às regras da experiência.....	141
13.6. Ônus da prova.....	141
13.6.1. Conceito. Dimensões (funções) objetiva e subjetiva	141
13.6.2. Ônus da prova como regra de julgamento e de aplicação subsidiária	145
13.6.3. Distribuição legal do ônus da prova	146
13.6.3.1. Generalidades.....	146
13.6.3.2. A “inversão <i>ope legis</i> ” do ônus da prova	149
13.6.3.3. Prova diabólica. Prova duplamente diabólica	150

13.6.3.4. Ônus da prova de fato negativo	153
13.6.4. Distribuição convencional do ônus da prova.....	156
13.6.5. Distribuição do ônus da prova feita pelo juiz	159
13.6.5.1. Generalidades.....	159
13.6.5.2. Pressupostos formais gerais.....	160
13.6.5.2.1. Decisão motivada.....	160
13.6.5.2.2. Momento da redistribuição	161
13.6.5.2.3. Proibição de a redistribuição implicar prova diabólica reversa.....	163
13.6.5.2.4. Regra de ônus da prova que pode ser alterada por decisão judicial.....	164
13.6.5.3. A regra geral de distribuição do ônus da prova feita pelo juiz.....	164
13.6.5.4. A inversão do ônus da prova feita pelo juiz em causas de consumo.....	167
13.6.5.5. A inversão do ônus da prova em benefício do titular de dados	168
14. Prova emprestada	170
14.1. Generalidades	170
14.2. Respeito ao contraditório.....	171
14.3. Critérios de valoração da prova emprestada.....	171
14.4. Prova emprestada produzida em segredo de justiça	172
14.5. Prova produzida por juízo incompetente	172
14.6. Interceptação telefônica autorizada no processo penal como prova emprestada no juízo cível.....	172
15. Preclusão para o juiz em matéria de prova.....	174
16. Conexão probatória e cooperação JUDICIÁRIA nacional (art. 69, CPC).....	177
Capítulo 3 ► Produção antecipada da prova	179
1. Generalidades	179
2. Natureza jurídica.....	181
3. Fundamentos do pedido de produção antecipada de prova e petição inicial	182
4. O processo de justificação.....	184
5. Competência	185
6. Competência para a produção antecipada de prova e arbitragem.....	187
7. Tutela provisória liminar do direito à produção da prova	188
8. Citação dos interessados.....	189
9. Despacho inicial e esboço do procedimento.....	191
10. Produção antecipada da prova e interrupção da prescrição	191
11. Defesa e recursos.....	192
12. Pedido contraposto de produção antecipada de prova	194
13. Intervenção de terceiro atípica: ampliação do polo passivo.....	195

14. Sentença, Coisa julgada e entrega dos autos	196
15. Honorários advocatícios de sucumbência.....	197
Capítulo 4 ► Depoimento pessoal.....	199
1. Noções gerais.....	199
2. Espécies: o depoimento por provocação, o interrogatório e o autodepoimento	200
3. Depoimento do <i>presentante</i> e do <i>representante</i>	204
4. Recusa de depor	205
4.1. Noção.....	205
4.2. Escusa de depor	205
4.2.1. Noção.....	205
4.2.2. Direito ou dever de silêncio	206
4.2.3. Direito ao silêncio em relação a fatos criminosos ou torpes.....	207
4.2.4. Direito ao silêncio sobre fatos relacionados à vida familiar ou à atividade profissional.....	210
4.2.5. Regra geral de escusa.....	212
5. Procedimento do depoimento.....	213
Capítulo 5 ► Confissão.....	215
1. Generalidades.....	215
2. Natureza jurídica.....	216
3. Distinções.....	217
3.1. Confissão e reconhecimento do pedido	217
3.2. Confissão e admissão.....	219
4. Espécies de confissão	220
5. Eficácia da confissão.....	221
6. Ineficácia da confissão de quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados.....	223
7. A eficácia da confissão por representante.....	225
8. Irrevogabilidade da confissão.....	226
9. Invalidação da confissão	226
9.1. Generalidades	226
9.2. Impossibilidade de invalidação da confissão por dolo.....	227
9.3. O erro de fato como causa de invalidação.....	228
10. Indivisibilidade da confissão.....	230
Capítulo 6 ► Prova documental, ata notarial e exibição de documento ou coisa	231
1. Conceito de documento	231
1.1. Noção histórica de documento.....	231

1.2.	Definição atual de documento.....	234
1.3.	Documento não é apenas documento escrito.....	235
2.	Documento e prova documental.....	236
3.	Prova documental e prova documentada.....	237
4.	Importância da prova documental.....	241
5.	Elementos do documento.....	243
5.1.	Autoria do documento.....	243
5.1.1.	Autoria material e autoria intelectual.....	243
5.1.2.	Documento autógrafo e heterógrafo.....	244
5.1.3.	Documentos públicos e particulares.....	244
5.1.4.	Documentos particulares com eficácia de documentos públicos.....	245
5.1.5.	Subscrição e identificação da autoria.....	247
5.1.6.	Autenticidade.....	249
5.2.	Suporte.....	250
5.3.	Conteúdo.....	252
6.	Documento e instrumento.....	254
7.	Data do documento.....	255
8.	Eficácia probatória do documento.....	257
8.1.	Introdução.....	257
8.2.	Força probante dos documentos públicos.....	257
8.2.1.	Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público.....	257
8.2.2.	A caracterização da escritura pública como “prova plena”. Crítica à utilização da expressão “prova plena”.....	259
8.2.3.	O instrumento público como forma solene do ato jurídico (art. 406, CPC).....	261
8.2.4.	O documento público irregular (art. 407, CPC).....	263
8.3.	Força probante dos documentos particulares.....	265
8.3.1.	Autenticidade e veracidade do conteúdo do documento particular (art. 408, caput, CPC).....	265
8.3.2.	Eficácia probatória dos documentos testemunhais (art. 408, p. único, CPC).....	267
8.3.3.	Eficácia probatória do telegrama, radiograma, do fac-símile e dos outros meios de transmissão de dados.....	268
8.3.4.	Eficácia probatória das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação.....	268
8.3.5.	Eficácia probatória dos livros empresariais e da escrituração contábil.....	270
8.3.6.	Indivisibilidade do documento particular (art. 412, p. único, CPC) e da escrituração contábil (art. 419, CPC).....	271
8.4.	Originais, cópias, certidões e traslados.....	272
9.	Ata notarial (art. 384, CPC).....	277
10.	Vícios do documento: a irregularidade e a falsidade.....	280

11. Documento eletrônico.....	282
11.1. Noção.....	282
11.2. Segurança e confiabilidade.....	285
11.2.1. Generalidades.....	285
11.2.2. A presunção de integridade e de autenticidade dos documentos gerados no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).....	288
11.2.3. A possibilidade de usar métodos de certificação de documentos públicos e particulares fora do âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil): hipótese típica de negócio probatório.....	289
11.3. O processo em autos eletrônicos.....	293
11.4. O documento eletrônico no processo em autos de papel.....	295
12. <i>Blockchain</i>	295
12.1. O que é <i>blockchain</i>	295
12.2. Segurança e imutabilidade.....	299
12.3. Transparência.....	301
12.4. <i>Blockchain</i> como prova atípica.....	301
12.5. <i>Ethereum</i> e a ampliação do uso da <i>blockchain</i>	304
13. Produção da prova documental.....	305
13.1. Momentos da proposição e da produção da prova. O “ <i>document dump</i> ” como ilícito processual.....	305
13.2. Juntada posterior de documentos.....	308
13.3. Momento para manifestação sobre os documentos (art. 437, CPC).....	309
13.4. Possíveis atitudes da parte contra quem a prova documental é produzida (art. 436, CPC).....	310
14. Meios de obtenção da prova documental.....	311
14.1. Requisição de documentos (art. 438, CPC).....	311
14.2. Exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404, CPC).....	314
14.2.1. Generalidades.....	314
14.2.2. Pedido de exibição formulado em face da parte adversária.....	315
14.2.3. Procedimento da exibição promovida em face de terceiro particular.....	320
14.2.4. Exibição de documentos e produção antecipada de prova.....	322
14.2.5. Exibição de documentos e negócios processuais. O Redfern Schedule.....	324
14.2.6. Exibição de documentos e a “ <i>fishing expedition</i> ”.....	326
15. Arguição de falsidade.....	327
15.1. Noção.....	327
15.2. Natureza jurídica e finalidade.....	328
15.3. Legitimidade e interesse.....	329
15.4. Procedimento.....	330

Capítulo 7 ► Prova testemunhal	331
1. Noções gerais	331
2. Admissibilidade da prova testemunhal	332
3. Capacidade para testemunhar	334
3.1. Generalidades	334
3.2. Incapazes de testemunhar. As relações entre o CPC, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei n. 13.431/2017.....	335
3.3. Impedidos de testemunhar.....	340
3.4. Suspeitos para testemunhar	341
3.5. O art. 228 do Código Civil.....	341
3.6. A possibilidade de testemunho de pessoas incapazes, impedidas e suspeitas.....	342
4. Direito ao silêncio.....	343
5. Local e tempo do testemunho	343
6. Juntada do rol e intimação da testemunha.....	347
7. Substituição da testemunha.....	348
8. Procedimento de colheita do depoimento.....	349
8.1. Método de inquirição	349
8.2. Qualificação e contradita.....	350
8.3. Compromisso e escusa de depor	350
8.4. Inquirição direta pelos advogados e pelo juiz.....	351
8.5. Designação de intérprete para o testemunho em língua estrangeira, de pessoa indígena e em Libras.....	354
8.6. Dever de urbanidade	355
8.7. Testemunhos em conferência (<i>witness conferecing</i> ou <i>hot tubbing</i>).....	355
8.8. Testemunho por escrito (<i>witness statement</i>).....	356
9. Documentação do testemunho.....	357
Capítulo 8 ► Prova pericial	361
1. Conceito e generalidades	361
2. Fontes da prova pericial	364
3. Espécies de perícia.....	366
4. O perito e o assistente técnico	369
4.1. O perito e suas funções	369
4.2. Requisitos para escolha do perito	372
4.3. Nomeação de mais de um perito. Perícia complexa. <i>Expert teaming</i>	378
4.4. Escusa e recusa do perito.....	379
4.5. Substituição do perito	381
4.6. Assistente técnico e suas funções	382

4.7. Quadro comparativo	383
5. Admissibilidade.....	383
6. Procedimento de produção da prova pericial	386
6.1. Requerimento ou determinação de ofício	386
6.2. Nomeação do perito, indicação do assistente e formulação de quesitos	386
6.3. Realização da perícia. A “teleperícia”	389
6.4. Conteúdo do laudo pericial	391
6.5. Manifestação das partes. Esclarecimentos do perito	394
7. Perícia em local diverso	396
8. Perícia simplificada	397
9. A cadeia de custódia e sua aplicação no processo civil	399
10. Escolha consensual do perito	400
11. Valoração do resultado da perícia. Possibilidade de “segunda perícia” ou “outra perícia”	402
12. Despesas.....	407
Capítulo 9 ► Inspeção judicial	411
1. Noção.....	411
2. Postulação e admissão/determinação da prova. Momento adequado para a sua produção.....	411
3. Inspeção como prova principal e única.....	412
4. Fonte da inspeção	412
5. Inspeção de pessoa. O direito de não ser inspecionado.....	413
6. Inspeção de pessoa (terceiro)	413
7. Inspeção direta e indireta	414
8. Inspeção indireta como perícia informal	414
9. Partes assistidas por <i>expert</i>	415
10. Local da inspeção.....	415
11. Participação das partes na produção da prova.....	415
12. Conclusão e documentação da inspeção. Auto da inspeção como pressuposto de existência	416
13. Documentação da inspeção feita na sede do juízo	416
14. Manifestação sobre resultado da prova	417
Capítulo 10 ► Decisão judicial.....	419
1. Nota introdutória.....	419
2. Sistematização dos pronunciamentos judiciais	420
2.1. Introdução: conceito e classificação dos pronunciamentos judiciais.....	420
2.2. As decisões proferidas pelo juízo singular.....	420

2.2.1.	Generalidades	420
2.2.2.	Sentença.....	420
2.2.3.	Decisão interlocutória.....	422
2.3.	As decisões proferidas em órgão colegiado	423
2.4.	Decisões unipessoais proferidas em tribunal.....	424
3.	A sentença como norma jurídica individualizada.....	424
4.	Elementos da decisão judicial.....	428
4.1.	Introdução	428
4.2.	Relatório.....	428
4.3.	Fundamentação	429
4.3.1.	A legitimação da atividade jurisdicional e a regra da motivação.....	429
4.3.2.	Racionalidade e controlabilidade	432
4.3.3.	Integridade e coerência	435
4.3.4.	O conteúdo da fundamentação.....	435
4.3.4.1.	Fundamentação de admissibilidade e fundamentação de mérito ...	436
4.3.4.2.	Fundamentação de fato e fundamentação de direito.....	437
4.3.5.	Dever de observância das consequências práticas da decisão (art. 20 da LINDB).....	444
4.3.5.1.	Introdução.....	444
4.3.5.2.	O propósito do art. 20 da LINDB.....	445
4.3.5.3.	Estrutura normativa	446
4.3.5.3.1.	Postulado hermenêutico.....	446
4.3.5.3.2.	Dever de motivação	451
4.3.5.3.3.	O art. 20 da LINDB e o art. 489 do CPC.....	452
4.3.5.4.	O dever de considerar as consequências práticas da decisão	453
4.3.5.4.1.	Introdução: o pragmatismo jurídico e seus riscos	453
4.3.5.4.2.	Conteúdo dogmático do dever de considerar as consequências práticas da decisão	454
4.3.5.5.	Conclusão do ponto e balanço crítico.....	459
4.3.6.	Decisão sem fundamentação.....	460
4.3.6.1.	Ausência de fundamentação e fundamentação deficiente	460
4.3.6.2.	Exemplos de decisões não fundamentadas (art. 489, § 1º, CPC).....	461
4.3.6.2.1.	Decisão que se limita à indicação, reprodução ou paráfrase do ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida (art. 489, § 1º, I).....	463
4.3.6.2.2.	Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso (art. 489, § 1º, II)	466
4.3.6.2.3.	Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão (art. 489, § 1º, III)	470

4.3.6.2.4.	Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (art. 489, § 1º, IV).....	471
4.3.6.2.5.	Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos (art. 489, § 1º, V).....	475
4.3.6.2.6.	Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, VI).....	477
4.3.6.2.7.	Decisão que deixa de indicar as consequências práticas da solução adotada com base em princípio normativo menos densificado.....	479
4.3.6.2.8.	Outros exemplos.....	480
4.3.6.2.9.	Dever de consideração de todos os argumentos suscitados (art. 489, § 1º, IV) e decisão de organização do processo prevista no art. 357, CPC.....	484
4.3.6.3.	Consequência da ausência de fundamentação.....	486
4.3.6.4.	O art. 489, § 1º e o ônus da fundamentação analítica dos atos postulatórios.....	488
4.3.7.	A fundamentação e a coisa julgada.....	488
4.4.	Dispositivo.....	492
4.4.1.	Conceito.....	492
4.4.2.	A teoria dos capítulos de sentença.....	496
4.4.3.	Repercussões da teoria dos capítulos de sentença.....	499
5.	Requisitos da decisão judicial.....	501
5.1.	A congruência da decisão judicial.....	501
5.2.	A congruência externa.....	502
5.2.1.	Introdução: a abrangência dos arts. 141 e 492 do CPC.....	502
5.2.2.	A congruência objetiva.....	505
5.2.2.1.	Decisão <i>ultra petita</i>	505
5.2.2.2.	Decisão <i>extra petita</i>	509
5.2.2.3.	Decisão <i>citra petita</i>	513
5.2.2.3.1.	Generalidades.....	513
5.2.2.3.2.	Espécies de decisão <i>citra petita</i>	514
5.2.2.3.3.	Problemas específicos da decisão <i>citra petita</i>	518
5.2.3.	A congruência subjetiva.....	519
5.3.	A congruência interna.....	522
5.3.1.	Introdução: uma comparação com os requisitos do pedido.....	522
5.3.2.	Certeza (art. 492, p. ún., CPC). A sentença condicional.....	522

5.3.3. Liquidez.....	527
5.3.4. Clareza e coerência.....	534
6. Interpretação da decisão judicial.....	537
7. Decisões objetivamente e/ou subjetivamente complexas.....	544
8. Decisões definitivas e decisões provisórias. Decisões de mérito e decisões de admissibilidade.....	546
8.1. As “sentenças definitivas” e as “sentenças terminativas”.....	546
8.2. Classificação baseada na profundidade do exame (decisão definitiva e decisão provisória) e na natureza da questão decidida (decisão de admissibilidade e decisão de mérito).....	549
9. A decisão e o fato superveniente.....	551
9.1. O art. 493 do CPC.....	551
9.2. Causa de pedir e causa de defesa supervenientes.....	553
9.3. Pressupostos para a aplicação do art. 493 do CPC.....	559
9.4. Aplicação do art. 493 do CPC na instância recursal.....	561
10. A decisão que acolhe exceção substancial dilatória.....	563
11. Conteúdo da decisão.....	569
11.1. Conteúdo e efeitos: distinção.....	569
11.2. Classificação das decisões de procedência quanto ao seu conteúdo.....	570
11.2.1. Introdução.....	570
11.2.2. Decisões condenatórias.....	573
11.2.3. Decisões constitutivas.....	576
11.2.4. Decisões meramente declaratórias.....	579
12. Efeitos da decisão judicial.....	582
12.1. Eficácia principal.....	582
12.2. Eficácia reflexa.....	582
12.3. Eficácia anexa (eficácia de fato).....	583
12.3.1. Generalidades.....	583
12.3.2. Hipoteca judiciária.....	585
12.4. Eficácia probatória.....	590
13. Decisão determinativa.....	592
14. Publicação, retratação e integração da decisão.....	594
Capítulo 11 ► Precedente judicial	597
1. Noções fundamentais.....	597
1.1. Decisão, precedente e <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>).....	597
1.2. <i>Obiter dictum</i> (ou <i>dictum</i>).....	600
1.3. Identificação da <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>).....	603
1.4. Espécies de decisão e precedente.....	607

1.4.1.	Decisão de admissibilidade, decisão de mérito e o precedente.....	607
1.4.2.	Decisão que homologa autocomposição e precedente	607
2.	A norma do precedente.....	608
3.	Eficácia jurídica do precedente	610
3.1.	Precedente como <i>ato-fato jurídico</i>	610
3.2.	Efeitos dos precedentes.....	611
3.2.1.	Generalidades	611
3.2.2.	Precedente com eficácia vinculante/obrigatória	612
3.2.3.	Precedente com eficácia persuasiva.....	613
3.2.4.	Precedente com eficácia de obstar a revisão de decisões.....	614
3.2.5.	Precedente com eficácia de obstar a invalidação de ato jurídico	615
3.2.6.	Precedente com eficácia autorizante	616
3.2.7.	Precedente com eficácia rescindente ou deseficazante.....	618
3.2.8.	Precedente que permite revisão de coisa julgada.....	618
3.3.	Precedentes obrigatórios no Direito brasileiro	619
3.3.1.	Generalidades	619
3.3.2.	Classificação pelo procedimento de formação	622
3.3.2.1.	Precedentes oriundos de decisões em controle concentrado de constitucionalidade feito pelo Supremo Tribunal Federal	622
3.3.2.2.	Precedentes cuja <i>ratio decidendi</i> foi enunciada em súmula.....	623
3.3.2.3.	Precedentes produzidos por incidente em julgamento de tribunal: casos repetitivos e assunção de competência. O microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	624
3.3.2.4.	Precedentes oriundos do plenário ou do órgão especial	625
3.4.	Reconstruindo algumas normas jurídicas fundamentais (princípios e regras) à luz da eficácia dos precedentes no Direito brasileiro	626
3.4.1.	Princípio da legalidade.....	627
3.4.2.	Princípio da igualdade.....	627
3.4.3.	Princípio da segurança jurídica	629
3.4.4.	Regra da motivação das decisões judiciais	630
3.4.5.	Princípio do contraditório	631
3.5.	Distinção entre a eficácia do precedente, coisa julgada e eficácia da intervenção.....	633
4.	Deveres gerais dos tribunais relacionados ao sistema de precedentes judiciais.....	634
4.1.	Generalidades	634
4.2.	Dever de uniformização da jurisprudência	635
4.3.	Dever de manter a jurisprudência estável.....	635
4.4.	Dever de dar publicidade aos precedentes	636
4.5.	Dever de coerência e dever de integridade.....	637
4.5.1.	Premissas.....	637

4.5.2.	Dever de coerência.....	640
4.5.2.1.	Generalidades.....	640
4.5.2.2.	Alguns critérios para aferição da coerência	643
4.5.2.2.1.	Conformidade com o repertório conceitual da Teoria Geral do Direito e da Dogmática Jurídica.....	643
4.5.2.2.2.	Recondução a uma mesma norma superior	644
4.5.2.2.3.	Conformidade com a regra que impõe requisitos para a congruência interna da decisão	645
4.5.3.	Dever de integridade	646
5.	A dinâmica do precedente.....	649
5.1.	Súmula, jurisprudência e precedente. Produção e interpretação. Técnica de redação de enunciado sumulado.....	649
5.2.	Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: <i>distinguishing</i>	653
5.3.	Técnicas de superação do precedente: <i>overruling</i> e <i>overriding</i>	657
5.3.1.	Generalidades	657
5.3.2.	<i>Overruling</i> difuso e <i>overruling</i> concentrado	660
5.3.3.	Fundamentação do <i>overruling</i>	661
5.3.4.	Eficácia temporal da revogação do precedente	663
5.3.5.	Modulação de efeitos da superação do precedente. A sinalização (<i>signaling</i>). Regime de transição e respeito aos atos constituídos sob a orientação anterior (arts. 23 e 24 da LINDB).....	665
5.3.6.	Superação antecipada (<i>anticipatory overruling</i>)	673
5.3.7.	Superação parcial (<i>overriding</i>).....	674
6.	A “súmula vinculante”	675
Capítulo 12 ► Coisa julgada		681
1.	Coisa julgada – noção. Efeito negativo e positivo da coisa julgada.....	681
2.	A coisa julgada como efeito jurídico.....	683
3.	Pressupostos para a formação da coisa julgada.....	685
4.	Fundamento constitucional da coisa julgada.....	686
5.	Coisa julgada formal	686
6.	Coisa julgada e tríplice identidade	687
7.	Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada <i>pro et contra, secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	688
8.	Coisa julgada e negócios processuais	689
9.	Limites objetivos da coisa julgada.....	692
9.1.	Generalidades	692
9.2.	Revisão de noções sobre a teoria da cognição judicial	692
9.2.1.	Questão principal e questão incidental.....	692
9.2.2.	Conceito de mérito (objeto litigioso) – visão tradicional	693

9.2.3. Conceito de mérito (objeto litigioso) – posição adotada – o exercício do contradireito pelo réu.....	693
9.3. Questão principal expressamente decidida.....	695
9.4. Decisão de mérito	695
9.5. Coisa julgada parcial. A ação rescisória contra coisa julgada parcial.....	696
9.6. Decisões de conteúdo processual e coisa julgada.....	699
9.7. Incidentes processuais e coisa julgada	702
9.8. Extensão da coisa julgada às questões prejudiciais incidentais	703
9.8.1. Conceito de questão prejudicial	703
9.8.2. Questão prejudicial expressa e incidentalmente decidida.....	704
9.8.3. Questão prejudicial incidental expressamente decidida e efeito devolutivo do recurso.....	706
9.8.4. Dois regimes jurídicos distintos de coisa julgada: coisa julgada relativa à solução da questão principal e coisa julgada relativa à solução da questão prejudicial incidental.....	706
9.8.5. Impedimentos à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	707
9.8.5.1. Objeção de impertinência	707
9.8.5.2. Objeção de ausência de contraditório	708
9.8.5.3. Objeção de incompetência	710
9.8.5.4. Objeção de cognição insuficiente	710
9.8.5.5. Objeção de ausência de remessa necessária.....	711
9.8.6. Alegação das objeções à extensão da coisa julgada à prejudicial incidental....	711
9.8.7. Instrumento para o controle da coisa julgada relativa à prejudicial incidental.....	712
9.8.8. Questão prejudicial principal	712
9.8.9. A sobrevivência da ação declaratória incidental	713
9.8.10. Ação declaratória autônoma	713
9.8.11. Direito transitório.....	714
9.9. Questões cuja resolução não se torna indiscutível pela coisa julgada	714
10. Limites subjetivos da coisa julgada	716
10.1. Regra geral.....	716
10.2. Hipóteses de extensão da coisa julgada a terceiros.....	716
10.3. Coisa julgada e obrigações solidárias (art. 274 do Código Civil)	719
11. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	722
12. Limites temporais da coisa julgada	725
12.1. Generalidades	725
12.2. Coisa julgada e relações jurídicas de trato continuado (art. 505, I)	726
12.3. Instrumentos de controle da coisa julgada.....	731
12.4. Teoria da relativização atípica da coisa julgada	732
13. Coisa julgada e ações concorrentes	736

Capítulo 13 ► Tutela provisória	737
1. Noções gerais.....	737
1.1. Tutela definitiva: satisfativa e cautelar.....	737
1.2. Características da tutela cautelar.....	738
1.2.1. Referibilidade e temporariedade.....	738
1.2.2. A coisa julgada cautelar.....	739
1.3. Síntese.....	742
2. “Tutela provisória”: antecipação provisória dos efeitos da tutela definitiva.....	743
2.1. Generalidades.....	743
2.2. Características.....	744
2.3. Espécies de tutela provisória: satisfativa (antecipada) e cautelar.....	745
3. Regime jurídico da tutela provisória: regras gerais.....	746
3.1. Introdução terminológica.....	746
3.2. Fundamento: urgência ou evidência.....	746
3.3. Forma de requerimento: incidental ou antecedente.....	748
3.4. Legitimidade.....	750
3.5. Cabimento.....	753
3.6. Momento da concessão.....	755
3.6.1. Considerações iniciais.....	755
3.6.2. Liminarmente.....	756
3.6.3. Na sentença.....	759
3.6.4. Em grau recursal.....	759
3.7. Manifestação do requerido.....	760
3.8. Instrução.....	761
3.9. Decisão.....	762
3.10. Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo.....	763
3.11. Recurso.....	765
3.12. Efeitos antecipáveis.....	766
3.13. Forma de efetivação.....	768
3.14. Concessão de ofício.....	772
4. Tutela provisória de urgência.....	773
4.1. Considerações iniciais.....	773
4.2. Pressupostos gerais.....	775
4.2.1. Probabilidade do direito.....	775
4.2.2. Perigo da demora.....	776
4.3. Pressuposto específico: reversibilidade da tutela provisória satisfativa.....	780
4.4. Tutela de urgência satisfativa (antecipada) em caráter antecedente.....	783

4.5.	Estabilização da tutela de urgência satisfativa (antecipada)	785
4.5.1.	Estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada como técnica de monitorização do processo civil brasileiro	785
4.5.2.	Pressupostos da estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada....	787
4.5.2.1.	Requerimento de tutela provisória satisfativa antecedente	788
4.5.2.2.	Ausência de manifestação do autor pelo prosseguimento do processo para a tutela definitiva	788
4.5.2.3.	Decisão que concede a tutela provisória satisfativa antecedente ...	790
4.5.2.4.	Inércia do réu.....	790
4.5.2.5.	Síntese dos pressupostos para a estabilização da tutela provisória satisfativa e negócio processual atípico sobre o tema.....	794
4.5.3.	Ação de impugnação ou confirmação da decisão concessiva de tutela provisória satisfativa estabilizada	795
4.5.4.	Estabilização da tutela satisfativa antecedente e coisa julgada. Confronto com a ação monitória	796
4.5.5.	Despesas processuais e estabilização da tutela satisfativa antecedente	798
4.5.6.	Aplicação da técnica da estabilização da tutela provisória à tutela requerida em caráter incidental e à tutela provisória de evidência	799
4.6.	Tutela de urgência cautelar em caráter antecedente	800
4.7.	Fungibilidade das tutelas de urgência	804
5.	Tutela provisória de evidência	805
5.1.	Conceitos fundamentais.....	805
5.2.	Pressupostos	807
5.2.1.	Noções iniciais.....	807
5.2.2.	Tutela de evidência punitiva. Atos protelatórios e abusivos da parte	809
5.2.3.	Tutela de evidência documentada fundada em precedente obrigatório	813
5.2.4.	Tutela de evidência documentada de contrato de depósito.....	816
5.2.5.	Tutela de evidência documentada na ausência de contraprova documental suficiente	818
6.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	819
6.1.	Panorama legislativo – perspectiva histórica e atual.....	819
6.2.	Panorama doutrinário.....	822
6.3.	Panorama jurisprudencial	826
6.4.	Exigência de trânsito em julgado para a expedição do precatório (EC n. 30/2001 e n. 62/2009).....	829
6.5.	Tutela provisória para a obrigação de fazer, não fazer e dar coisa em face do Poder Público.....	831
6.6.	Tutela provisória contra o Poder Público em matéria tributária.....	833

Capítulo 14 ► Processo estrutural	835
1. Histórico do assunto	835
2. Conceitos.....	837
2.1. Problema estrutural.....	837
2.2. Processo estrutural.....	841
2.3. Decisão estrutural.....	843
3. Características	845
3.1. Características típicas, mas não essenciais: a multipolaridade, a coletividade e a complexidade.....	845
3.2. Características essenciais: o problema estrutural, a implementação de um estado ideal de coisas, o procedimento bifásico e flexível, e a consensualidade	850
4. Procedimento.....	851
4.1. Flexibilidade intrínseca e consensualidade.....	851
4.2. As duas fases do processo estrutural: o <i>standard</i> do processo falimentar.....	852
4.2.1. Primeira fase: constatação do estado de desconformidade e decisão estrutural que estabelece uma meta a ser atingida (um novo estado de coisas)	852
4.2.2. Segunda fase: implementação da meta estabelecida na decisão estrutural ..	853
4.2.2.1. Definição do tempo, modo e grau de reestruturação, do regime de transição e da forma de avaliação/fiscalização das medidas estruturantes.....	854
4.2.2.2. Liquidação estrutural	861
4.2.2.3. Decisões em cascata.....	862
4.3. Algumas técnicas de flexibilização do procedimento no processo estrutural	864
4.3.1. Atenuação das regras da congruência objetiva externa e da estabilização objetiva da demanda, com possibilidade de alteração do objeto	864
4.3.2. Legitimidade democrática pela abertura do processo à participação de terceiros	867
4.3.3. Atipicidade dos meios probatórios.....	868
4.3.4. Atipicidade das medidas executivas. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): <i>Claims Resolution Facilities</i>	869
4.3.5. Atipicidade da cooperação judiciária.....	871
4.4. Adoção do procedimento comum do CPC, com trânsito de técnicas.....	873
 Bibliografia.....	 875

Fredie Didier Jr.
Leonardo Carneiro da Cunha

Curso de **DIREITO** **PROCESSUAL** **CIVIL**

Meios de Impugnação
às Decisões Judiciais e
Processo nos Tribunais

3

22^a

Edição

REVISTA
ATUALIZADA
AMPLIADA

2025

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota dos autores à 22ª edição	29
Nota dos autores à 21ª edição	31
Nota dos autores à 13ª edição	33
Prefácio	37

PARTE 1 – O PROCESSO CIVIL NOS TRIBUNAIS

Capítulo 1 ► Da ordem do processo no tribunal.....	43
1. Generalidades.....	43
2. A função do regimento interno dos tribunais.....	44
3. Protocolo, registo e distribuição	45
4. Conexão e prevenção	48
5. Distinções: voto, julgamento, acórdão e ementa.....	50
5.1. Generalidades	50
5.2. O voto vencido e a sua função em um sistema de precedentes vinculantes.....	52
5.3. Decisões plurais e voto concorrente	53
5.4. Fundamentação do voto e fundamentação do acórdão. As decisões plurais.....	54
5.5. A ementa.....	54
5.6. Lavratura do acórdão e publicação	56
6. A tutela provisória nos tribunais	60
7. A produção de prova em tribunal.....	61
8. Relator.....	64
8.1. Generalidades	64
8.2. Poderes do relator	65
8.2.1. Generalidades.....	65
8.2.2. Poderes ordinatórios.....	66
8.2.3. O dever geral de correção de defeitos processuais em tribunal (art. 938, §§ 1º e 2º, CPC)	67
8.2.4. Poder instrutório	68
8.2.5. Poderes decisórios	68
8.2.5.1. Homologar autocomposição	68
8.2.5.2. Decidir requerimento de tutela provisória.....	69

8.2.5.3.	Decidir requerimento de concessão de gratuidade da justiça, bem como o pedido de sua revogação	69
8.2.5.4.	Proceder ao juízo de admissibilidade dos recursos	70
8.2.5.4.1.	Generalidades.....	70
8.2.5.4.2.	Dever geral de prevenção.....	71
8.2.5.5.	Proceder ao juízo de mérito dos recursos	74
8.2.5.6.	Decisões finais em processos de competência originária	76
8.2.5.7.	Decisões de conteúdo interlocutório	77
9.	Proibição de decisão-surpresa em tribunal.....	78
10.	O julgamento.....	81
10.1.	A colegialidade como regra	81
10.2.	Sessões de julgamento eletrônico no Poder Judiciário. A Resolução n. 591/2024 do Conselho Nacional de Justiça.....	82
10.3.	Convocação de outros juízes para a composição do quorum do julgamento	90
10.4.	Da ordem de julgamento, inclusão e publicação da pauta.....	91
10.5.	Sustentação oral.....	94
10.5.1.	Generalidades.....	94
10.5.2.	Hipóteses em que se admite e em que não se admite sustentação oral	95
10.5.3.	O momento para a apresentação da sustentação oral	99
10.5.4.	A publicidade como meio de viabilizar a sustentação oral.....	100
10.5.5.	Requerimento de sustentação oral	101
10.5.6.	Sustentação oral no incidente de resolução de demandas repetitivas	101
10.5.7.	Sustentação oral por videoconferência	102
10.5.8.	Negócios processuais sobre sustentação oral.....	102
10.5.9.	Sustentação oral <i>versus</i> esclarecimento de fato.....	104
10.6.	Pedido de vista. A Resolução n. 202/2015 do Conselho Nacional de Justiça	104
10.7.	Votação própria para o juízo de admissibilidade e para cada um dos pedidos cumulados. A definição dos fundamentos determinantes.....	106
10.8.	Ampliação do colegiado em caso de divergência.....	109
10.8.1.	Generalidades.....	109
10.8.2.	Natureza jurídica da ampliação do colegiado e repercussões práticas de sua definição	111
10.8.3.	Observância do juiz natural.....	114
10.8.4.	Ampliação do julgamento na apelação	115
10.8.5.	Ampliação do julgamento no agravo de instrumento.....	117
10.8.6.	Ampliação do julgamento em embargos de declaração.....	118
10.8.7.	Ampliação do julgamento no agravo interno em apelação ou em agravo de instrumento	120
10.8.8.	Ampliação do julgamento na ação rescisória.....	121
10.8.9.	Embargos de declaração contra acórdão proferido por órgão com composição ampliada.....	124
10.8.10.	Ampliação do colegiado em mandado de segurança.....	125

10.8.11. Casos em que não se aplica a ampliação da composição	126
10.8.12. Direito intertemporal na ampliação da composição	127
10.9. A dispersão de votos (ausência de maioria). O voto-médio	128
10.10. Proclamação do resultado	131
10.11. Modificação de voto	132

PARTE 2 – RECURSOS

Capítulo 2 ► Teoria e parte geral dos recursos	135
1. Conceito de recurso	135
2. Meios de impugnação de decisões judiciais	137
3. O princípio do duplo grau de jurisdição	138
3.1. Constitucionalidade do princípio	138
3.2. Conteúdo essencial do duplo grau	139
3.3. Duplo grau vertical e duplo grau horizontal	141
3.4. Críticas ao duplo grau de jurisdição	141
3.5. Limitações ao duplo grau	143
4. Classificação dos recursos	144
4.1. Quanto à extensão da matéria: recurso parcial e recurso total	144
4.2. Quanto à fundamentação: fundamentação livre e fundamentação vinculada	147
5. Atos sujeitos a recurso e recursos em espécie	147
6. Desistência do recurso	150
7. Renúncia ao direito de recorrer e aquiescência à decisão	156
8. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito do recurso	157
8.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito: distinção	157
8.2. Generalidades sobre o juízo de admissibilidade	159
8.3. Objeto do juízo de admissibilidade	160
8.3.1. Consideração introdutória	160
8.3.2. Cabimento	161
8.3.2.1. Generalidades	161
8.3.2.2. Princípio da fungibilidade dos recursos	161
8.3.2.3. Regra da unicidade, unirecorribilidade ou singularidade	163
8.3.2.4. Regra da taxatividade	164
8.3.3. Legitimidade	164
8.3.3.1. Parte	164
8.3.3.2. Recurso do assistente simples	165
8.3.3.3. <i>Amicus curiae</i>	166
8.3.3.3.1. Generalidades	166

8.3.3.3.2.	Legitimidade recursal do <i>amicus curiae</i> contra acórdão de repercussão geral. Decisão do STF	167
8.3.3.4.	Terceiro.....	168
8.3.3.5.	Ministério Público	169
8.3.4.	Interesse.....	170
8.3.4.1.	Generalidades.....	170
8.3.4.2.	Interesse recursal eventual.....	171
8.3.4.3.	Interesse recursal e fundamentação da decisão recorrida.....	172
8.3.4.3.1.	Generalidades.....	172
8.3.4.3.2.	Embargos de declaração	172
8.3.4.3.3.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	173
8.3.4.3.4.	Extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	173
8.3.4.3.5.	Formação do precedente obrigatório.....	174
8.3.5.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.....	176
8.3.6.	Tempestividade.....	176
8.3.7.	Regularidade formal. A regra da dialeticidade dos recursos	184
8.3.8.	Preparo	186
8.3.8.1.	Generalidades.....	186
8.3.8.2.	Problemas relacionados ao preparo	188
8.3.8.2.1.	Preparo insuficiente	188
8.3.8.2.2.	Ausência de preparo	190
8.3.8.2.3.	Relevação da deserção.....	193
8.3.8.3.	Sujeitos dispensados do preparo.....	193
8.3.8.4.	Recursos que dispensam o preparo.....	195
8.4.	Natureza jurídica do juízo de admissibilidade.....	196
8.5.	Juízo de mérito.....	199
8.5.1.	Conceito de mérito do recurso	199
8.5.2.	A causa de pedir recursal: o <i>error in procedendo</i> e o <i>error in iudicando</i>	200
8.5.3.	Cumulação de pedidos no recurso	202
8.5.4.	Julgamento rescindente e julgamento substitutivo. O efeito substitutivo dos recursos	204
9.	Trânsito de técnicas processuais entre os procedimentos recursais	205
10.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> . Vedação ao “benefício comum” do recurso.....	206
11.	Efeitos dos recursos.....	208
11.1.	Impedimento ao trânsito em julgado	208
11.2.	Efeito suspensivo	208
11.3.	Efeito devolutivo: extensão e profundidade (efeito translativo).....	210
11.4.	Efeito regressivo ou efeito de retratação.....	216
11.5.	Efeito expansivo subjetivo (extensão subjetiva dos efeitos)	216
12.	Recursos subordinados	218

12.1. Generalidades	218
12.2. O recurso adesivo	218
13. Sucumbência recursal	227
Capítulo 3 ► Apelação	235
1. Generalidades.....	235
1.1. Conceito e regra geral de cabimento	235
1.2. Situações excepcionais.....	236
1.2.1. Embargos infringentes de alçada	236
1.2.2. Sentença que decreta a falência	236
2. Apelação contra decisão interlocutória.....	237
2.1. Generalidades sobre a recorribilidade das decisões interlocutórias no CPC-2015.....	237
2.2. Premissa geral para a compreensão do art. 1.009, § 1º, CPC: a apelação contra decisão interlocutória não agravável.....	239
2.3. Impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis pela parte vencida	240
2.4. Impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis pela parte vencedora.....	242
2.4.1. Generalidades: a apelação do vencedor prevista no § 1º do art. 1.009 e a preclusão das decisões interlocutórias não agraváveis a ele desfavoráveis	242
2.4.2. A apelação do vencedor como espécie de recurso subordinado. Distinção entre a apelação subordinada do vencedor e o recurso adesivo	244
2.4.3. A apelação do vencedor como espécie de recurso condicionado. Procedimento de julgamento	247
2.4.4. Interposição de apelação autônoma pelo vencedor: aplicação da instrumentalidade das formas.....	250
3. Regularidade formal e prazo.....	251
4. Efeitos.....	253
4.1. Efeito devolutivo	253
4.1.1. Generalidades.....	253
4.1.2. Questão prejudicial incidental resolvida e efeito devolutivo da apelação	256
4.1.3. Acordo de organização do processo (art. 357, § 2º, CPC) e profundidade do efeito devolutivo da apelação.....	256
4.1.4. Apelação nos casos de improcedência liminar do pedido.....	257
4.2. Efeito suspensivo	259
4.2.1. Regra geral e as hipóteses em que a apelação não tem efeito suspensivo automático (art. 1.012, § 1º, CPC)	259
4.2.1.1. Generalidades.....	259
4.2.1.2. Hipóteses em que a apelação não tem efeito suspensivo automático	260
4.2.2. Modo para requerer efeito suspensivo à apelação (art. 1.012, §§ 3º e 4º).....	265
4.3. Efeito de retratação.....	267
5. Alegação nova de fato e alegação de fato novo em apelação.....	267
6. Procedimento	270

6.1.	Procedimento da apelação perante o juízo <i>a quo</i>	270
6.2.	Procedimento da apelação no tribunal	271
7.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal (art. 1.013, § 3º, CPC)	272
7.1.	Generalidades	272
7.2.	Hipóteses de aplicação da regra	274
7.2.1.	Sentença de conteúdo processual (art. 1.013, § 3º, I, CPC)	274
7.2.2.	Sentença que violou a regra da congruência (art. 1.013, § 3º, II, CPC)	276
7.2.3.	Sentença que não examinou um pedido (art. 1.013, § 3º, III, CPC)	276
7.2.4.	Sentença sem fundamentação (art. 1.013, § 3º, IV, CPC)	278
Capítulo 4 ► Agravo de instrumento		279
1.	Generalidades	279
1.1.	Breve histórico legislativo	279
1.1.1.	Os agravos no CPC-1939	279
1.1.2.	Os agravos no CPC-1973	281
1.1.3.	As mudanças operadas pela Lei n. 9.139/1995	282
1.1.4.	As modificações da Lei n. 10.352/2001	283
1.1.5.	As mudanças da Lei n. 11.187/2005	283
1.1.6.	O agravo de instrumento no CPC-2015	283
1.2.	Cabimento	284
1.2.1.	Decisões interlocutórias agraváveis	285
1.2.2.	Decisões interlocutórias não agraváveis	285
1.2.3.	Decisão que decreta a falência	285
1.2.4.	Decisão que julga a fase de liquidação de sentença	286
2.	Decisões agraváveis	288
2.1.	Taxatividade das hipóteses de agravo de instrumento na fase de conhecimento	288
2.2.	Taxatividade e interpretação extensiva	288
2.3.	A “taxatividade mitigada” do rol do <i>caput</i> do art. 1.015: o posicionamento da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça	291
2.4.	Hipóteses típicas (art. 1.015, CPC)	294
2.4.1.	Tutela provisória (art. 1.015, I, CPC)	295
2.4.2.	Decisão de mérito (art. 1.015, II, CPC)	297
2.4.2.1.	Generalidades	297
2.4.2.2.	Decisão que aplica multa processual	298
2.4.2.3.	A decisão que indefere uma das provas em produção antecipada de prova	298
2.4.3.	Decisão que rejeita alegação de convenção de arbitragem (art. 1.015, III, CPC)	299
2.4.3.1.	Generalidades	299
2.4.3.2.	Decisão que versa sobre competência	300

2.4.3.3.	Decisão interlocutória que nega eficácia a negócio jurídico processual.....	301
2.4.3.4.	Decisão do juízo arbitral sobre sua competência.....	302
2.4.4.	Decisão que resolve o incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 1.015, IV, CPC).....	303
2.4.5.	Decisão sobre gratuidade da justiça (art. 1.015, V, CPC).....	303
2.4.6.	Decisão sobre exibição ou posse de documento ou coisa (art. 1.015, VI, CPC).....	305
2.4.7.	Decisão que exclui litisconsorte (art. 1.015, VII, CPC).....	306
2.4.8.	Decisão que rejeita pedido de limitação do litisconsórcio (art. 1.015, VIII, CPC).....	307
2.4.9.	Decisão que admite ou inadmite intervenção de terceiros (art. 1.015, IX, CPC).....	308
2.4.9.1.	Generalidades.....	308
2.4.9.2.	Regra não aplicável à intervenção do <i>amicus curiae</i> , cujo deferimento é irrecorrível (art. 138, CPC).....	308
2.4.10.	Decisão que concede, modifica ou revoga o efeito suspensivo aos embargos à execução (art. 1.015, X, CPC).....	309
2.4.11.	Decisão sobre a redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º (art. 1.015, XI, CPC).....	310
2.4.12.	Outros casos previstos em lei.....	312
2.5.	A atipicidade do cabimento de agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação, cumprimento de sentença, execução, falência e recuperação judicial, e no processo de inventário e partilha (art. 1.015, par. ún., CPC).....	313
2.6.	A recorribilidade das decisões interlocutórias no processo da ação popular.....	314
2.7.	A recorribilidade das decisões interlocutórias no processo da ação de improbidade administrativa.....	315
2.8.	O problema do “protesto por nulidade” (art. 278, CPC).....	316
2.9.	O problema da decisão de saneamento (art. 357, § 1º, CPC).....	317
2.10.	O problema das decisões interlocutórias não agraváveis anteriores e o agravo de instrumento contra decisão parcial.....	319
3.	Regularidade formal e prazo.....	321
3.1.	Generalidades.....	321
3.2.	Agravo de instrumento em autos eletrônicos.....	323
3.3.	Agravo de instrumento em autos de papel.....	324
3.3.1.	Cópias obrigatórias (art. 1.017, I, CPC).....	324
3.3.2.	Desnecessidade de autenticação das cópias obrigatórias.....	327
3.3.3.	Ausência de cópias obrigatórias. Intimação para regularização. Consequências.....	327
3.3.4.	Modos de interposição do agravo de instrumento.....	328
3.3.5.	Comprovação da interposição do agravo de instrumento (art. 1.018, CPC).....	329
4.	Procedimento do agravo de instrumento.....	332
5.	Aplicação do art. 1.013, § 3º, CPC, ao agravo de instrumento.....	335

6. Extinção do processo em julgamento de agravo de instrumento.....336
 7. Agravo de instrumento pendente e superveniência de sentença.....337

Capítulo 5 ► Embargos de declaração.....343

1. Generalidades e cabimento 344
 2. Fundamentação vinculada..... 344
 2.1. Noções gerais344
 2.2. Erro material..... 345
 2.3. Contradição..... 347
 2.4. Omissão348
 2.4.1. Generalidades..... 348
 2.4.2. Presunção de omissão: ausência de manifestação sobre o julgamento de casos repetitivos ou de assunção de competência 350
 2.4.3. Presunção de omissão: violação do § 1º do art. 489352
 2.5. Obscuridade.....353
 2.6. Decisão *ultra e extra petita* – jurisprudência354
 2.7. Ausência de requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso – art. 897-A, CLT...354
 2.8. Fim da previsão dos embargos em caso de dúvida nos Juizados Especiais (art. 48, Lei 9.099/1995).....355
 2.9. Adequação do julgamento a precedente obrigatório356
 3. Decisões embargáveis 357
 3.1. Qualquer decisão (art. 1.022, *caput*, CPC)357
 3.2. Embargos de declaração contra decisão que julga anteriores embargos.....359
 3.3. Embargos de declaração contra decisão proferida em processo administrativo.....360
 4. Dispensa de preparo361
 5. Prazo361
 5.1. Regra geral: cinco dias.....361
 5.2. Aplicação da dobra de prazo no caso de litisconsortes com advogados diferentes (art. 1.023, § 1º, CPC)361
 5.3. Processo eleitoral: 3 dias (art. 275, Código Eleitoral).....362
 6. Embargos de declaração e preclusão362
 7. Regularidade formal dos embargos de declaração363
 8. Natureza da decisão que julga os embargos de declaração364
 9. Competência.....366
 9.1. Órgão prolator da decisão embargada (art. 1.024, CPC).....366
 9.2. Inclusão em pauta, caso não sejam julgados na sessão subsequente (art. 1.024, § 1º).....367
 10. Fungibilidade com o agravo interno: necessidade de intimação para ajustar as razões (art. 1.024, § 3º)368
 11. Efeito devolutivo368
 12. Efeito de interromper o prazo para outros recursos (art. 1.026), para qualquer das partes370

12.1. Generalidades	370
12.2. Interrupção do prazo para embargos de declaração pela parte contrária: STJ, REsp 444.162/GO	371
12.3. Fim da discussão no âmbito dos Juizados Especiais (art. 50, Lei 9.099/1995).....	373
12.4. O efeito interruptivo dos embargos de declaração no processo eleitoral (art. 275, Código Eleitoral).....	374
13. Efeito suspensivo.....	374
13.1. Regra	374
13.2. Possibilidade de requerimento de efeito suspensivo nos próprios embargos de declaração (art. 1.026, § 1º).....	375
14. Efeito modificativo.....	376
14.1. Generalidades	376
14.2. Necessidade de contrarrazões (art. 1.023, § 2º; art. 897-A, § 2º, CLT).....	377
14.3. Regra da complementaridade do recurso já interposto (art. 1.024, § 4º, CPC).....	378
14.4. Desnecessidade de ratificação	379
15. Embargos inadmissíveis e produção de efeitos. Regra geral e o art. 897-A, § 3º, CLT.....	380
16. Embargos de declaração protelatórios.....	381
16.1. Generalidades	381
16.2. Multa não excedente a dois por cento do valor atualizado da causa.....	382
16.3. Na reiteração, elevação da multa, condicionado novo recurso ao depósito da multa	383
16.4. Exceção: beneficiário da gratuidade e a Fazenda Pública	385
16.5. Não permissão de terceiros embargos, após os dois primeiros terem sido considerados protelatórios.....	386
16.6. Embargos de declaração protelatórios no processo eleitoral.....	387
17. Embargos de declaração e pré-questionamento	387
17.1. Generalidades. Consagração do pré-questionamento ficto – superação do enunciado n. 211 da súmula do STJ e do entendimento mais recente do STF (art. 1.025, CPC)	387
17.2. Embargos de declaração com finalidade de pré-questionamento não têm caráter protelatório (súmula do STJ, n. 98).....	390
18. Embargos de declaração e ordem cronológica: art. 12, § 1º, V, CPC.....	391
19. Embargos de declaração e <i>amicus curiae</i>	391
20. Controle de constitucionalidade e o julgamento dos embargos de declaração.....	392
Capítulo 6 ► Agravo Interno	393
1. Generalidades e cabimento	393
2. Prazo	395
3. Dispensa de preparo, regularidade formal e contrarrazões	397
4. Procedimento de julgamento.....	398
5. Agravo interno manifestamente inadmissível ou manifestamente improcedente	399
6. Agravo interno e a regra de respeito à ordem cronológica de conclusão	401
7. Agravo interno e embargos de declaração	401

Capítulo 7 ▶ Recurso ordinário constitucional.....	403
1. Hipóteses de cabimento.....	403
2. Regime jurídico.....	404
3. Efeitos do recurso ordinário. Medida destinada a obtenção de efeito suspensivo	406
4. Interposição de recurso extraordinário no lugar do ordinário. Fungibilidade. Primazia do exame do mérito.....	407
5. Procedimento	408
6. Recurso ordinário constitucional para o STF	411
7. Recurso ordinário constitucional para o STJ	412
7.1. Recurso ordinário constitucional em mandado de segurança.....	412
7.2. Recurso ordinário constitucional em causas internacionais.....	413
7.2.1. Interposição de apelação no lugar do recurso ordinário. Fungibilidade. Primazia do exame do mérito	414
7.2.2. Sucumbência recursal.....	415
Capítulo 8 ▶ Recurso extraordinário e recurso especial	417
1. Características gerais	418
2. Efeito devolutivo restrito. Recursos de fundamentação vinculada.....	418
3. Recursos extraordinários e reexame de prova. O Tema 1.246 do Superior Tribunal de Justiça.....	418
4. Recurso excepcional e os conceitos jurídicos indeterminados.....	422
5. Recursos extraordinários e interpretação de cláusula contratual.....	423
6. Pré-questionamento.....	426
7. Exigência de prévio esgotamento das instâncias ordinárias. Proibição de recurso extraordinário ou especial <i>per saltum</i>	429
8. Recursos extraordinário e especial contra provimentos de urgência (Súmula do STJ, n. 86 e Súmula do STF, n. 735).....	431
9. Procedimento do recurso extraordinário e do recurso especial no tribunal local (art. 1.030, CPC).....	434
9.1. Do juízo provisório exercido pelo presidente ou vice-presidente do tribunal local....	434
9.2. A interpretação do art. 1.030 do CPC e o juízo de mérito exercido pelo presidente ou vice-presidente do tribunal local	435
9.3. As condutas que podem ser tomadas pelo Presidente ou Vice-Presidente do tribunal local.....	438
9.4. O art. 1.030 do CPC e a possibilidade de superação do entendimento dos tribunais superiores.....	442
9.5. O enunciado 83 da súmula do STJ e a necessidade de sua superação	444
10. Primazia da decisão do mérito do recurso extraordinário ou especial (art. 1.029, § 3º, CPC) ..	448
11. Efeito suspensivo.....	451
12. Profundidade do efeito devolutivo dos recursos excepcionais.....	453

12.1.	Generalidades. O art. 1.034, CPC, e o n. 456 da súmula do STF. O exame de questões apreciáveis <i>ex officio</i> e de outras questões não enfrentadas pelo tribunal recorrido	453
12.2.	As questões supervenientes. O art. 493 do CPC aplicado aos recursos extraordinários.....	457
12.3.	Os enunciados 292 e 528 da súmula da jurisprudência predominante do STF e o parágrafo único do art. 1.034 do CPC.....	461
13.	Preparo	465
14.	Interposição simultânea de recurso especial e recurso extraordinário. O art. 1.031 do CPC. O enunciado 283 da súmula do STF. O enunciado 126 da súmula do STJ.....	465
14.1.	Generalidades	465
14.2.	Momento da interposição simultânea	469
14.3.	Substitutividade compartilhada.....	470
14.4.	Repercussão geral do recurso extraordinário e o enunciado 283 da súmula do STF ...	474
14.5.	Processamento dos recursos extraordinários interpostos conjuntamente. Análise do art. 1.031 do CPC.....	476
15.	Recurso especial	479
15.1.	Considerações gerais sobre o recurso especial	479
15.2.	Cabimento com fundamento na letra “a” do inciso III do art. 105 da CF/1988	480
15.3.	Cabimento com fundamento na letra “b” do inciso III do art. 105 da CF/1988	483
15.4.	Cabimento com fundamento na letra “c” do inciso III do art. 105 da CF/1988	483
15.5.	Regra de conversão do recurso especial em recurso extraordinário	487
15.6.	Recurso extraordinário em julgamento de recurso especial	489
15.7.	Controle difuso da constitucionalidade da lei federal apontada como violada	490
15.8.	Recurso especial em remessa necessária	491
15.9.	Relevância das questões de direito federal em recurso especial	492
15.9.1.	A EC n. 125/2022: a exigência da relevância da questão de direito federal para a admissibilidade do recurso especial	492
15.9.2.	Norma constitucional de eficácia limitada.....	492
15.9.3.	Hipóteses de presunção absoluta da relevância da questão federal no recurso especial	493
15.9.4.	A relevância da questão federal no recurso especial <i>versus</i> a repercussão geral no recurso extraordinário	496
15.9.5.	A relevância da questão federal no recurso especial <i>versus</i> a transcendência no recurso de revista	497
15.9.6.	Direito intertemporal.....	498
16.	Recurso extraordinário	499
16.1.	Considerações gerais	499
16.2.	Cabimento com fundamento na letra “a” do inciso III do art. 102 da CF/1988	501
16.2.1.	Generalidades.....	501
16.2.2.	O problema da ofensa reflexa. Conversão do recurso extraordinário em recurso especial	502
16.3.	Cabimento com fundamento na letra “b” do inciso III do art. 102 da CF/1988	506

16.4.	Cabimento com fundamento na letra “c” do inciso III do art. 102 da CF/1988	508
16.5.	Cabimento com fundamento na letra “d” do inciso III do art. 102 da CF/1988.....	509
16.6.	Recurso extraordinário contra julgamento que contraria tratado internacional sobre direitos fundamentais	510
16.7.	A repercussão geral	511
16.7.1.	Generalidades	511
16.7.2.	Repercussão geral e arguição de relevância	513
16.7.3.	Concretização da repercussão geral	514
16.7.4.	Hipóteses de presunção legal absoluta de repercussão geral.....	516
16.7.5.	Julgamento eletrônico (“plenário virtual”).....	518
16.7.6.	Repercussão geral, julgamento de casos repetitivos e incidente de assunção de competência.....	520
16.7.7.	Repercussão geral, ofensa reflexa à Constituição e julgamento de casos repetitivos sobre questão processual. O julgamento virtual e o precedente vinculativo nos termos do Regimento Interno do STF.....	521
16.7.8.	Eficácia vinculante do precedente em repercussão geral.....	523
16.7.9.	Ausência de repercussão geral com eficácia apenas para o caso concreto ...	525
16.7.10.	Intervenção de <i>amicus curiae</i> e suspensão dos processos pendentes	527
16.7.11.	Requerimento de exclusão do processo da ordem de sobrestamento.....	528
16.8.	A “objetivação” do recurso extraordinário: o controle difuso de constitucionalidade e o sistema de precedentes obrigatórios.....	528
Capítulo 9 ► Agravo em recurso especial ou extraordinário		533
1.	Características gerais	533
2.	Cabimento.....	534
3.	Agravo em recurso especial ou extraordinário com fundamento em mais de uma hipótese admissibilidade	535
4.	Dispensa de preparo	536
5.	Procedimento	536
5.1.	Interposição, prazo e contraditório.....	536
5.2.	Juízo de retratação.....	537
5.3.	Remessa à Corte Superior.....	537
6.	Aplicação do regime de julgamento de casos repetitivos	538
7.	Julgamento.....	539
8.	Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	540
Capítulo 10 ► Embargos de divergência		541
1.	Conceito e objetivos dos embargos de divergência	541
2.	Hipóteses de cabimento.....	542
3.	Necessidade de a divergência ser atual e sua comprovação (confronto analítico)	548
4.	Procedimento	551
5.	Causa de pedir e pedido nos embargos de divergência.....	554
6.	Dever de fundamentação na inadmissibilidade dos embargos de divergência.....	555

7. Interrupção do prazo para interposição de recurso extraordinário.....	555
8. Embargos de divergência repetitivos.....	556
Capítulo 11 ► Remessa necessária	557
1. Terminologia	557
2. Noções históricas	557
3. Natureza jurídica	561
4. Hipóteses de Cabimento	566
4.1. Decisão de mérito proferida contra a Fazenda Pública	566
4.2. Remessa necessária e decisões que não resolvem o mérito	567
4.3. Remessa necessária no processo da ação popular.....	568
4.4. Remessa necessária na ação civil pública. Aplicação analógica da Lei nº 4.717/ 1965.....	569
4.5. Remessa necessária em processo de mandado de segurança	570
4.6. Sentença que acolhe embargos à execução fiscal.....	571
4.7. Sentença proferida em processo no qual a Fazenda Pública figura como assistente simples do réu.....	572
4.8. Remessa necessária e sentença arbitral.....	572
4.9. Pressuposto negativo de admissibilidade da remessa necessária	573
4.10. A remessa necessária e as decisões interlocutórias não agraváveis. Aplicação do § 1º do art. 1.009 do CPC à remessa necessária.....	574
5. Remessa necessária e a extensão da coisa julgada à questão prejudicial incidental	574
6. Procedimento	575
7. Tutela provisória na remessa necessária.....	576
8. Dispensa da remessa necessária	577
8.1. Hipóteses de dispensa da remessa necessária previstas no CPC e na legislação ex- travagante. Valor da condenação ou do direito controvertido. Súmulas (judiciais e administrativas). Precedentes obrigatórios. Entendimentos vinculantes	577
8.2. Hipóteses de dispensa da remessa necessária no mandado de segurança.....	581
8.3. Dispensa da remessa por negócio processual.....	582
9. A necessidade de determinação da remessa necessária pelo Juiz. Meios de impugna- ção contra a dispensa da determinação.....	582
10. Aplicação do § 3º do art. 1.013 ao julgamento da remessa necessária	584

PARTE 3 – AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAL E QUERELA NULLITATIS

Capítulo 12 ► Ação rescisória.....	587
1. Generalidades.....	587
2. Decisão rescindível.....	589
2.1. Decisão interlocutória, sentença, decisão de membro de tribunal ou acórdão	589
2.2. Decisão de inadmissibilidade (art. 966, § 2º).....	591

2.2.1.	Generalidades.....	591
2.2.2.	Decisões de inadmissibilidade que impedem a repositura da demanda (art. 966, § 2º, I).....	592
2.2.3.	Decisões de inadmissibilidade que impedem o conhecimento de recurso (art. 966, § 2º, II).....	595
2.3.	Decisão que aplica sanção processual e decisão sobre as verbas da sucumbência.....	596
2.4.	Decisões que homologam autocomposição.....	597
2.5.	Decisão que homologa partilha amigável	598
2.6.	Decisão que julga a liquidação de sentença.....	600
2.7.	Decisão que extingue a execução.....	600
2.8.	Rescisória de rescisória.....	602
2.9.	Rescisória parcial (art. 966, § 3º, CPC).....	602
2.10.	Rescisória de questão prejudicial incidental.....	603
2.11.	Tutela provisória estabilizada.....	604
2.12.	Juizados Especiais. O tema 100 da repercussão geral do STF	604
2.13.	Jurisdição voluntária	607
2.14.	A decisão <i>citra petita</i> . A OJ 41 da SBDI-2 do TST. Superação do enunciado 453 da súmula do STJ	607
2.15.	Incidentes processuais.....	608
2.16.	Casos de <i>querela nullitatis</i>	609
2.17.	O enunciado n. 514 da súmula do Supremo Tribunal Federal.....	611
2.18.	Decisão rescindenda e trânsito em julgado superveniente	611
2.19.	A ação rescisória e a ação “anulatória” do § 4º do art. 966 do CPC	612
2.19.1.	Nota introdutória. Premissas para a compreensão do problema.....	612
2.19.2.	Análise dogmática do § 4º do art. 966	613
2.19.2.1.	Generalidades e duas primeiras impropriedades técnicas.....	613
2.19.2.2.	Atos de disposição de direitos homologados pelo juízo.....	614
2.19.2.3.	Atos homologatórios praticados no curso da execução.....	616
3.	Legitimidade	617
3.1.	Ativa.....	617
3.1.1.	Parte no processo originário ou seu sucessor a título singular ou universal.....	617
3.1.2.	Terceiro juridicamente interessado	618
3.1.3.	Ministério Público	619
3.1.4.	Aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.....	620
3.2.	Passiva	621
3.3.	Correção das legitimidades ativa e passiva.....	623
4.	Competência para processar e julgar a ação rescisória	623
4.1.	Generalidades	623
4.2.	A competência para julgar rescisória contra decisão de juiz federal proferida nas causas internacionais do inciso II do art. 109 da Constituição Federal.....	628
4.3.	Ação rescisória de capítulo da decisão	628
4.4.	Incompetência, primazia da decisão de mérito e o § 5º do art. 968 do CPC.....	629

5.	O prazo para ajuizamento da ação rescisória.....	632
5.1.	Natureza: prazo de decadência legal.....	632
5.2.	Regra geral.....	633
5.3.	Prazo especial: ação rescisória relativa a processos que digam respeito a transferência de terras públicas rurais (art. 8º-C, Lei n. 6.739/1979).....	634
5.4.	Termo inicial em caso de desistência do recurso.....	635
5.5.	Contagem do prazo. A ação rescisória e a coisa julgada parcial.....	635
5.6.	Prazo para a ação rescisória e juízo de inadmissibilidade do recurso.....	639
5.7.	Regras especiais de contagem do prazo da ação rescisória.....	640
5.7.1.	Contagem de prazo na ação rescisória por prova nova (art. 975, § 2º).....	640
5.7.2.	Contagem de prazo na ação rescisória em razão de simulação ou fraude à lei (art. 975, § 3º).....	640
5.7.3.	Regra de contagem de prazo de ação rescisória no caso de decisão que contrarie entendimento do STF sobre a constitucionalidade de lei ou ato normativo.....	641
5.7.3.1.	Hipótese de rescindibilidade.....	641
5.7.3.2.	Decisão do STF posterior à coisa julgada.....	643
5.7.3.3.	Termo inicial do prazo para a ação rescisória.....	643
5.7.3.4.	Modulação dos efeitos da decisão paradigma proferida pelo STF.....	644
5.7.3.5.	Aplicação da regra especial às decisões que regulam relação jurídica permanente ou relação jurídica de trato continuado.....	645
5.7.3.6.	Direito transitório.....	647
6.	Hipóteses de rescindibilidade.....	648
6.1.	Generalidades.....	648
6.2.	A causa de pedir na ação rescisória.....	650
6.3.	Hipóteses.....	651
6.3.1.	Decisão produto de prevaricação, concussão ou corrupção.....	651
6.3.2.	Impedimento do juiz.....	655
6.3.3.	Incompetência absoluta do juízo.....	656
6.3.3.1.	Generalidades.....	656
6.3.3.2.	Possibilidade de pedido de rejuízo da causa.....	656
6.3.3.3.	Rescisória por incompetência absoluta, princípio da boa-fé processual e regramento da incompetência no CPC.....	658
6.3.4.	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida.....	660
6.3.4.1.	Generalidades.....	660
6.3.4.2.	Decisão resultante de outros comportamentos contrários à boa-fé objetiva. Precedente do Superior Tribunal de Justiça.....	661
6.3.5.	Simulação ou colusão das partes.....	663
6.3.6.	Ofensa à coisa julgada.....	667
6.3.6.1.	Generalidades.....	667
6.3.6.2.	Conflito entre coisas julgadas.....	668
6.3.7.	Manifesta violação a norma jurídica.....	669

6.3.7.1.	Generalidades.....	669
6.3.7.2.	Princípio da legalidade	673
6.3.7.3.	Texto versus norma jurídica.....	674
6.3.7.4.	Normas individuais e gerais: o sentido do termo “norma jurídica” no inciso V do art. 966 do CPC	675
6.3.7.5.	O que é uma “manifesta violação” à norma jurídica?	677
6.3.7.5.1.	Generalidades.....	677
6.3.7.5.2.	O n. 343 da súmula do STF.....	678
6.3.7.5.3.	Violação manifesta à norma jurídica e direito à distinção.....	681
6.3.7.5.4.	Ação rescisória contra acórdão que decidiu incidente de formação concentrada de precedente obrigatório: ônus de fundamentação para incluir razões para a superação do precedente.....	681
6.3.7.5.5.	Ação rescisória contra decisão que contraria a modulação de efeitos de um precedente.....	683
6.3.7.6.	O inciso V do art. 966 <i>versus</i> o § 15 do art. 525 e o § 8º do art. 535 do CPC.....	684
6.3.8.	Prova falsa	686
6.3.8.1.	Generalidades	686
6.3.8.2.	Decisão lastreada em prova ilícita que não seja falsa.....	687
6.3.9.	Prova nova.....	688
6.3.9.1.	Generalidades	688
6.3.9.2.	O sentido da expressão “prova nova”	690
6.3.9.3.	Comprovação do momento da descoberta da prova nova	691
6.3.9.4.	Referência a fatos controvertidos no processo originário. Impossibilidade de o revel ajuizar ação rescisória fundada em prova nova.....	693
6.3.9.5.	Suficiência da prova nova para alterar a conclusão do julgado rescindendo	694
6.3.10.	Erro de fato	694
7.	Aspectos do procedimento da ação rescisória.....	696
7.1.	Petição inicial, improcedência liminar do pedido	696
7.2.	Depósito obrigatório.....	698
7.3.	Valor da causa	702
7.4.	Prazo de resposta do réu.....	704
7.5.	Revelia na ação rescisória.....	704
7.6.	Audiência preliminar de mediação ou conciliação. A autocomposição em ação rescisória	705
7.7.	Reconvenção na ação rescisória.....	706
7.8.	Produção de provas na ação rescisória.....	707
7.9.	Intervenção do Ministério Público.....	708

7.10. Suspensão da execução da decisão rescindenda e tutela provisória na ação rescisória.....	709
7.11. Tutela provisória de evidência na ação rescisória.....	710
8. Procedimento para o julgamento. O <i>iudicium rescindens</i> e o <i>iudicium rescissorium</i>	712
9. Eficácia temporal do julgamento rescindente.....	715
10. Recursos na ação rescisória.....	716
11. Execução na ação rescisória.....	718
Capítulo 13 ► Reclamação.....	719
1. Breve histórico da reclamação e sua evolução no Brasil.....	719
2. Fundamentos da reclamação.....	720
2.1. Aspectos constitucionais.....	720
2.2. A teoria dos poderes implícitos e a teoria da reserva legal.....	722
2.3. A previsão da reclamação em outras leis.....	723
2.4. O papel dos regimentos internos dos tribunais.....	723
3. Natureza jurídica.....	724
3.1. Generalidades.....	724
3.2. Entendimento do STF a respeito da natureza jurídica da reclamação.....	727
3.3. Consequências da definição da natureza jurídica da reclamação.....	729
3.3.1. Requisitos da petição inicial e capacidade postulatória.....	729
3.3.2. Decisão apta a formar coisa julgada.....	729
3.3.3. Custas e honorários advocatícios na reclamação.....	729
3.4. Cabimento da reclamação em todos os tribunais.....	731
3.5. Cabimento da reclamação contra decisão do próprio tribunal.....	732
4. Reclamação e decisão transitada em julgado.....	733
5. Hipóteses de cabimento da reclamação (demanda típica, de fundamentação vinculada).....	734
5.1. Generalidades.....	734
5.2. Reclamação para preservação de competência do tribunal.....	735
5.3. Reclamação para garantir a autoridade da decisão do tribunal.....	739
5.3.1. Generalidades.....	739
5.3.2. Reclamação contra ato que desrespeitou enunciado de súmula vinculante do STF.....	742
5.3.3. Reclamação para garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em controle concentrado de constitucionalidade.....	746
5.3.3.1. Generalidades. A chamada “transcendência dos motivos determinantes”.....	746
5.3.3.2. Reclamação 4.374/PE do STF. A possibilidade de reclamação para revisar decisão proferida em ação declaratória de constitucionalidade.....	750

5.3.4.	Reclamação para garantir a observância de precedente proferido em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em incidente de assunção de competência.....	751
5.3.5.	Reclamação para garantir a observância de precedente proferido em julgamento de recurso especial ou extraordinário repetitivo (art. 988, §5º, II, CPC).....	755
5.3.6.	Reclamação contra decisões em Juizados Especiais Cíveis. Revogação da Resolução n. 12/2009-STJ pela Resolução 03/2016 do STJ.....	759
5.4.	A reclamação como instrumento para realização da distinção.....	762
5.5.	A reclamação como instrumento para interpretação da decisão do tribunal.....	763
6.	Legitimidade para a reclamação.....	765
6.1.	Legitimidade ativa.....	765
6.1.1.	Generalidades.....	765
6.1.2.	Capacidade processual do Ministério Público estadual para ajuizar reclamação perante tribunal superior.....	765
6.2.	Legitimidade passiva e intervenção do interessado.....	767
7.	Procedimento da reclamação.....	768
7.1.	Previsão legal.....	768
7.2.	Processo documental (prova pré-constituída).....	769
7.3.	Requisitos da petição inicial.....	770
7.4.	Prevenção do relator.....	771
7.5.	Indeferimento da petição inicial ou julgamento de improcedência liminar do pedido pelo relator.....	772
7.6.	Tutela provisória na reclamação.....	773
7.7.	Reclamação repetitiva.....	774
7.8.	Prazo para ajuizamento da reclamação.....	774
7.9.	Relação entre recurso e reclamação (art. 988, § 6º, CPC).....	775
7.10.	Intervenção do Ministério Público na reclamação.....	776
8.	Decisão que julga a reclamação.....	779
9.	Eficácia imediata e posterior lavratura do acórdão.....	780
10.	Recursos na reclamação.....	780
Capítulo 14 ► Ação de nulidade da sentença (querela nullitatis)		781
1.	Generalidades.....	781
2.	Outros meios processuais para a <i>querela nullitatis</i>	784
3.	<i>Querela nullitatis</i> e ação rescisória.....	785
4.	Competência.....	787
5.	<i>Querela nullitatis</i> e preclusão.....	788

PARTE 4 – INCIDENTES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAL

Capítulo 15 ► Julgamento de casos repetitivos791

1. A litigiosidade em massa e as questões de direito repetitivas. Do processo coletivo da ação coletiva ao processo coletivo do julgamento de casos (“questões”) repetitivos.....792
2. Outros mecanismos para a solução de casos repetitivos.....797
3. O julgamento de casos repetitivos no CPC799
4. Microssistema de julgamento de casos repetitivos e sua dupla função799
5. Microssistema de julgamento de casos repetitivos e o processo do trabalho802
6. Parte geral que regula o julgamento de casos repetitivos.....803
 - 6.1. Sistema adotado: causa-piloto ou causa-modelo?803
 - 6.1.1. Generalidades.....803
 - 6.1.2. A opção brasileira804
 - 6.1.3. A desistência, abandono, renúncia ou transação no caso-piloto. A hipótese de causa-modelo no Direito brasileiro.....806
 - 6.1.4. Conclusão parcial807
 - 6.1.5. A recorribilidade e o julgamento da causa-modelo808
 - 6.1.6. Impedimento e suspeição nos incidentes de formação concentrada de precedentes obrigatórios810
 - 6.2. Regras que compõem o núcleo do microssistema de gestão e julgamento de casos repetitivos810
 - 6.2.1. Generalidades.....810
 - 6.2.2. Reconhecimento da conexão por afinidade, com suspensão dos processos em que a questão a ser decidida se repete.....810
 - 6.2.3. Exercício do direito à distinção e revogação da suspensão indevida (art. 1.037, §§ 8º a 13).....812
 - 6.2.4. Estímulo à desistência do processo, antes de proferida a sentença (art. 1.040, §§ 1º a 3º, CPC).....814
 - 6.2.5. Comunicação ao órgão, ente ou agência reguladora, no caso de questão relacionada à prestação de serviço objeto de concessão, permissão ou autorização (arts. 985, § 2º, e 1.040, IV, CPC). Comunicação da instauração e da decisão.....814
 - 6.2.6. Regramento do abandono (art. 976, § 1º, CPC).....816
 - 6.2.7. Regramento da competência para a concessão da tutela de urgência (arts. 982, § 2º, e 1.029, § 5º, III, CPC).....816
 - 6.2.8. Incorporação da decisão ao julgamento dos processos pendentes, sobrestados ou não (arts. 985, I, e 1.040, I e III, CPC).....817
 - 6.3. Microssistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios (art. 927, CPC)818
 - 6.3.1. Generalidades.....818
 - 6.3.2. Divulgação e publicidade.....819
 - 6.3.3. Participação ampliada: interessados e *amicus curiae*.....821

6.3.4.	Intervenção do Ministério Público.....	825
6.3.5.	Calendário processual (art. 191, CPC).....	826
6.3.6.	Possibilidade de interposição de recurso pelo <i>amicus curiae</i>	827
6.3.7.	Eficácia da decisão para processos futuros.....	827
6.3.8.	Procedimento para revisão da tese jurídica (superação do precedente obrigatório formado de modo concentrado).....	828
6.4.	Outras regras comuns às espécies de julgamento de casos repetitivos.....	831
6.4.1.	Seleção do caso representativo.....	831
6.4.2.	Identificação da questão a ser submetida a julgamento. O respeito à congruência.....	832
6.4.3.	Decisão.....	834
6.4.3.1.	Fundamentação. A relação com o art. 489, § 1º, CPC.....	834
6.4.3.2.	Elementos do acórdão do incidente de julgamento de casos repetitivos. Sumário dos argumentos examinados e núcleos decisórios.....	835
6.4.4.	Eficácia da decisão em relação a decisões já transitadas em julgado.....	838
6.4.5.	Prevenção do relator que primeiro tiver afetado (art. 1.037, § 3º, CPC).....	839
6.4.6.	Instauração de mais de um procedimento para fixação de casos repetitivos. Litispendência e conexão entre os incidentes.....	840
6.4.7.	Prazo para julgamento – um ano (arts. 980 e 1.037, § 4º, CPC).....	841
6.4.8.	Prioridade de julgamento (arts. 980 e 1.037, § 4º, CPC) e exclusão da ordem cronológica de julgamento (art. 12, § 2º, III, CPC).....	841
6.4.9.	Aplicação do regime de julgamento e gestão de casos repetitivos a qualquer processo, recurso ou incidente.....	842
7.	O incidente de resolução de demandas repetitivas.....	843
7.1.	Natureza jurídica.....	843
7.2.	Requisitos de admissibilidade.....	844
7.3.	Competência para admitir o IRDR. Irrecorribilidade da decisão que não admite o IRDR e possibilidade de repropositura do IRDR não admitido.....	848
7.4.	Sustentação oral no juízo de admissibilidade do IRDR.....	849
7.5.	Confronto entre o incidente de resolução de demandas repetitivas e o incidente de assunção de competência.....	849
7.6.	Fungibilidade entre incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência.....	850
7.7.	Uniformização de jurisprudência ainda pendente de julgamento após o início da vigência do CPC-2015.....	851
7.8.	Competência para o julgamento do IRDR. O IRDR, as causas de competência originária e os recursos ordinários no tribunal superior.....	852
7.9.	Legitimidade para instauração do IRDR.....	854
7.10.	Casos em que cabe o IRDR e momento de sua instauração.....	857
7.11.	Custas (art. 976, § 5º, CPC).....	858
7.12.	Suspensão dos processos.....	858
7.12.1.	Generalidades.....	858

7.12.2.	Extensão da suspensão	860
7.12.3.	Suspensão nacional dos processos.....	860
7.12.4.	Início, duração e término do período de suspensão.....	863
7.12.5.	Tutela provisória no incidente: interpretação provisória, em vez de suspensão dos processos	864
7.13.	Procedimento e julgamento do IRDR	865
7.14.	A decisão de organização do incidente de resolução de demandas repetitivas e as suas funções.....	867
7.15.	Recursos no IRDR.....	869
7.16.	Ação rescisória	874
7.17.	IRDR e Juizados Especiais.....	874
7.17.1.	Eficácia da decisão do IRDR sobre os processos que tramitam nos Juizados Especiais.....	874
7.17.2.	IRDR no âmbito dos juizados e IRDR instaurado a partir dos juizados	877
8.	Recursos especiais ou extraordinários repetitivos.....	879
8.1.	Observação introdutória	879
8.2.	Técnica de gestão dos recursos repetitivos pelo presidente ou vice-presidente do tribunal de origem	879
8.3.	Legitimidade para provocar a instauração do incidente.....	883
8.4.	Questão de direito que pode ser objeto do incidente.....	884
8.5.	Poderes do relator	885
8.6.	Recursos especiais repetitivos e seu processamento no STJ: regulamentação em seu regimento interno.....	886
8.7.	Retratação do órgão recorrido em razão do julgamento do recurso extraordinário ou especial repetitivo.....	889
Capítulo 16 ► Incidente de assunção de competência		893
1.	Breve histórico legislativo.....	893
2.	Instrumento destinado a concretizar a tutela da segurança jurídica.....	896
3.	Competência e cabimento.....	897
4.	Objetivos.....	897
5.	Microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	898
5.1.	Generalidades	898
5.2.	Aplicação do núcleo desse microsistema	899
5.3.	Aplicação das normas relativas à formação do precedente	900
5.3.1.	Participação de <i>amici curiae</i>	900
5.3.2.	Audiências públicas	901
5.3.3.	Reforço do dever de motivar	901
5.3.4.	Intervenção do Ministério Público.....	902
5.3.5.	Publicidade	903
5.3.6.	Regras sobre superação	903
5.4.	Incidência das normas relativas à aplicação do precedente	904

6. Pressupostos do incidente de assunção de competência	905
7. Legitimidade para provocar a instauração do incidente de assunção de competência ou para pedir a revisão da tese firmada em anterior incidente	907
8. Competência	909
9. Ordem cronológica para julgamento e aplicação ao incidente de assunção de competência	910
10. Recursos	911
11. Desistência ou abandono da causa. Consequências no incidente de assunção de competência	912

Capítulo 17 ► Incidente de arguição de inconstitucionalidade em tribunal915

1. A regra do <i>full bench</i>	915
2. Divisão da competência funcional	917
3. Natureza jurídica da decisão. Incidente de formação concentrada de precedente obrigatório. Apelo ao respectivo Microssistema	920
4. Intervenção do Ministério Público	921
5. Decisão do incidente, coisa julgada e recurso	921
6. Casos em que se dispensa a instauração do incidente	922
7. Súmula vinculante do STF, n. 10	923
8. Regra do <i>full bench</i> e decisão fundada em cognição sumária	924
9. Regra do <i>full bench</i> e decisão proferida por turma recursal	924

Capítulo 18 ► Pedido de suspensão de segurança.....927

1. Previsão legal	927
2. Natureza jurídica do pedido de suspensão	931
3. Legitimidade para o ajuizamento do pedido de suspensão	933
4. Competência para o pedido de suspensão	935
5. Procedimento do pedido de suspensão	936
6. Duração da suspensão concedida	937
7. Do agravo interno contra a decisão do pedido de suspensão	939
8. Da renovação do pedido de suspensão para o Tribunal Superior	940
9. Da suspensão para várias decisões similares e do requerimento de aditamento	942
10. Da possibilidade de utilização concomitante de agravo de instrumento e de pedido de suspensão dos efeitos da decisão interlocutória	943
11. Do pedido de suspensão em Juizados Especiais Federais e em Juizados Especiais da Fazenda Pública	944

Bibliografia	947
--------------------	-----

Fredie Didier Jr.
Hermes Zaneti Jr.

Curso de **DIREITO** **PROCESSUAL** **CIVIL**

19^a

Edição

REVISTA
ATUALIZADA
AMPLIADA

Processo Coletivo -
De Acordo com a Nova
Lei de Improbidade
Administrativa

4

2025

 **EDITORA**
Jus **PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota dos autores à 19ª edição.....	21
Improbidade administrativa e processo coletivo: nota dos autores sobre o impacto da Lei n. 14.230/2021.....	23
1. Nota explicativa inicial em coautoria.....	23
2. Processo da ação de improbidade administrativa como processo coletivo – por Hermes Zaneti Jr.	26
3. Processo da ação de improbidade administrativa como processo punitivo não penal – por Fredie Didier Jr.	31
Nota dos autores à 10ª edição.....	35
Prefácio à 1ª edição.....	41
Apresentação à 1ª edição.....	43
Capítulo 1 ► Introdução ao estudo do processo coletivo	47
1. Conceito de processo coletivo, ação coletiva e tutela jurisdicional coletiva.....	47
2. Três conceitos fundamentais para a compreensão do processo coletivo: grupo, membro do grupo e condutor do processo coletivo.....	53
3. Instrumentos para a tutela das situações jurídicas coletivas no direito brasileiro: a ação coletiva e o julgamento de casos/questões repetitivos	54
4. A centralização de processos repetitivos como objeto da cooperação judiciária nacional e instrumento da tutela coletiva	61
4.1. Generalidades	61
4.2. Centralização e modificação de competência.....	64
5. O processo coletivo como espécie de “processo de interesse público” (<i>public law litigation</i>): Interesse público primário e interesse público secundário no controle jurisdicional de políticas públicas.....	68
5.1. Generalidades	68

5.2. Modelo experimentalista de reparação e medidas estruturantes (<i>structural injunctions e specific performance</i>)	71
5.3. Interesse público primário e interesse público secundário	73
5.4. A implementação e controle de políticas públicas por parte do Poder Judiciário (<i>judicial activism, judicial restraint</i> e ativismo judicial seletivo): ativismo da lei e da Constituição em matéria de políticas públicas no Brasil	75
5.5. Para além da “politização da justiça” em uma democracia de direitos: uma conclusão parcial	80
6. O microsistema processual coletivo, o papel do Código de Defesa do Consumidor e o diálogo das fontes com o CPC-2015 (era da recodificação)	85
6.1. Generalidades	85
6.2. O CDC como um “Código de Processo Coletivo Brasileiro”	88
6.3. O microsistema do processo coletivo. As relações entre o CPC-2015 e o Direito Processual coletivo	91
7. Legislação e procedimentos relacionados à tutela coletiva: procedimento comum das causas coletivas (art. 21 da LACP e art. 90 do CDC)	96
8. Cultura brasileira da tutela jurídica coletiva	99
Capítulo 2 ► Situações jurídicas coletivas: direitos coletivos <i>lato sensu</i> (difusos, coletivos e individuais homogêneos) e casos repetitivos	101
1. Introdução	101
2. Conceito formal (estrutural) de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	102
2.1. Nota introdutória	102
2.2. Direitos ou “interesses”?	103
2.3. Direitos difusos	110
2.4. Direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	111
2.5. Direitos individuais homogêneos	112
2.5.1. Generalidades	112
2.5.2. Direitos individuais homogêneos como direitos coletivos: visão crítica da doutrina dos “direitos individuais coletivamente tratados”	117
2.5.3. O julgamento do RE n. 631.111/GO: Núcleo de Homogeneidade e Margem de Heterogeneidade	119
3. Titularidade dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> : direitos subjetivos coletivos	120
4. Critérios para a identificação do direito objeto da ação coletiva	123
5. Dos direitos coletivos aos conflitos coletivos: a adequação do processo coletivo às peculiaridades do caso levado a julgamento. A proposta de Edilson Vítorelli	126
5.1. Introdução	126
5.2. Litígios coletivos de difusão global	127
5.3. Litígios coletivos de difusão local	128

5.4. Litígios coletivos de difusão irradiada	130
5.5. Cumulação de litígios de difusão irradiada com litígios globais e locais	133
5.6. Conclusão	135
6. Situações jurídicas coletivas passivas	136
7. Ação repetitiva, ação pseudoindividual, ação relativa a relação jurídica plurilateral indivisível e ação individual com alcance coletivo: distinções e posturas do juiz.....	136
8. Tópicos especiais	139
8.1. Superendividamento e tutela coletiva	139
8.2. Tutela coletiva do direito fundamental à proteção dos dados pessoais.....	141
Capítulo 3 ► Normas fundamentais da tutela jurisdicional coletiva.....	147
1. Consideração introdutória.....	147
2. Princípio do devido processo legal coletivo	148
2.1. Generalidades	148
2.2. Regra da adequada legitimação	150
2.3. Adequada certificação do processo coletivo.....	151
2.4. Informação e publicidade adequadas	155
2.4.1. Princípio da adequada notificação dos membros do grupo.....	156
2.4.2. Regra da informação aos órgãos competentes para propositura da ação coletiva, sobre a instauração do processo coletivo e sobre o resultado do seu julgamento.....	157
2.5. Princípio da competência adequada	159
3. Princípio da primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo.....	164
4. Princípio da indisponibilidade da demanda coletiva. O problema da desistência da ação coletiva.....	167
5. Postulado hermenêutico do microsistema: aplicação integrada das leis para a tutela coletiva (diálogo de fontes).....	169
6. Reparação integral do dano	171
7. Princípios da não taxatividade e atipicidade (máxima amplitude) da ação e do processo coletivo	172
7.1. Generalidades	172
7.2. O mandado de segurança coletivo como instrumento processual para a tutela de direitos difusos	174
7.3. O <i>habeas corpus</i> coletivo	176
8. Princípio da predominância de aspectos inquisitoriais no processo coletivo	177
9. Princípio da primazia da decisão de mérito do processo coletivo em relação à decisão de mérito do processo individual.....	181

Capítulo 4 ► Competência	183
1. Princípio da competência adequada	183
2. Competência territorial.....	184
2.1. Distinção entre competência funcional e competência territorial absoluta	184
2.2. A competência para a ação civil pública como hipótese de competência territorial absoluta	185
2.3. Competência quando o dano ou o ilícito for nacional	187
2.4. Competência quando o dano ou o ilícito for regional.....	191
2.5. Competência quando o dano ou o ilícito for estadual	196
2.6. Ação popular ambiental e ação civil pública ambiental: “distinção” em relação a tradicional jurisprudência da competência do domicílio do cidadão. Decisão do STJ e princípio da competência adequada	196
3. Juízos com competência para processar e julgar “ações coletivas”	199
4. Competência material, conflitos coletivos multipolares e litispendência por duplicidade com autores diferentes.....	201
5. O Tema 1.075 do STF (RE n. 1.101.937/SP) e a competência em caso de dano regional ou nacional para as ações Coletivas	203
6. Outras hipóteses de competência da Justiça Federal para processar e julgar ação coletiva.....	206
7. Competência do STF para as ações coletivas que envolvam conflitos entre estados ou entre esses e a União (Art. 102, I, “f”, CF/88).....	207
8. Casos extraordinários de competência originária do STF para julgar a ação popular ..	208
9. Competência para julgamento de ação civil pública sobre poluição visual por propaganda política: Justiça Eleitoral ou Justiça Comum?	209
10. Competência internacional? Litígios transnacionais, transfronteiriços e cooperação internacional em ações coletivas.....	210
Capítulo 5 ► Conexão e litispendência entre ações coletivas	217
1. Conexão.....	217
1.1. Considerações gerais sobre a conexão	217
1.2. A conexão e a prevenção na tutela jurisdicional coletiva.....	220
1.3. Cooperação jurisdicional nacional e a conexão probatória (art. 69, CPC).....	222
1.4. Conexão após o julgamento de uma das ações coletivas: art. 55, § 1º, CPC, n. 235 da súmula do STJ e a distinção feita no CC n. 144.922/MG, STJ.....	223
2. Litispendência	223
2.1. Considerações gerais sobre a litispendência	223
2.2. Litispendência entre demandas coletivas.....	225
2.2.1. Generalidades. Litispendência entre demandas coletivas propostas por legitimados diversos	225

2.2.2.	Efeito da litispendência entre demandas coletivas com partes distintas	225
2.2.3.	Identidade da situação jurídica substancial deduzida.....	228
2.2.4.	Litispendência entre as demandas coletivas que tramitam sob procedimentos diversos.....	229
2.2.5.	Há litispendência entre uma ação coletiva que versa sobre direitos difusos e outra que versa sobre direitos individuais homogêneos?	230
3.	Relação entre a ação coletiva e a ação individual.....	232
3.1.	A ação coletiva não induz litispendência para a ação individual	232
3.2.	O pedido de suspensão do processo individual. A ciência inequívoca da existência do processo coletivo e o ônus do demandado de informar o autor individual	233
3.3.	A desistência do mandado de segurança individual em razão da pendência do mandado de segurança coletivo. Art. 22, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Possível inconstitucionalidade. Apelo ao microsistema	236
3.4.	Há continência entre ação coletiva e ação individual?.....	237
3.5.	O direito à autoexclusão (<i>right to opt out</i>) no microsistema brasileiro de tutela coletiva.....	239
3.6.	Possibilidade de suspensão do processo individual independentemente de requerimento da parte (art. 313, V, <i>a</i> do CPC)	241
3.7.	Comunicação da existência de processos repetitivos ou outro fato que possa dar ensejo ao ajuizamento de ação coletiva (art. 7º da Lei n. 7.347/1985 e art. 139, X, do CPC)	244
Capítulo 6 ► Legitimação <i>ad causam</i> nas ações coletivas		247
1.	Natureza jurídica da legitimação coletiva	247
2.	Legitimação extraordinária coletiva decorrente de negócio processual: impossibilidade, como regra.....	251
3.	Legitimação ativa.....	252
4.	Características da legitimação coletiva	254
5.	O problema do interesse do substituto	256
6.	Controle jurisdicional da legitimação coletiva	259
6.1.	Generalidades. A questão das “associações genéricas”.....	259
6.2.	Notas sobre o controle da “representação adequada” no Direito estrangeiro	266
6.3.	Legitimação adequada nos litígios de difusão global, local ou irradiada: a tensão entre legitimação e participação. A contribuição de Edilson Vitorelli	269
6.4.	Legitimação do Ministério Público: <i>relevância social objetiva</i> e <i>subjetiva</i> para a tutela de direitos individuais homogêneos.....	273
6.5.	Síntese conclusiva	275

7. Consequência da falta de legitimação coletiva ativa. O caso da dissolução de associação	276
8. Legitimidade ativa das Defensorias Públicas	277
9. “Legitimidade ad causam ou ad processum” no mandado de segurança coletivo. Perspectivas	284
10. Substituição processual das associações versus representação processual mediante autorização (RE n. 573.232/SC, Tema 82, e o RE n. 612.043/PR, tema 499)	287
11. Outros problemas relacionados à legitimidade ativa do Ministério Público	291
Capítulo 7 ► Intervenção de terceiros	293
1. Assistência	293
1.1. Premissa geral para o exame do interesse jurídico que justifica a intervenção como assistente	293
1.2. Causas que versam sobre direitos difusos e coletivos <i>stricto sensu</i>	295
1.2.1. Intervenção do indivíduo	295
1.2.2. Intervenção de um colegitimado	296
1.2.3. Intervenção do indivíduo legitimado à propositura de ação popular	297
1.3. Assistência nas causas que versem sobre direitos individuais homogêneos (art. 94 do Código de Defesa do Consumidor)	298
1.4. Assistência na ação popular	300
2. Intervenção de <i>amicus curiae</i> em ações coletivas	302
3. Intervenção móvel da pessoa jurídica interessada na ação popular (despolarização da demanda)	303
3.1. Generalidades	303
3.2. Intervenção móvel da pessoa jurídica de direito privado e a Lei n. 12.846/2013	306
4. A denunciação da lide em ação civil pública	307
4.1. Generalidades	307
4.2. A denunciação da lide e o chamamento ao processo nas causas coletivas de consumo	309
5. Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (lato sensu) como assistente simples em processo individual	313
6. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos e na formação de precedentes	315
6.1. Generalidades	315
6.2. Intervenção dos membros de grupo no incidente de julgamento de casos repetitivos como nova espécie de intervenção de terceiro	317
6.3. Contribuição argumentativa e grau de interesse na controvérsia: os filtros para a avaliação da admissibilidade da intervenção	317
7. Intervenção do membro do grupo na ação coletiva passiva	322

Capítulo 8 ► Procedimentos investigatórios, inquérito civil e produção antecipada de prova	325
1. Procedimentos administrativos e justiça coletiva multiportas	325
2. Inquérito civil.....	326
2.1. Noções gerais do inquérito civil como matriz dos procedimentos administrativos preparatórios	326
2.2. Inquérito civil e inquérito policial	331
2.3. Efeitos do inquérito civil e dos procedimentos administrativos preparatórios....	331
2.4. Discussões em torno do possível objeto do inquérito civil e dos procedimentos administrativos. O problema do inquérito civil em matéria eleitoral.....	333
2.5. Inquérito civil, procedimentos administrativos e princípio do contraditório: processualização dos procedimentos.....	334
2.6. Inquérito civil, procedimento administrativo e princípio da publicidade.....	338
2.7. Instauração.....	342
2.8. Representação anônima: possibilidade	344
2.9. Inquérito civil, procedimento administrativo e compromisso de ajustamento de conduta	345
2.10. Arquivamento	347
2.11. Reabertura do inquérito civil ou procedimento administrativo e a reapreciação de provas	350
2.12. O inquérito civil, processos e procedimentos administrativos e os crimes relacionados: falso testemunho, deixar de prestar informações e denúncia caluniosa	351
3. Inquérito civil e produção antecipada de prova.....	353
3.1. Inquérito civil e produção antecipada de prova	353
3.2. O CPC e a antecipação de prova não urgente (arts. 381-383, CPC). A produção de prova para futura ação coletiva independentemente da instauração do inquérito civil.....	355
4. Simultaneidade de procedimentos investigatórios para apurar o mesmo fato (inquérito penal e cível) e prova emprestada.....	358
5. Princípio da duração razoável.....	359
6. Recomendações e ombudsman (“defensor del pueblo”).....	360
7. Cadastro nacional das ações coletivas, inquéritos civis e compromissos de ajustamento de conduta – comitê executivo nacional e núcleos das ações coletivas (NAC)	363
Capítulo 9 ► Prescrição e decadência das situações jurídicas coletivas	365
1. Generalidades	365
2. Classificação dos direitos: direitos-prestação, direitos-poder (direitos potestativos) e direitos-dever	367
3. A imprescritibilidade das ações coletivas.....	370

4. Regras expressas sobre prescrição e decadência na tutela coletiva.....	371
5. Prescrição e ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos. O julgamento do REsp. n. 1.070.896/SC pelo Superior Tribunal de Justiça.....	375
5.1. Generalidades	375
5.2. O julgamento do RESP 1.736.091/PE pelo Superior Tribunal de Justiça e o retorno do tema da prescrição	379
6. Prazo quinquenal para as execuções decorrentes de ações coletivas.....	381
7. (Im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário.....	382
8. Início da fluência, impedimento, suspensão e interrupção. Aplicação subsidiária do CDC.....	385
9. A propositura de uma ação coletiva interrompe o prazo prescricional para a ação individual?	389
10. Outras Discussões: protesto para impedir prescrição, a legitimidade e o início do prazo prescricional para a execução individual fundada em sentença coletiva.....	391
11. Decisão que reconhece prescrição coletiva e pretensão individual (Tema 1.253 do Superior Tribunal de Justiça).....	394

Capítulo 10 ► Autocomposição nos conflitos coletivos (justiça coletiva multipor- tas)	395
1. Justiça Multiportas como justiça adequada.....	395
1.1. Dois conceitos fundamentais.....	395
1.2. A justiça coletiva multiportas	396
2. Da possibilidade de autocomposição nos processos coletivos e da impossibilidade de renúncia, pelo legitimado extraordinário, da situação jurídica coletiva	399
3. O compromisso de ajustamento de conduta: extrajudicial e judicial.....	401
3.1. Generalidades	401
3.2. Órgãos públicos legitimados: Ministério Público, Defensoria Pública, Pessoas Jurídicas de Direito Público (legitimados para o compromisso extrajudicial ou judicial) e os demais colegitimados (legitimados para o compromisso judicial)	404
3.3. O art. 26 da LINDB e o compromisso de ajustamento de conduta	406
3.4. A utilização da produção antecipada de provas como instrumento que estimula a autocomposição	409
4. Audiência preliminar de mediação ou conciliação (Art. 334, CPC)	409
5. Controle da autocomposição e a participação do juiz no procedimento de autocom- posição.....	411
6. Limites à autocomposição nos processos coletivos.....	415
7. O princípio da primazia do julgamento de mérito, tutela integral do direito, disparidade econômica e a necessidade de produção de prova adequada para a conciliação ou mediação: coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i> e a <i>contingent res judicata</i>	417

8. A possibilidade de impugnação pelos colegitimados por meio do recurso de terceiro interessado e outras ações de impugnação autônomas.....	420
9. Negócios jurídicos processuais coletivos.....	421
10. Acordos coletivos <i>opt in</i> para tutela de direitos individuais homogêneos: ADPF 165/DF.....	424
11. Autocomposição global e processos coletivos envolvendo juízos com competência absoluta distinta. Diretrizes práticas para a solução de problemas dogmáticos.....	426
12. Outros instrumentos autocompositivos distintos do compromisso de ajustamento de conduta.....	429
13. Arbitragem coletiva: primeiros passos.....	433
Capítulo 11 ► Aspectos gerais do processo coletivo	437
1. O pedido na ação coletiva.....	437
1.1. Interpretação do pedido.....	437
1.2. O pedido de indenização por dano moral coletivo	438
1.3. Ações coletivas e o controle de constitucionalidade	442
1.4. Ação coletiva em matéria tributária.....	445
1.5. Ação civil pública em matéria previdenciária.....	447
1.6. Ação civil pública em matéria de FGTS.....	448
2. Abandono em ações coletivas.....	450
3. Desistência em ações coletivas	450
4. A reconvenção	451
5. A distribuição dinâmica do ônus da prova.....	454
6. Audiência pública.....	454
7. Audiência pública extrajudicial e Ministério Público.....	459
8. Tutela provisória nos processos coletivos	463
8.1. Generalidades	463
8.2. Relações entre a tutela provisória coletiva e a tutela provisória individual.....	467
8.3. Estabilização da tutela provisória satisfativa e o processo coletivo.....	469
9. Litigância de má-fé e despesas processuais.....	470
9.1. Regime jurídico geral de adiantamento de custas processuais e pagamento de honorários advocatícios de sucumbência nas ações coletivas. A questão específica da prova pericial e o tema 510 do Superior Tribunal de Justiça.....	470
9.2. Outros possíveis condenados em razão da litigância de má-fé	473
9.3. Condenação do Ministério Público: responsabilidade da Fazenda Pública.....	476
9.4. Arts. 17 e 18 da Lei n. 7.347/1985	477
10. A atuação do Ministério Público nas ações coletivas	478

10.1. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos e o problema da competência	478
10.2. A questão do enunciado n. 489 da súmula STJ e a cooperação judiciária nacional	483
10.3. Intervenção como fiscal da ordem jurídica	487
10.4. Ministério Público e os direitos individuais homogêneos	489
10.4.1. Generalidades: função promocional dos relevantes interesses sociais	489
10.4.2. A legitimação do Ministério Público para a liquidação e execução de direitos individuais homogêneos. O tema 1.270 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal	493
10.5. Ministério Público e o seguro decorrente do DPVAT: cancelamento do enunciado n. 470 da súmula do STJ	496
10.6. Ministério Público e proteção ao erário	497
11. Peculiaridades em relação aos recursos	498
11.1. O interesse recursal	498
11.2. O efeito suspensivo da apelação	499
11.3. Remessa necessária	500
11.4. Agravo de instrumento na ação popular	502
Capítulo 12 ► Coisa julgada	505
1. Noções gerais sobre o regime jurídico da coisa julgada	505
2. Regime jurídico da coisa julgada coletiva	508
2.1. Nota introdutória	508
2.2. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos difusos ou coletivos	509
2.3. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos individuais homogêneos	512
2.3.1. Generalidades	512
2.3.2. Aplicação da coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> aos direitos individuais homogêneos e o acórdão proferido no REsp nº 1.302.596/SP (caso Vioxx)	513
2.4. Relação entre legitimidade, definição do grupo e coisa julgada	517
3. Repercussão da coisa julgada coletiva no plano individual (§§ 2º e 3º do Art. 103 do CDC)	518
3.1. Generalidades	518
3.2. O autor da ação popular e a coisa julgada <i>pro et contra</i>	520
4. Críticas à extensão da coisa julgada ao plano individual <i>secundum eventum litis</i>	521
5. Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada penal coletiva para a esfera coletiva e individual (Art. 103º, § 4º, CDC)	527
6. Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	528

7. Coisa julgada coletiva e os diversos procedimentos para a tutela coletiva.....	530
8. Inexistência de limite territorial para a coisa julgada coletiva: o julgamento do RE n. 1.101.937/SP pelo STF (tema 1.075 de repercussão geral) e o reconhecimento da inconstitucionalidade do art. 16 da Lei n. 7.347/1985 na redação que lhe foi dada pela Lei n. 9.494/1997	531
9. Eficácia preclusiva da coisa julgada nacional ou regional	533
Capítulo 13 ► Liquidação e execução da sentença	535
1. A liquidação da sentença coletiva.....	535
1.1. Conceito de liquidação. O Tema 1.169 do Superior Tribunal de Justiça	535
1.2. Processo de liquidação, fase de liquidação e liquidação incidental	538
1.2.1. A fase de liquidação (ou liquidação-fase).....	538
1.2.2. O processo de liquidação.....	540
1.2.3. A liquidação incidental (ou liquidação-incidente).....	540
1.2.4. Síntese	542
1.3. A liquidação da sentença genérica proferida em processo em que se discutem direitos individuais homogêneos. Liquidação individual por legitimação ordinária e liquidação coletiva por substituição processual (legitimação extraordinária)..	542
1.4. Liquidação de sentença proferida em processo coletivo em que se discutem direitos difusos ou coletivos em sentido estrito (prestações pecuniárias).....	545
1.5. Acordo coletivo, reconhecimento do dever de indenizar o membro do grupo, coisa julgada e ação de liquidação.....	545
1.6. <i>A fluid recovery</i>	547
1.6.1. Generalidades	547
1.6.2. Alternativas atípicas à <i>fluid recovery</i> do art. 100 do CDC.....	550
2. Execução da sentença no processo coletivo.....	553
2.1. Generalidades	553
2.2. O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD, art. 13 da Lei n. 7.347/1985).....	556
2.3. Valores decorrentes de condenações em danos coletivos podem ser direcionados a fundos públicos ou projetos específicos. Resolução Conjunta n. 10/2024 do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. Decisão liminar na ADPF n. 944	559
2.4. A execução da sentença genérica na ação coletiva sobre direitos individuais homogêneos. O problema da legitimidade ativa	561
2.5. Execução fundada em sentença penal coletiva condenatória.....	567
2.6. Execução coletiva fundada em título extrajudicial. O paradigma da execução das decisões do CADE.....	568
2.7. Execução de decisão que determina a implantação de política pública. A possibilidade de uma execução negociada.....	570
2.8. Execução de decisão coletiva e fracionamento de precatórios: o Tema 1.317 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal.....	571

2.9.	Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): <i>Claims Resolution Facilities</i>	573
2.9.1.	Generalidades	573
2.9.2.	A possibilidade de constituição de entidades de infraestrutura específica para a resolução de conflitos coletivos no Brasil	575
2.9.3.	Interface entre o público e o privado.....	576
2.9.4.	Necessidade de controle público da atividade desenvolvida pela entidade de infraestrutura específica.....	578
2.9.5.	Necessidade de consentimento informado	579
2.9.6.	Autocomposição adequada	580
2.10.	Regime jurídico das despesas processuais na execução coletiva.....	582
2.11.	Execução de sentença coletiva não impugnada pela Fazenda Pública e honorários advocatícios de sucumbência (súmula do STJ, n. 345, e o art. 85, § 7º, do CPC).....	582
2.12.	Execução provisória da sentença coletiva.....	588
3.	Competência para a liquidação e execução coletivas.....	589
Capítulo 14 ► Processo estrutural		593
1.	Histórico do assunto.....	593
2.	Conceitos	595
2.1.	Problema estrutural	595
2.2.	Processo estrutural.....	600
2.3.	Decisão estrutural.....	602
3.	Características	604
3.1.	Características típicas, mas não essenciais: a multipolaridade, a coletividade e a complexidade.....	604
3.2.	Características essenciais: o problema estrutural, a implementação de um estado ideal de coisas, o procedimento bifásico e flexível, e a consensualidade.....	609
4.	Procedimento	609
4.1.	Flexibilidade intrínseca e consensualidade	609
4.2.	As duas fases do processo estrutural: o standard do processo falimentar	610
4.2.1.	Primeira fase: constatação do estado de desconformidade e decisão estrutural que estabelece uma meta a ser atingida (um novo estado de coisas).....	611
4.2.2.	Segunda fase: implementação da meta estabelecida na decisão estrutural.....	612
4.2.2.1.	Definição do tempo, modo e grau de reestruturação, do regime de transição e da forma de avaliação/fiscalização das medidas estruturantes.....	613
4.2.2.2.	Liquidação estrutural	621

4.2.2.3. Decisões em cascata.....	622
4.3. Algumas técnicas de flexibilização do procedimento no processo estrutural	623
4.3.1. Atenuação das regras da congruência objetiva externa e da estabilização objetiva da demanda, com possibilidade de alteração do objeto.....	623
4.3.2. Legitimidade democrática pela abertura do processo à participação de terceiros.....	626
4.3.3. Atipicidade dos meios probatórios	628
4.3.4. Atipicidade das medidas executivas. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): <i>Claims Resolution Facilities</i>	628
4.3.5. Atipicidade da cooperação judiciária.....	630
4.4. Adoção do procedimento comum do CPC, com trânsito de técnicas.....	633
Capítulo 15 ► Processo Coletivo Passivo.....	635
1. Nota introdutória	635
2. Conceito e classificação das ações coletivas passivas. As situações jurídicas passivas coletivas: deveres e estados de sujeição difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	635
3. Exemplos de ações coletivas passivas	639
4. Aplicação subsidiária das regras do processo coletivo ativo.....	646
5. Coisa julgada no processo coletivo passivo	648
5.1. Consideração geral.....	648
5.2. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres ou estados de sujeição difusos ou coletivos <i>stricto sensu</i>	648
5.3. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres individuais homogêneos	650
6. Consideração final	652
Bibliografia	655

Fredie Didier Jr.
Leonardo Carneiro da Cunha
Paula Sarno Braga
Rafael Alexandria de Oliveira

Curso de **DIREITO** **PROCESSUAL** **CIVIL**

15^a

Edição

REVISTA
ATUALIZADA
AMPLIADA

Execução

5

2025



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

PARTE I – TEORIA DA EXECUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PARTE GERAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo 1 ► Introdução ao estudo da execução civil	45
1. Direitos a uma prestação e execução	45
2. Direito potestativo e execução	46
3. Conceito de execução	49
4. Execução, processo de execução e processo autônomo de execução	49
5. Execução imprópria	51
6. Classificação da execução	52
6.1. Execução comum e execução especial	52
6.2. Execução judicial e execução extrajudicial	53
6.3. Execução fundada em título judicial (“cumprimento de sentença”) e execução fundada em título extrajudicial	54
6.4. Execução direta e execução indireta	54
6.5. Cumprimento definitivo e provisório de sentença	60
7. Cognição, mérito e coisa julgada na execução.....	62
7.1. Cognição na execução	62
7.2. Admissibilidade e mérito do procedimento executivo.....	64
7.3. Coisa julgada	66
Capítulo 2 ► Normas fundamentais da tutela jurisdicional executiva	71
1. Princípios da execução	71
1.1. Princípio da efetividade. Direito fundamental à tutela executiva	71
1.2. Princípios da tipicidade e atipicidade dos meios executivos	73
1.3. Princípio da boa-fé processual	74
1.4. Princípio da responsabilidade patrimonial ou de que “toda execução é real”	74
1.5. Princípio da primazia da tutela específica ou princípio da maior coincidência possível ou princípio do resultado	77
1.6. Princípio do contraditório	82

1.7.	Princípio da menor onerosidade da execução	84
1.8.	Princípio da cooperação	88
1.9.	Proporcionalidade	89
1.10.	Princípio da adequação	90
1.11.	Autorregramento da vontade na execução. Os negócios processuais em execução ...	91
2.	Regras fundamentais do processo de execução	93
2.1.	Regra de que não há execução sem título (<i>nulla executio sine titulo</i>)	93
2.2.	Disponibilidade da execução (art. 775, CPC)	94
2.3.	Responsabilidade objetiva do exequente (arts. 520, I, e 776, CPC)	95
2.4.	Aplicação integrada das regras relativas à execução e aplicação subsidiária das regras do processo de conhecimento (arts. 513 e 771, CPC)	97
2.4.1.	Aplicação subsidiária ao cumprimento de sentença	97
2.4.2.	Aplicação subsidiária aos procedimentos especiais de execução	98
2.4.3.	Aplicação subsidiária aos efeitos de atos e fatos processuais a que a lei atribuir força executiva	99
2.4.4.	Aplicação subsidiária do Livro I, Parte Especial, à execução	102

Capítulo 3 ► **Tipicidade e atipicidade dos meios executivos..... 105**

1.	Introdução	105
2.	A atipicidade dos meios executivos no direito processual civil brasileiro (arts. 139, IV, e 536, § 1º, CPC): harmonização e <i>standards</i> para a compreensão do tema	107
2.1.	Introdução: os arts. 139, IV, 297 e 536, § 1º, CPC.....	107
2.2.	Cláusulas gerais processuais executivas	108
2.3.	Âmbito de incidência dos comandos normativos	111
2.4.	Abrangência subjetiva dos comandos normativos	116
2.5.	Crítérios para fixação da medida executiva atípica: observância dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade, da proibição de excesso e dos princípios da eficiência e da menor onerosidade da execução	118
2.6.	A intervenção judicial na empresa como medida executiva atípica excepcional e subsidiária	126
2.7.	O papel da fundamentação no controle das medidas executivas atípicas e a observância do contraditório	130
2.8.	A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva atípica a ser imposta e possibilidade de determinação de ofício.....	131
2.9.	A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária	133
2.10.	Proibição de o juiz impor, <i>ex officio</i> , como medida executiva atípica, providência para a qual a lei, tipicamente, exige provocação da parte	135
2.11.	Proibição de o juiz impor, como medida executiva atípica, medida executiva típica regulada pela lei de outro modo	136

2.12. A multa como medida atípica na execução por quantia e a possibilidade de aplicação direta das medidas executivas atípicas, na execução por quantia, para forçar o cumprimento de deveres processuais	136
2.13. A prisão civil como medida atípica.....	138
2.14. A medida atípica determinada não pode constituir-se em um ilícito (civil, penal, internacional etc.). O caso da privação de sono	144
2.15. Fundamento normativo para a execução das decisões estruturais	145
2.16. Negócio processual que verse sobre o poder geral de efetivação do julgador	146
2.17. Possibilidade de aplicação do princípio no âmbito do processo penal – o art. 3º do CPP e o caso WhatsApp.....	149
2.18. Combinação de medida executiva atípica e sanção por comportamento processual ilícito	150
3. Síntese das diretrizes (<i>standards</i>) para concretização do princípio da atipicidade das medidas executivas.....	151
4. Panorama das decisões dos tribunais superiores sobre o assunto.....	153
Capítulo 4 ► Formação do processo de execução.....	157
1. Considerações iniciais	157
2. A demanda executiva	158
2.1. Noções de demanda e de demanda executiva.....	158
2.2. Elementos objetivos da demanda executiva	159
2.2.1. Causa de pedir.....	160
2.2.2. Pedido.....	160
2.3. A demanda executiva fundada em obrigação alternativa (art. 800, CPC).....	163
2.4. Cumulação de demandas (art. 780, CPC).....	169
3. Petição inicial	174
3.1. Introdução	174
3.2. Requisitos de validade.....	175
3.2.1. Requisitos gerais.....	175
3.2.2. Documentos indispensáveis	177
3.3. Requerimento de intimação de terceiros (art. 799, CPC)	179
3.3.1. Generalidades.....	179
3.3.2. Intimação do credor com garantia real ou do credor fiduciário.....	180
3.3.3. Intimação do titular de direito real de uso, usufruto ou habitação	182
3.3.4. Intimação dos sujeitos do contrato de promessa de compra e venda ou de promessa de cessão.....	183
3.3.5. Intimação nos casos de enfiteuse, superfície, direito real de uso e direito real de uso especial para fins de moradia	183

3.3.6.	Intimação nos casos de direito real de laje (arts. 1.225, XIII e 1.510-A e seguintes, Código Civil)	186
3.3.7.	Intimação nos casos de condomínio em multipropriedade (art. 1.358-B e seguintes, Código Civil)	187
3.3.8.	Intimação da sociedade empresária no caso de penhora de quotas sociais ou de ação de sociedade anônima fechada.....	188
3.3.9.	Intimação de outro credor penhorante	189
3.3.10.	Intimação do credor de obrigação <i>propter rem</i> vinculada ao bem penhorado	190
3.3.11.	Intimação do coproprietário do bem imóvel indivisível.....	191
3.3.12.	Intimação de ente público em caso de penhora de bem tombado	191
3.3.13.	Intimação do locatário do imóvel rural objeto de parceria ou arrendamento.....	193
3.3.14.	O caso do bem gravado com servidão.....	194
3.3.15.	O possuidor conhecido do bem penhorado	195
3.3.16.	Quadro esquemático.....	196
3.4.	Outros requerimentos e providências.....	201
3.5.	Controle e emenda da petição inicial.....	202
4.	Efeitos da litispendência executiva	204
4.1.	Direito conferido ao exequente de averbação da pendência da execução nos registros de bens do devedor	205
4.2.	Interrupção da prescrição	205
4.3.	Prevenção	207
4.4.	Litispendência	207
4.5.	Litigiosidade do objeto	207
4.6.	Indisponibilidade patrimonial relativa	207
4.7.	Direito potestativo do executado ao parcelamento da dívida exequenda	209
5.	Requisitos gerais para a deflagração do procedimento executivo	209
5.1.	Introdução	209
5.2.	Título executivo.....	209
5.3.	Afirmção do inadimplemento (arts. 786 a 788, CPC)	211
5.3.1.	Conceito de inadimplemento e classificação	211
5.3.2.	Inadimplemento e interesse de agir.....	212
5.3.3.	Inadimplemento e exigibilidade	214
5.3.4.	Inadimplemento e a existência de deveres recíprocos (art. 787, CPC).....	215
5.3.4.1.	A exceção substancial e a exceção de inadimplemento	215
5.3.4.2.	Crítica ao art. 787 do CPC.....	217
5.3.4.3.	As posturas que o executado pode adotar.....	220
5.3.4.4.	A consequência do acolhimento da exceção de inadimplemento.....	221
5.3.4.5.	A imputação das despesas decorrentes da sucumbência	223

5.3.4.6. A prescrição da pretensão que enseja a exceção de inadimplimento.....	223
5.3.5. Inadimplemento e os deveres sujeitos a condição ou termo	226
5.3.6. Boa-fé, adimplemento substancial (inadimplemento mínimo) e execução ...	231
Capítulo 5 ► Liquidação de sentença	235
1. A decisão ilíquida.....	235
2. Conceito de liquidação.....	237
3. Liquidação de título judicial: terminologia.....	239
4. Modelos processuais de liquidação: fase de liquidação, processo autônomo de liquidação e liquidação incidental.....	240
4.1. Introdução	240
4.2. A fase de liquidação (ou liquidação-fase)	241
4.3. O processo de liquidação.....	242
4.4. A liquidação incidental (ou liquidação-incidente)	243
5. Legitimidade para requerer a liquidação	244
6. Competência para conhecer e julgar a liquidação.....	245
7. Liquidação da sentença arbitral	246
8. Momento para requerer a liquidação.....	247
8.1. Liquidação de decisão ainda pendente de recurso.....	247
8.2. Liquidação de decisão que contém parte líquida e outra ilíquida	249
8.3. Liquidação da decisão que resolve antecipada e parcialmente o mérito	249
9. Prescrição e liquidação	249
10. A cognição na liquidação	251
10.1. A regra da fidelidade ao título	251
10.2. A matéria de defesa na liquidação.....	252
11. Espécies de liquidação.....	253
11.1. Introdução	253
11.2. A liquidação por arbitramento	254
11.3. A liquidação pelo procedimento comum.....	259
12. Liquidação com “dano zero” (sem resultado positivo) e o <i>non liquet</i>	263
13. A liquidação contra a fazenda pública	269
14. Decisão e recurso na liquidação de sentença	269
15. Liquidação de sentença e verbas de sucumbência.....	271
Capítulo 6 ► Título executivo	273
1. A necessidade e a importância do título executivo na execução	273
2. Conceito e natureza jurídica do título executivo	274
3. A taxatividade dos títulos executivos	278

4. Atributos da obrigação representada no título executivo	280
5. Rol de títulos executivos judiciais	283
5.1. Considerações gerais	283
5.2. Decisão que reconhece a existência de obrigação	283
5.2.1. Generalidades	283
5.2.2. Decisão declaratória como título executivo	284
5.2.3. Decisão constitutiva como título executivo	287
5.3. Decisão que homologar autocomposição judicial	291
5.4. Decisão homologatória de acordo extrajudicial de qualquer natureza	293
5.5. Formal e certidão de partilha	293
5.6. Decisão judicial que aprova crédito de auxiliar de justiça	294
5.7. Sentença penal condenatória transitada em julgado	295
5.7.1. Generalidades	295
5.7.2. Os problemas da regra que impõe a fixação do valor mínimo da indenização na sentença penal condenatória	296
5.8. Sentença arbitral	302
5.8.1. Generalidades	302
5.8.2. O Tribunal Marítimo como tribunal arbitral. O veto ao inciso X do art. 515 do CPC	303
5.9. Decisão estrangeira homologada pelo STJ	304
5.10. Decisão interlocutória estrangeira, após concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo STJ	305
6. Títulos executivos extrajudiciais	305
6.1. Considerações gerais	305
6.2. Títulos de crédito	306
6.2.1. Generalidades	306
6.2.2. Letra de câmbio	308
6.2.3. Nota promissória	309
6.2.4. Duplicata	309
6.2.5. Debênture	312
6.2.6. Cheque	313
6.3. Escritura pública ou qualquer documento público assinado pelo devedor	314
6.4. Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	315
6.5. Transação referendada pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado no tribunal ..	318
6.6. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia	319
6.7. Contratos garantidos por caução	320
6.8. Contratos de seguro sobre a vida	321

6.9. O crédito decorrente de foro e laudêmio	322
6.10. O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios	322
6.11. A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública	324
6.12. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas	326
6.13. A certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	327
6.14. O contrato de contragarantia ou qualquer outro instrumento que materialize o direito de ressarcimento da seguradora contra tomadores de seguro-garantia e seus garantidores.....	328
6.15. Demais títulos	329
6.16. Negócios processuais e título executivo extrajudicial	331
6.17. Ação de conhecimento proposta por quem tenha título executivo	333
6.18. Título executivo estrangeiro	333
6.19. Assinatura eletrônica e dispensa de testemunhas.....	336
Capítulo 7 ► Partes	339
1. Legitimação ativa	339
2. Legitimação passiva.....	344
3. Litisconsórcio na execução	347
4. Intervenção de terceiro na execução	350
4.1. Intervenções de terceiro previstas na Parte Geral	350
4.2. Intervenções de terceiro típicas do processo de execução	351
Capítulo 8 ► Responsabilidade patrimonial.....	355
1. Considerações iniciais	355
2. Obrigação e responsabilidade.....	356
2.1. Visão dualista.....	356
2.2. Visão unitarista.....	359
2.3. Visão adotada.....	364
3. Responsabilidade primária (arts. 789 e 790, I, III, V, VI e VII, CPC)	365
3.1. Generalidades	365
3.2. Bens do devedor, inclusive em poder de terceiro (arts. 789 e 790, III, CPC)	366
3.3. Bens do sucessor a título singular (arts. 789 e 790, I, CPC)	370

3.4.	Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução ou contra credores (art. 790, V e VI, CPC).....	373
4.	Responsabilidade secundária.....	373
4.1.	Bens do cônjuge ou companheiro.....	373
4.1.1.	Consideração introdutória.....	373
4.1.2.	Dos bens da quota-parte (comunicáveis).....	374
4.1.3.	Dos bens próprios ou particulares.....	379
4.1.4.	Da penhora de bens do cônjuge. Mecanismo de defesa.....	380
4.2.	Bens do sócio, nos termos da lei (art. 790, II, e art. 795, CPC).....	382
4.3.	Desconsideração da personalidade jurídica e seus aspectos processuais.....	388
5.	Responsabilidade patrimonial do fiador (art. 794, CPC).....	392
6.	Responsabilidade patrimonial do espólio e dos herdeiros (art. 796 do CPC).....	395
7.	Bens objeto de direito de retenção (art. 793 do CPC).....	397
8.	Bem objeto de direito de superfície, enfiteuse ou concessão de direito real de uso (art. 791, CPC). A questão do direito real de laje.....	399
9.	Responsabilidade patrimonial do incapaz.....	402

Capítulo 9 ► **Fraude contra credores, fraude à execução e atos atentatórios à dignidade da justiça..... 407**

1.	O princípio da boa-fé na execução.....	407
2.	Noções iniciais sobre a fraude na execução.....	408
3.	Fraude contra credores.....	409
4.	Fraude à execução.....	416
4.1.	Generalidades.....	416
4.2.	Pressupostos.....	419
4.2.1.	Alienação ou oneração na pendência de ação fundada em direito real ou pretensão reipersecutória (art. 792, I, CPC).....	419
4.2.2.	Alienação ou oneração na pendência de ação pessoal que verse sobre obrigação pecuniária.....	421
4.2.2.1.	Pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (art. 792, IV, CPC).....	421
4.2.2.2.	Existência de averbação de processo de execução (ou cumprimento de sentença) no registro do bem alienado/onerado (art. 792, II, CPC).....	427
4.2.2.3.	Existência de averbação, no registro do bem alienado/onerado, de hipoteca judiciária ou constrição judicial originária do processo em que se arguiu a fraude (art. 792, III, CPC).....	429
4.2.2.4.	Outros casos de fraude à execução.....	432

4.3.	Pressuposto subjetivo: <i>scientia fraudis</i> pelo terceiro adquirente	432
4.3.1.	Nota introdutória	432
4.3.2.	Regra para as ações reais e reipersecutórias (art. 792, I, CPC)	432
4.3.3.	Regra para as ações pessoais sobre obrigação pecuniária (art. 792, I-IV, CPC)	436
5.	Quadro comparativo	440
6.	Averbação no registro público do imóvel da pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (arts. 54, IV, e 56 da Lei 13.097/2015).....	441
7.	Averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	444
8.	Averbação da certidão de dívida ativa (art. 20-b, Lei 10.522/2002).....	446
9.	Atos atentatórios à dignidade da justiça	446
9.1.	Considerações prévias: os poderes do juiz na execução (arts. 772-774, CPC)	446
9.2.	<i>Contempt of court</i> na execução	450
9.2.1.	Generalidades	450
9.2.2.	Hipóteses legais.....	452
9.2.3.	Ilícito não danoso	456
9.2.4.	Desnecessidade de demonstração do elemento subjetivo. O caso do art. 774, II, CPC	457
9.2.5.	A punição	457

Capítulo 10 ► Honorários de advogado no cumprimento de sentença e na execução fundada em título extrajudicial..... 459

1.	Generalidades.....	459
2.	Honorários no cumprimento da sentença.....	460
2.1.	Honorários no cumprimento definitivo da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa.....	460
2.2.	Honorários no cumprimento provisório da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa	462
2.3.	Honorários no acolhimento e na rejeição da impugnação.....	463
2.4.	Honorários no cumprimento da sentença contra a Fazenda Pública	465
2.5.	Honorários no cumprimento da sentença que impõe obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa	469
3.	Honorários na execução fundada em título extrajudicial	469
3.1.	Regras gerais.....	469
3.2.	Honorários e o reconhecimento da prescrição intercorrente	471
3.3.	Honorários na execução fundada em título extrajudicial contra a Fazenda Pública	472
3.4.	Honorários na execução fiscal.....	473
4.	Honorários no âmbito recursal	478

Capítulo 11 ► Suspensão da execução	481
1. O curso do processo e seus momentos de crise	481
2. Suspensão da execução	482
3. Causas de suspensão da execução	483
3.1. Hipóteses dos arts. 313 e 315, CPC. O problema da suspensão convencional do processo de execução	483
3.2. Embargos à execução	484
3.3. Não localização do executado ou de bens penhoráveis	484
3.4. Ausência de licitantes na alienação judicial	489
3.5. Direito ao parcelamento, na execução fundada em título extrajudicial	489
4. Falência, recuperação judicial e suspensão da execução	490
5. Ação rescisória e suspensão do cumprimento de sentença	490

Capítulo 12 ► Extinção da execução	491
1. Generalidades	491
2. Indeferimento da petição inicial	492
3. Satisfação da obrigação	492
4. Outras causas de extinção da obrigação	494
5. Prescrição, intercorrente ou não	494
6. Extinção da execução sem análise do mérito	498

PARTE II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo 13 ► Cumprimento da sentença – disposições gerais	503
1. O cumprimento de sentença: noções gerais	503
2. Comunicação do executado para o cumprimento de sentença	505
3. Prazo para o cumprimento da sentença	509
4. Agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas em cumprimento de sentença (art. 1.015, par. ún., CPC)	511
5. Inclusão do nome do executado em cadastro de proteção de crédito	511

Capítulo 14 ► Competência no cumprimento de sentença	513
1. Generalidades	513
2. Competência para a execução de decisões de tribunal, em causas de sua competência originária	513

3. Competência para a execução da sentença.....	516
3.1. Regra geral.....	516
3.2. O parágrafo único do art. 516: as opções do exequente. O problema da perpetuação da jurisdição	517
3.3. A execução da sentença de alimentos e a mudança de domicílio do alimentando	519
3.4. Exclusão de ente federal da condenação e competência da Justiça Federal	521
3.5. Juízo estadual com competência federal e criação de vara federal na comarca.....	522
4. Competência para a execução de sentença arbitral.....	523
5. Competência para a execução de sentença estrangeira.....	524
6. Competência para a execução de sentença penal condenatória transitada em julgado.....	526
7. Referência, no inciso III do art. 516 do CPC, a decisões do Tribunal Marítimo	527
8. Competência para a execução universal (falência e insolvência civil).....	528
9. Competência para a execução individual de sentença coletiva	530
10. Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	530
Capítulo 15 ► Cumprimento provisório.....	533
1. Consideração introdutória	533
2. Fundamentos.....	533
3. Cabimento.....	534
4. Regime jurídico do cumprimento provisório (arts. 520-522, CPC).....	536
4.1. Generalidades	536
4.2. Requerimento do exequente	537
4.3. A incidência da multa do art. 523, § 1º, CPC	539
4.4. Impugnação do executado	541
4.5. Autuação separada	543
4.6. Reforma ou anulação do título: retorno ao estado anterior.....	544
4.7. Responsabilidade objetiva do exequente	545
4.8. Caução.....	547
Capítulo 16 ► Cumprimento de sentença para pagamento de quantia.....	553
1. Generalidades	553
2. Fase inicial do cumprimento de sentença e a multa legal pelo inadimplemento	554
3. A petição de instauração do cumprimento de sentença para pagamento de quantia	561
4. Incidente de apuração do valor do crédito	563
4.1. Controle do valor exequendo pelo juiz	563
4.2. Incidente de apuração quando o cálculo depende de dados ou documentos em poder do devedor ou de terceiro	564

5. Cumprimento espontâneo da obrigação antes da intimação (art. 526, CPC)	569
6. A impugnação ao cumprimento da sentença	572
6.1. Noção e natureza jurídica	572
6.2. A fase de execução da sentença como procedimento de cognição limitada e exauriente <i>secundum eventum defensionis</i>	573
6.3. Prazo, dispensa de prévia garantia do juízo e preclusão temporal	574
6.4. Alegação de fato superveniente (art. 525, § 11, CPC)	576
6.5. A impugnação e a “exceção de pré-executividade” no cumprimento de sentença. O art. 518 do CPC	577
6.6. Conteúdo	580
6.6.1. Observação inicial	580
6.6.2. Falta ou nulidade da citação, se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (art. 525, § 1º, I)	580
6.6.3. Ilegitimidade das partes (art. 525, § 1º, II, CPC)	582
6.6.4. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 525, § 1º, III, CPC)	582
6.6.5. Inexigibilidade da decisão fundada em lei, ato normativo ou interpretação tidos pelo STF como inconstitucionais (art. 525, §§ 12-14, CPC)	584
6.6.5.1. Generalidades	584
6.6.5.2. Modulação dos efeitos da decisão paradigma proferida pelo STF	587
6.6.5.3. Direito transitório	587
6.6.6. Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1º, IV)	589
6.6.7. Excesso de execução (art. 525, § 1º, V, <i>fine</i> , CPC)	589
6.6.8. Cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1º, V, <i>fine</i> , CPC)	591
6.6.9. Incompetência absoluta e relativa (art. 525, § 1º, VI, CPC)	592
6.6.10. Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença (art. 525, § 1º, VII, CPC)	593
6.6.11. A impugnação ao cumprimento de sentença arbitral	594
6.7. Desistência da execução e consentimento do executado	595
6.8. Efeito suspensivo da impugnação	595
6.9. Réplica	597
6.10. Julgamento e coisa julgada	597
7. As peculiaridades relativas ao processo autônomo de execução por quantia fundada em título judicial (art. 515, § 1º, CPC)	598
8. A possibilidade de averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	599
9. Protesto de sentença	600

Capítulo 17 ► **Introdução à execução específica das obrigações de fazer, de não fazer e de entregar coisa distinta de dinheiro605**

1. A tutela jurisdicional.....	605
1.1. Acepções	605
1.2. A tutela jurisdicional diferenciada.....	606
1.3. Espécies de tutela jurisdicional.....	608
1.3.1. Definitiva e provisória	608
1.3.2. Repressiva (reparatória ou sancionatória) e preventiva	609
1.3.3. Genérica (pelo equivalente em dinheiro) e específica	609
1.4. Classificação da tutela específica.....	610
1.4.1. A distinção entre ilícito e dano	610
1.4.2. A tutela inibitória.....	613
1.4.3. A tutela reintegratória (remoção do ilícito)	616
1.4.4. A tutela ressarcitória	618

Capítulo 18 ► **Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer621**

1. Introdução.....	621
2. Abrangência do art. 497 do CPC.....	622
3. A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer e a obtenção do resultado prático equivalente.....	625
4. A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC)	628
4.1. Introdução: a tutela específica como direito do credor.....	628
4.2. A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites.....	630
4.3. A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica ou do resultado prático equivalente	632
4.4. A conversão compulsória e o princípio da menor onerosidade da execução.....	636
4.5. Procedimento da conversão em perdas e danos.....	638
4.5.1. Momento da conversão	638
4.5.2. Incidente cognitivo para apuração das perdas e danos.....	640
5. As técnicas processuais adequadas à tutela das prestações de fazer e de não fazer	641
5.1. Introdução	641
5.2. As técnicas de execução direta (ou por sub-rogação) e de execução indireta	642
5.3. A atipicidade dos meios executivos e o poder geral de efetivação (art. 536, § 1º, e art. 139, IV, CPC)	642
5.4. A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva a ser imposta	645

5.5.	A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária.....	646
6.	Aplicabilidade das medidas executivas à tutela provisória das prestações de fazer e de não fazer	647
7.	O controle jurisdicional do prazo estipulado para cumprimento e da medida executiva imposta.....	648
8.	A multa coercitiva.....	648
8.1.	Natureza jurídica e beneficiário.....	648
8.2.	CrITÉRIOS para fixação e alteração do prazo para cumprimento, do valor e da periodicidade da multa	653
8.2.1.	Prazo para cumprimento voluntário da ordem.....	653
8.2.2.	Fixação do valor e da periodicidade da multa.....	654
8.2.3.	Alteração do valor e da periodicidade da multa	659
8.3.	Revisão do montante acumulado a título de multa coercitiva	661
8.4.	Dever do credor de mitigar o próprio prejuízo (“duty to mitigate the loss”) e o princípio da boa-fé processual: possibilidade de <i>suppressio</i>	666
8.5.	Destinatário da multa	669
8.6.	Imposição da multa à Fazenda Pública.....	672
8.7.	Possibilidade de cumulação com a multa por <i>contempt of court</i> (art. 77, § 2º, CPC) ...	673
8.8.	Possibilidade de cumulação com a multa por litigância de má-fé (art. 81, CPC)	677
8.9.	Possibilidade de cumulação com a prisão por crime de desobediência	678
8.10.	Execução da multa: forma, momento de exigibilidade e vinculação ao resultado final do processo.....	680
9.	A utilização da prisão civil como medida coercitiva atípica.....	683
10.	A intervenção judicial na empresa como medida executiva atípica excepcional e subsidiária	683
11.	Procedimento	684
11.1.	A execução como fase do procedimento	684
11.2.	A intimação da decisão e a intimação para cumprimento da decisão.....	684
11.3.	Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	686
11.4.	A medida executiva e sua incidência.....	689
11.5.	A defesa do devedor durante a fase de cumprimento.....	691
12.	Cumprimento das obrigações de emitir declaração de vontade (art. 501, CPC).....	692
Capítulo 19 ► Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....		695
1.	Introdução.....	695
2.	A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	696
3.	A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC)	696

3.1.	Regra geral.....	696
3.2.	A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites.....	697
3.3.	A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica.....	698
3.4.	Deterioração ou perda da coisa e possibilidade de conversão em perdas e danos.....	699
3.4.1.	Introdução.....	699
3.4.2.	Obrigação de dar ou de restituir coisa certa.....	699
3.4.3.	Obrigação de entregar coisa incerta.....	701
3.4.4.	Obrigação de entregar a coisa nos casos em que se discute posse.....	702
3.5.	Momento da conversão em perdas e danos.....	703
3.6.	Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos.....	703
4.	Procedimento.....	705
4.1.	Introdução.....	705
4.2.	Deflagração a requerimento ou de ofício.....	706
4.3.	Fase inicial e fase de execução forçada.....	706
4.4.	Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário.....	706
4.5.	Fase de execução forçada: a medida executiva e sua incidência.....	708
4.6.	Aplicabilidade à tutela provisória das prestações de entregar coisa.....	709
5.	A defesa do executado.....	709
5.1.	Momento, forma e conteúdo.....	709
5.2.	Impossibilidade de alegar, na fase de execução, direito de retenção por benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos.....	710
6.	Incidente de individualização da coisa a ser entregue (art. 498, par. ún., e arts. 811-812, CPC).....	713
7.	A efetivação da decisão nos casos em que houve alienação da coisa litigiosa para terceiro.....	717
Capítulo 20 ► Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública		719
1.	Regime jurídico.....	719
2.	Cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública.....	721
3.	A defesa da Fazenda Pública no cumprimento de sentença: a impugnação.....	724
4.	Cumprimento provisório de sentença contra a Fazenda Pública.....	729
5.	Os créditos de natureza alimentícia.....	729
6.	Natureza jurídica da atividade do presidente do tribunal no precatório.....	734
7.	Atualização monetária e juros no pagamento do precatório.....	736
8.	A Lei n. 13.463/2017 e o cancelamento de precatórios e requisições de pequeno valor federais.....	740
9.	Sequestro: natureza e objeto.....	742
10.	Intervenção federal e estadual.....	745
11.	Casos de dispensa de precatório.....	746

12. Os precatórios e a prioridade de tramitação de processos para pessoas idosas, para pessoas com doença grave e para pessoas com deficiência.....	751
13. Utilização de crédito de precatório.....	755
14. Parcelamento e financiamento de precatórios.....	757
15. Cessão de crédito inscrito em precatório.....	760
16. Abatimento, a título de compensação, no valor do precatório de débitos para com a correspondente Fazenda Pública	761
17. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de estados, distrito federal e municípios criado pela EC nº 62/2009	762
18. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 94/2016	765
19. Regime especial para pagamento de créditos de precatório de estados, Distrito Federal e municípios criado pela EC nº 99/2017 e alterado pela EC nº 109/2021	768
20. Cumprimento de sentença de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a fazenda pública.....	771

Capítulo 21 ► **Cumprimento de sentença para pagamento de prestação alimentícia 773**

1. Panorama sobre as espécies de alimentos	773
1.1. Noções iniciais.....	773
1.2. Classificação	774
1.2.1. Quanto à origem.....	774
1.2.2. Quanto à estabilidade	775
1.2.3. Quanto à natureza.....	776
1.2.4. Quanto ao momento.....	777
2. Meios executivos: protesto da decisão, prisão civil, desconto e expropriação	779
2.1. Generalidades	779
2.2. Cumprimento de sentença por coerção indireta (art. 528, <i>caput</i> e §§ 1º-7º, CPC): protesto e prisão civil	781
2.3. Cumprimento de sentença por desconto.....	792
2.4. Cumprimento de sentença por expropriação	794
2.4.1. Nota introdutória	794
2.4.2. Levantamento de dinheiro penhorado	795
2.4.3. Direito de preferência do credor de alimentos	796
3. Peculiaridades na execução de alimentos indenizativos: a constituição de renda (art. 533, CPC).....	796

PARTE III – EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL PARA PAGAMENTO DE QUANTIA

Capítulo 22 ► **Competência na execução fundada em título extrajudicial 801**

1. Generalidades.....	801
2. Competência da autoridade judiciária brasileira	801
3. Competência interna para execução.....	803
4. Competência territorial	804
5. Execução hipotecária	807
6. Competência para execução fiscal.....	807
7. Pluralidade de executados com domicílios diferentes.....	808
8. Opção entre o foro de eleição, o do domicílio do executado ou o da situação dos bens	808
9. Títulos de crédito emitidos no exterior.....	809
10. Conexão entre execuções fundadas no mesmo título executivo e conexão entre execução e ação de conhecimento.....	810
11. Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	810

Capítulo 23 ► **Execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial: fase inicial e defesa do executado813**

1. Considerações iniciais	813
2. Atos iniciais da execução por quantia fundada em título extrajudicial	814
2.1. Fase inicial do procedimento executivo	814
2.1.1. Demanda executiva e controle judicial.....	814
2.1.2. A averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	815
2.1.3. Citação na execução	816
2.1.4. Prazo para cumprimento voluntário.....	817
2.1.5. Posturas do executado após a citação	818
2.1.6. A pré-penhora ou arresto executivo (art. 830, CPC)	819
2.2. Segunda fase: a execução forçada	823
2.3. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 133 e seguintes, CPC)	824
3. A defesa do executado	825
3.1. Introdução	825
3.2. Embargos à execução.....	826
3.2.1. Noção e natureza jurídica.....	826
3.2.2. Valor da causa.....	829
3.2.3. Prazo para ajuizamento dos embargos.....	830
3.2.4. Competência para processamento e julgamento	833

3.2.5.	Legitimidades ativa e passiva	836
3.2.6.	Intervenção de terceiro	837
3.2.7.	Efeitos dos embargos.....	838
3.2.8.	Conteúdo dos embargos.....	842
3.2.9.	Arguição de impedimento e de suspeição (arts. 146 e 148, CPC).....	845
3.2.10.	O requerimento de parcelamento do crédito (art. 916, CPC) e a proibição para oposição dos embargos.....	845
3.2.11.	Procedimento	851
3.2.12.	Recursos.....	853
3.2.13.	Honorários de sucumbência	854
3.2.14.	Desistência da execução e consentimento do executado.....	855
3.2.15.	Julgamento e coisa julgada.....	856
3.2.16.	Alegação de defesa fundada em fato superveniente.....	856
3.3.	Exceção de pré-executividade.....	857
3.4.	Ações autônomas (defesas heterotópicas).....	861

Capítulo 24 ► **Penhora** **867**

1.	Noções gerais	867
2.	Funções	868
2.1.	Individualização e apreensão do bem. Indicação de bens pelo exequente ou executado. O dever de auxílio jurisdicional	868
2.2.	Conservação do bem	871
2.3.	Direito de preferência	871
3.	Natureza jurídica	872
4.	Efeitos	873
4.1.	Considerações iniciais	873
4.2.	Materiais	874
4.2.1.	Alteração do título de posse do devedor	874
4.2.2.	Ineficácia relativa dos atos de disposição	875
4.2.3.	Reflexos penais	876
4.3.	Processuais	876
4.3.1.	Individualização dos bens	876
4.3.2.	Conservação dos bens penhorados	877
4.3.3.	Efeito suspensivo à defesa do executado	877
4.3.4.	Direito de preferência	877
5.	Objeto da penhora	878
6.	Impenhorabilidade	878

6.1.	Generalidades. Impenhorabilidade absoluta e impenhorabilidade relativa. A impenhorabilidade como técnica de proteção a direitos fundamentais e de restrição ao direito fundamental do credor	878
6.2.	Natureza jurídica das regras de impenhorabilidade. Regime processual das questões sobre impenhorabilidade: disponibilidade, preclusão e conhecimento <i>ex officio</i>	882
6.3.	Fundamentos da impenhorabilidade	887
6.4.	Negócios processuais sobre a penhorabilidade	889
6.5.	Hipóteses de impenhorabilidade	890
6.5.1.	O <i>beneficium competentiae</i>	890
6.5.2.	Bens inalienáveis	891
6.5.3.	Bens declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução. O acordo de impenhorabilidade	892
6.5.4.	Os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida	894
6.5.5.	Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor	895
6.5.6.	Rendimentos de natureza alimentar	896
6.5.7.	Os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão	901
6.5.8.	O seguro de vida	904
6.5.9.	Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas	905
6.5.10.	A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família	906
6.5.11.	Os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social	908
6.5.12.	Quantia depositada em caderneta de poupança (até o limite de quarenta salários-mínimos)	910
6.5.13.	Os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político	912
6.5.14.	Bem imóvel de moradia ("bem de família")	913
6.5.15.	Ressalva geral às regras de impenhorabilidade (art. 833, § 1º, CPC)	924
6.5.16.	A impenhorabilidade sob condição ou penhorabilidade eventual. Os exemplos da penhora de frutos e rendimentos de bens inalienáveis (art. 834, CPC) e da execução de créditos com direito de retenção (art. 793, CPC) ou com garantia real (arts. 835, § 3º, CPC)	925
6.5.17.	Impenhorabilidade do <i>jus sepulchri</i> , da sepultura e do sepulcro	927
6.5.18.	Penhora de bem dado em garantia real	929
6.5.19.	Impenhorabilidade de próteses	930

6.5.20. Penhora do saldo da conta vinculada do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	930
6.5.21. Impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.....	932
7. Limites da penhora	933
8. Ordem preferencial de bens a penhorar. O enunciado 417 da súmula do STJ	934
9. Lugar e tempo da penhora	938
10. Realização, formalização e intimação da penhora	939
10.1. Apreensão. Auto e termo de penhora	939
10.2. Ainda sobre o auto de penhora	940
10.3. Depósito	942
10.3.1. Noções gerais.....	942
10.3.2. Escolha do depositário	943
10.3.3. Funções do depositário	945
10.3.4. Remuneração do depositário	946
10.3.5. Prisão Civil do depositário infiel. O reconhecimento pelo STF da inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel. O silêncio do CPC sobre o tema	947
10.4. Intimação do executado	948
10.5. Intimação de terceiros (art. 799, CPC)	949
11. Penhora de imóvel	950
12. Penhora de bem indivisível (art. 843, CPC)	952
13. Incidentes da penhora	953
13.1. Modificações da penhora: ampliação, redução e renovação da penhora.....	953
13.2. Substituição da penhora	954
13.2.1. Nota introdutória	954
13.2.2. Substituição por iniciativa de qualquer das partes (art. 848, CPC)	954
13.2.3. Substituição por iniciativa do executado (art. 847, CPC)	957
14. Penhoras especiais	959
14.1. Penhora <i>on-line</i> de dinheiro em depósito ou aplicação financeira (art. 854, CPC)	959
14.2. Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais (arts. 855-860, CPC)	965
14.3. Penhoras de rendimentos de empresa, estabelecimento ou outros bens	971
14.3.1. Generalidades	971
14.3.2. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel (arts. 867-869, CPC)	972
14.3.3. Penhora de empresa e outros estabelecimentos (arts. 862-865, CPC)	974
14.4. Penhora de percentual de faturamento (art. 866, CPC)	977
14.5. Penhora de quotas sociais ou ações (art. 861, CPC)	979

Capítulo 25 ► Avaliação	983
Capítulo 26 ► Adjudicação	987
1. Considerações gerais	987
2. Procedimento	988
3. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da adjudicação	991
4. Legitimidade para adjudicar	992
5. Concorrência entre os possíveis adjudicatários	996
Capítulo 27 ► Alienação	999
1. Conceito e natureza jurídica	999
2. A alienação judicial por iniciativa particular	1002
3. Carta de alienação	1005
4. Legitimidade para adquirir bem penhorado em alienação judicial (art. 890, CPC)	1007
5. Preço mínimo, condições de pagamento, garantias e preço vil	1009
6. A alienação por leilão judicial	1010
6.1. O leilão e o leiloeiro	1010
6.2. O edital	1013
6.3. Transferência do leilão	1015
6.4. Intimações prévias necessárias	1015
6.5. Suspensão do leilão (art. 900, CPC)	1019
6.6. Conceito de arrematação	1019
6.7. Forma de pagamento. A possibilidade de pagamento parcelado	1019
6.8. Arrematação global (art. 893, CPC)	1021
6.9. Transferência do leilão de imóvel de incapaz (art. 896, CPC)	1022
6.10. Alienação de imóvel que permite cômoda divisão (art. 894, CPC).....	1023
6.11. Concurso de pretendentes	1023
6.12. Encerramento do leilão (art. 899, CPC)	1025
6.13. Auto de arrematação (art. 901, CPC).....	1025
6.14. Arrematação “perfeita, acabada e irretroatável” (art. 903, <i>caput</i> , CPC).....	1026
6.15. Desfazimento da arrematação	1028
6.15.1. Sistematização das hipóteses de desfazimento da arrematação.....	1028
6.15.2. Desistência ou resilição unilateral da arrematação.....	1028
6.15.3. Invalidade da arrematação	1030
6.15.4. Resolução da arrematação.....	1032

6.16. Ineficácia da arrematação por desrespeito ao art. 804 do CPC.....	1033
7. Efeitos da alienação	1035
7.1. Efeitos no plano material	1035
7.1.1. Título e modo da aquisição	1035
7.1.2. Responsabilidade tributária do adquirente	1036
7.1.3. Responsabilidade do adquirente pelas despesas condominiais	1037
7.1.4. Posse da coisa adquirida	1037
7.1.5. Alienação de bem objeto de locação ou comodato	1038
7.1.6. Purgação dos direitos reais de garantia	1040
7.1.7. Direito aos frutos pendentes do bem	1040
7.1.8. Traspasso dos direitos reais de gozo	1040
7.2. Efeitos no plano processual	1041
7.2.1. Conversão coativa da penhora	1041
7.2.2. Dever de pagar o preço	1041
7.2.3. Preclusão do direito de arguir a impenhorabilidade do bem arrematado ..	1042
8. Alienação judicial e as pretensões redibitória e de abatimento do preço (art. 441, Código Civil)	1042
9. Alienação judicial e evicção (art. 447, Código Civil)	1043
10. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da alienação judicial	1045

Capítulo 28 ► **Entrega do dinheiro ao credor 1049**

1. Pagamento ao credor na execução por quantia certa	1049
2. Entrega do dinheiro ao credor	1049
3. Direito de preferência. Concurso de penhoras	1051
3.1. Disciplina geral	1051
3.2. Pressupostos	1051
3.3. Natureza jurídica	1056
3.4. O incidente: sujeitos e objeto	1057
3.5. Questões de alta indagação	1059
3.6. Procedimento	1060
3.7. Competência para o concurso. “Conexão em razão da penhora”	1062

Capítulo 29 ► **Execução fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública 1065**

1. Observação preliminar	1065
2. Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública...	1066

3. A defesa da Fazenda Pública na execução fundada em título extrajudicial: os embargos à execução.....	1067
3.1. Generalidades	1067
3.2. Efeito suspensivo automático dos embargos	1069
3.3. Embargos parciais	1069
3.4. Procedimento dos embargos.....	1070
4. Aplicação das regras sobre precatório e requisição de pequeno valor	1071
5. Execução de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a fazenda pública.....	1071

Capítulo 30 ► **Execução fiscal..... 1073**

1. Noções gerais.....	1073
1.1. A dívida ativa da Fazenda Pública e a certidão de dívida ativa.....	1073
1.2. Dispensa da execução fiscal em casos de pequenos valores e em casos em que há súmula (judicial ou administrativa), precedente obrigatório ou entendimento vinculante.....	1078
1.3. Dispensa ou arquivamento de execuções fiscais de valores pequenos propostas por Conselhos Profissionais. Tema 1.193/STJ.	1080
1.4. Substituição ou emenda da certidão de dívida ativa	1081
1.5. Protesto de certidão de dívida ativa	1082
1.6. Notificação para pagamento administrativo, restrição de crédito, averbação da CDA nos órgãos de registro de bens e direitos e sua “indisponibilidade”	1083
1.7. Possibilidade de condicionamento do ajuizamento da execução à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis.....	1086
1.8. Interesse de agir na execução fiscal, o julgamento do RE n. 1.355.208 pelo Supremo Tribunal Federal e a Resolução n. 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça....	1086
2. As legitimidades ativa e passiva na execução fiscal	1089
2.1. Legitimidade ativa.....	1089
2.2. Legitimidade passiva.....	1092
2.3. Responsabilidade do sócio-gerente ou diretor	1093
2.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Cabimento na execução fiscal.....	1094
3. Competência.....	1100
3.1. Competência da primeira instância.....	1100
3.2. Competência do STF	1100
3.3. Competência da Justiça Estadual	1100
3.4. Competência da Justiça Federal	1101
3.5. Competência federal delegada	1102
3.6. Competência da Justiça Eleitoral.....	1104

3.7.	Competência da Justiça do Trabalho.....	1104
3.8.	Competência territorial.....	1105
3.9.	Competência para execução fiscal e superveniência de falência ou de recuperação judicial.....	1106
4.	Procedimento.....	1109
4.1.	Fase inicial.....	1109
4.2.	Citação na execução fiscal.....	1111
4.3.	Nomeação de bens à penhora.....	1113
5.	Penhora na execução fiscal.....	1115
5.1.	Generalidades.....	1115
5.2.	Intimação da penhora na execução fiscal.....	1117
5.3.	Concurso de penhoras na execução fiscal.....	1118
6.	Suspensão do processo pela falta de bens penhoráveis e reconhecimento da prescrição pelo juiz. Tema 1.229 do Superior tribunal de justiça.....	1118
7.	A indisponibilidade de bens prevista no art. 185-A do CTN.....	1121
8.	Pedido de parcelamento (CPC, art. 916).....	1124
9.	Intimações e desnecessidade de intervenção do Ministério Público.....	1125
10.	A defesa do executado.....	1125
11.	Da expropriação na execução fiscal.....	1133
12.	Da sentença e da coisa julgada na execução fiscal.....	1135
13.	Dos recursos na execução fiscal.....	1137

Capítulo 31 ► **Execução de alimentos fundada em título extrajudicial....1139**

Capítulo 32 ► **Execução das obrigações de fazer ou de não fazer fundada em título executivo extrajudicial1145**

1.	Considerações iniciais.....	1145
2.	A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer.....	1146
3.	Procedimento.....	1147
3.1.	Introdução.....	1147
3.2.	Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário.....	1148
3.3.	Segunda fase: execução forçada.....	1152
3.3.1.	Introdução.....	1152
3.3.2.	A realização forçada da prestação de fato pelo próprio devedor.....	1153
3.3.3.	A realização da prestação de fato ou do desfazimento do ato indevido por terceiro ou pelo credor.....	1155
3.3.4.	Conversão da prestação de fato em perdas e danos.....	1160
4.	A defesa do executado.....	1162

Capítulo 33 ► Execução para entrega de coisa fundada em título executivo extrajudicial	1165
1. Considerações iniciais	1165
2. A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	1166
3. Procedimento	1166
3.1. Introdução	1166
3.2. Fase inicial da execução para entrega de coisa certa: prazo para cumprimento voluntário	1167
3.3. Fase inicial da execução para entrega de coisa incerta: individualização da coisa e cumprimento voluntário	1170
3.4. Segunda fase: execução forçada	1173
3.5. Conversão da obrigação em indenização por perdas e danos	1173
3.5.1. Hipóteses que admitem conversão	1173
3.5.2. Momento da conversão	1174
3.5.3. Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos	1175
4. Defesa do executado	1176
5. Indenização de benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos. Apuração do valor e exercício do direito de retenção	1177
5.1. Considerações iniciais	1177
5.2. Apuração do valor indenizatório	1179
5.3. O exercício do direito de retenção (os embargos de retenção por benfeitorias)	1183
6. Alienação da coisa litigiosa para terceiro	1184
Bibliografia	1187

Fredie Didier Jr.
Leandro Fernandez

Introdução à **JUSTIÇA MULTIPORTAS**

Sistema de solução de
problemas jurídicos
e o perfil do acesso à
Justiça no Brasil

2ª edição

2025

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

PARTE I INTRODUÇÃO

Capítulo 1 ► Noções fundamentais	43
1. Teorias sobre os sistemas de justiça.....	43
2. Três conceitos fundamentais: justiça, portas de acesso à justiça e problema jurídico.....	45
3. Administração judiciária e administração da justiça	47
4. O sistema multiportas. A necessidade de reconstrução da ideia dos anos 70 do século XX: do átrio para a praça.....	48
5. A inserção deste tema no objeto de preocupação dos processualistas	50
Capítulo 2 ► Panorama histórico	53
1. Generalidades.....	53
2. Atos normativos gerais.....	54
3. Decisões do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral	91
4. Diretrizes jurisprudenciais do sistema de justiça multiportas: sistematização da visão do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	120
Capítulo 3 ► Características do sistema brasileiro de justiça multiportas	123
1. Introdução.....	123
2. Auto-organização: construção paulatina, progressiva e sem planejamento.....	124
2.1. Introdução	124
2.2. A interação entre sujeitos integrantes do sistema de justiça multiportas	127
2.3. O Conselho Nacional de Justiça no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	127
3. Abertura	128
3.1. Sujeitos.....	128
3.2. Abrangência de todos os modos de solução de problemas jurídicos	131
3.3. Portas.....	133
3.4. Fontes	135
3.5. Formas processuais.....	136
3.6. Conclusão parcial: sistema brasileiro de justiça multiportas como um <i>ever-expanding system</i>	137
4. Preferência pela solução consensual (§§ 2º e 3º do art. 3º do CPC).....	139
5. Adoção do modo adequado para a solução do problema jurídico.....	143
5.1. Generalidades	143
5.2. A teoria das capacidades institucionais.....	144
5.2.1. Generalidades	144
5.2.2. O papel da deferência judicial em matérias políticas e técnicas.....	150

5.2.3. A não decisão pelo Poder Judiciário	151
5.3. A dinamicidade do juízo de adequação	154
5.4. A adequação de acordo com os sujeitos envolvidos no processo. A situação dos grupos vulneráveis	155
5.5. O controle da adequação	156
6. Integração	160
6.1. Generalidades. O CPC como diploma normativo central de organização do sistema brasileiro de justiça multiportas	160
6.2. Interação indireta	163
6.3. Interação direta: sem coordenação ou com coordenação	165
6.4. Repercussões do caráter integrado do sistema sobre o regime jurídico aplicável aos sujeitos que nele atuam	170

PARTE II

MODOS DE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS

Capítulo 4 ► Soluções consensuais	177
1. Generalidades	177
2. Negociação direta	179
2.1. Generalidades	179
2.2. <i>Collaborative law</i>	180
3. Com a participação de terceiro	182
3.1. Conciliação e mediação	182
3.1.1. Distinções e semelhanças	182
3.1.2. Normas que regem a conciliação e a mediação	184
3.1.3. Centro de solução de conflitos	187
3.1.4. Sistema Informatizado para a Resolução de Conflitos por meio da Conciliação e Mediação – SIREC	188
3.1.5. Comissões de Soluções Fundiárias. A figura das visitas técnicas	191
3.2. Avaliação imparcial de terceiro	192
3.3. Justiça restaurativa	194
4. Negócios de certificação	196
5. Homologação judicial de acordo extrajudicial	196
6. A consensualidade e o Direito Público	199
6.1. Generalidades	199
6.2. Objeto do problema jurídico	201
6.3. Modo de solução do problema jurídico	202
6.4. Aplicação de sanções administrativas	204
Capítulo 5 ► Heterocomposição	209
1. Generalidades	209
2. Algumas palavras sobre heterocomposição e jurisdição	210
3. Motivação	211
4. Heterocomposição e respeito aos precedentes	215
4.1. Generalidades	215

4.2.	Deveres previstos no art. 926 do Código de Processo Civil.....	216
4.2.1.	Dever de uniformização da jurisprudência.....	216
4.2.2.	Dever de coerência.....	217
4.2.3.	Dever de integridade.....	219
4.3.	O sistema brasileiro de precedentes administrativos obrigatórios.....	221
4.4.	Perspectiva externa.....	225
4.4.1.	Generalidades e o dever de consultar.....	225
4.4.2.	Arbitragem e precedentes judiciais.....	227
4.5.	Reclamação contra ato de ente administrativo ou de controle.....	228
5.	Imparcialidade.....	233
5.1.	Generalidades.....	233
5.2.	O dever geral de imparcialidade e a tutela da aparência de imparcialidade.....	235
5.3.	Sobre a imparcialidade na arbitragem.....	237
Capítulo 6 ▶ Autotutela	241
1.	Conceito.....	241
2.	A reabilitação da autotutela.....	242
3.	Abrangência e natureza jurídica da autotutela.....	243
4.	A autotutela na legislação brasileira.....	247
5.	Modalidades de autotutela.....	251
6.	Autotutela de origem convencional.....	254
7.	A autotutela administrativa: aspectos processuais.....	259
7.1.	Autoexecutoriedade e interesse de agir.....	259
7.2.	Anulação dos próprios atos.....	261
7.2.1.	Autotutela administrativa e devido processo.....	261
7.2.2.	Consideração das consequências práticas da decisão.....	262
7.2.3.	Preservação da estabilidade, integridade e coerência.....	263
Capítulo 7 ▶ Execução extrajudicial	265
1.	Introdução.....	265
2.	Execução extrajudicial e autotutela.....	267
3.	Modalidades de desjudicialização da execução.....	268
4.	A figura do agente de execução.....	270
5.	O contrato de administração fiduciária de garantias.....	272
5.1.	O agente de garantia e a execução extrajudicial.....	272
5.2.	Agente de garantia e agentes fiduciários.....	273
6.	Panorama legislativo.....	274
6.1.	Execução hipotecária (a Lei n. 14.711/2023 e a revogação da disciplina prevista no Decreto-Lei n. 70/1966).....	274
6.1.1.	O Decreto-Lei n. 70/1966.....	274
6.1.2.	Execução hipotecária na Lei n. 14.711/2023 (Marco Legal das Garantias).	277
6.2.	Execução do contrato de alienação fiduciária de imóvel (Lei n. 9.514/1997).....	279
6.3.	Execução do contrato de alienação fiduciária de bem móvel (Decreto-Lei n. 911/1969).....	283

6.4.	Adjudicação compulsória extrajudicial	285
6.5.	Conclusões parciais.....	287
7.	Propostas legislativas.....	288
7.1.	Generalidades	288
7.2.	Experimentos jurídicos de regulação e execução extrajudicial.....	290
8.	Desjudicialização da execução independentemente de modificação legislativa.....	293
8.1.	Cooperação interinstitucional.....	293
8.2.	Execução extrajudicial convencional	294
8.2.1.	Generalidades	294
8.2.2.	<i>Smart contracts</i> e execução extrajudicial convencional.....	295
9.	Conclusão: a execução sob a perspectiva da justiça multiportas.....	296

PARTE III NORMAS E INSTITUTOS FUNDAMENTAIS

Capítulo 8 ▶ Acesso à justiça e inafastabilidade da jurisdição.....	303
1. Acesso à justiça em um sistema de justiça multiportas.....	303
2. Diretrizes para a compreensão do novo conteúdo dogmático do acesso à justiça	308
2.1. Pluralidade de instâncias (estatais ou não)	308
2.2. O direito de informação.....	309
2.3. Observância dos direitos processuais fundamentais.....	309
2.4. A análise de capacidades institucionais.....	309
2.5. O exame de adequação.....	309
2.6. O juízo referencial.....	311
3. Acesso à justiça sob a perspectiva do juízo de adequação e o papel do Poder Judiciário..	311
4. O conteúdo da garantia da inafastabilidade da jurisdição	315
4.1. Generalidades	315
4.2. Poder Judiciário como porta cujo uso deve ser justificado	316
4.2.1. Porta para direitos a uma prestação e para ações constitutivas não necessárias.....	316
4.2.2. Porta de urgência	317
4.2.3. Porta de controle.....	317
4.2.4. Porta-garantida.....	318
4.3. Porta necessária (ações necessárias).....	318
5. Algumas conclusões sobre o perfil contemporâneo do acesso à justiça no Brasil.....	318
6. Acesso à justiça e litigância abusiva	320
6.1. Introdução	320
6.2. Aproximações conceituais. A experiência dos Estados Unidos da América: <i>sham litigation, frivolous litigation, vexatious litigation, predatory litigation, improper litigation</i> e <i>strategic lawsuit against public participation</i> . Litigância repetitiva	325
6.3. A litigância abusiva como ato ilícito violador da cláusula geral de boa-fé processual. A Recomendação n. 159/2024 do Conselho Nacional de Justiça.....	332

6.4. O Conselho Nacional de Justiça e o tratamento da litigância abusiva	339
6.5. A litigância abusiva em outras portas de acesso à justiça.....	340
6.6. Enfrentamento da litigância abusiva	342
7. Acesso à justiça sob a perspectiva das despesas processuais.....	348
7.1. Gratuidade no acesso à justiça	349
7.2. Assistência judiciária	350
7.3. Despesas processuais e estrutura de incentivos ao comportamento no processo	352
7.4. Despesas para a solução de problemas jurídicos e gratuidade em outras portas de acesso à justiça.....	354
7.5. Financiamento processual (<i>third-party funding</i>).....	359
Capítulo 9 ► Devido processo	361
1. Considerações gerais.....	361
2. Conteúdo	362
3. Devido processo e relações jurídicas privadas.....	363
4. Devido processo e justiça multiportas.....	365
Capítulo 10 ► Interesse de agir.....	369
1. Generalidades.....	369
2. Evolução normativa e jurisprudencial acerca do interesse de agir	370
2.1. Tribunal Europeu de Direitos Humanos e Tribunal de Justiça da União Europeia...	370
2.2. Panorama normativo e jurisprudencial no Brasil.....	370
2.3. A experiência no Tribunal de Justiça do Maranhão e no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	376
3. A reconstrução do interesse de agir no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	380
3.1. Generalidades	380
3.2. Processo judicial.....	381
3.2.1. Ações constitutivas. O problema das “ações necessárias”	381
3.2.2. Ações condenatórias. A questão da tentativa extrajudicial de solução do problema jurídico	384
3.2.3. Ações declaratórias.....	388
3.3. Interesse de agir e outras portas de acesso à justiça.....	388
Capítulo 11 ► Duração razoável do processo.....	391
1. Generalidades.....	391
2. Parâmetros para análise da duração razoável do processo.....	392
3. A duração razoável do processo no ordenamento jurídico brasileiro.....	392
4. Instrumentos para a concretização do direito à razoável duração do processo judicial	398
5. Duração razoável do processo de solução de problemas jurídicos: a resignificação do art. 5º, LXXVIII, da CF e do art. 4º do CPC no contexto do sistema brasileiro de justiça multiportas.....	399

PARTE IV SUJEITOS E PORTAS

Capítulo 12 ► Poder Judiciário.....	407
1. Premissas conceituais acerca da organização do Poder Judiciário	407
1.1. Instância.....	407
1.2. Varas e Juizados. Divisões territoriais	408
1.3. Tribunais	409
1.4. Núcleos de Justiça 4.0.....	410
1.5. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	414
1.6. Centros de Inteligência	415
2. Estrutura e competência dos órgãos do Poder Judiciário.....	417
2.1. Introdução	417
2.2. Supremo Tribunal Federal.....	417
2.3. Superior Tribunal de Justiça.....	419
2.4. Justiça Federal.....	420
2.5. Justiça Estadual e do Distrito Federal e Territórios	422
2.6. Justiça do Trabalho	422
2.7. Justiça Eleitoral	423
2.8. Justiça Militar.....	425
2.9. Justiça de paz	427
3. O Conselho Nacional de Justiça.....	429
4. Conselho Superior da Justiça Federal e Conselho Superior da Justiça do Trabalho	436
5. O Poder Judiciário e o tratamento adequado de problemas jurídicos	438
Capítulo 13 ► Árbitros, câmaras e tribunais arbitrais.....	441
1. Generalidades	441
2. Panorama normativo da arbitragem no Brasil	443
3. Características da arbitragem	446
4. Arbitragem e Poder Público	447
4.1. Aspectos gerais.....	447
4.2. Incompatibilidade com a cláusula <i>choice of law</i>	448
4.3. Preferência pela arbitragem institucional.....	449
4.4. Objeto.....	450
5. Interação entre a arbitragem e o Poder Judiciário	452
5.1. Generalidades	452
5.2. Cooperação interinstitucional. Carta arbitral.....	454
5.3. Conflito de competência.....	455
Capítulo 14 ► Câmaras de conciliação e mediação.....	457
1. Generalidades.....	457
2. Câmaras privadas de conciliação e mediação.....	457
3. Câmaras administrativas de mediação e conciliação	458

Capítulo 15 ► Tribunais administrativos	461
1. Generalidades.....	461
2. Os tribunais administrativos tributários.....	463
2.1. Modelo federativo e diversidade de configuração dos tribunais administrativos tributários.....	463
2.2. O papel dos tribunais administrativos tributários no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	465
2.3. Julgamento de casos repetitivos no âmbito de tribunais administrativos tributários.....	467
3. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).....	468
3.1. Generalidades.....	468
3.2. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica.....	469
3.2.1. Estrutura e composição.....	469
3.2.2. Competência.....	470
3.3. Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	472
3.4. Autocomposição no Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	473
4. Tribunal Marítimo.....	475
Capítulo 16 ► Tribunais de Contas	477
1. Generalidades.....	477
2. A posição dos Tribunais de Contas no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	478
3. O processo de controle.....	480
3.1. Generalidades.....	480
3.2. Consensualidade e controle externo.....	481
4. Consulta aos Tribunais de Contas.....	484
Capítulo 17 ► Portas de regulação	485
1. Premissas conceituais.....	485
1.1. Regulação.....	485
1.2. Heterorregulação.....	486
1.3. Autorregulação.....	487
1.4. Corregulação.....	489
1.5. <i>Smart regulation</i>	489
2. Agências reguladoras.....	490
2.1. Generalidades.....	490
2.2. Autocomposição.....	491
2.2.1. Estímulo à solução consensual de problemas jurídicos no setor regulado.....	491
2.2.2. <i>Online dispute resolution</i> e agências reguladoras.....	493
2.2.3. Compromisso de ajustamento de conduta.....	495
2.3. Heterocomposição.....	495
2.3.1. O processo decisório nas agências reguladoras. A figura do “arbitramento”.....	495
2.3.2. Arbitragem em setores regulados.....	499
2.4. Interação com outras portas de acesso à justiça.....	501

3.	Entidades de autorregulação	505
3.1.	Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR).....	505
3.2.	BSM Supervisão de Mercados.....	507
3.3.	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.....	511
3.4.	Ordem dos Advogados do Brasil e Conselhos profissionais.....	514
3.5.	Justiça Desportiva	517
3.6.	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD.....	518
3.7.	<i>Oversight Board (Meta)</i>	521
Capítulo 18 ► Ministério Público		523
1.	Introdução.....	523
2.	Organização.....	524
3.	O Conselho Nacional do Ministério Público.....	527
4.	O Ministério Público no sistema brasileiro de justiça multiportas	529
Capítulo 19 ► Defensoria Pública.....		539
1.	Introdução.....	539
2.	Organização.....	539
3.	Defensoria Pública, justiça multiportas e acesso à justiça no Brasil	541
4.	Atuação como <i>amicus curiae</i> e como <i>custos vulnerabilis</i>	546
Capítulo 20 ► Advocacia.....		549
1.	O art. 133 da Constituição Federal e a advocacia no sistema brasileiro de justiça multiportas	549
2.	A peculiaridade da advocacia para a solução consensual do problema jurídico.....	551
3.	Advocacia pública.....	553
3.1.	Organização.....	553
3.2.	A advocacia pública no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	555
Capítulo 21 ► Serventias extrajudiciais.....		563
1.	Os serviços notariais e de registro.....	563
2.	Disciplina normativa das serventias extrajudiciais	566
2.1.	Generalidades	566
2.2.	O papel do Conselho Nacional de Justiça na regulamentação das serventias extrajudiciais.....	567
3.	As serventias notariais e de registro no Código de Processo Civil	572
4.	As serventias extrajudiciais no sistema de justiça multiportas.....	573
4.1.	Serventias extrajudiciais e acesso à justiça	573
4.2.	Conciliação e mediação. Estímulo à solução consensual.....	576
4.2.1.	Generalidades	576
4.2.2.	Renegociação de dívidas protestadas e proposta de solução negocial prévia ao protesto	578
4.2.3.	Negociação alusiva a precatório e a crédito reconhecido em sentença transitada em julgado.....	579
4.3.	Cooperação interinstitucional.....	580
4.4.	Desjudicialização da execução civil	581

Capítulo 22 ► Dispute boards – comitês de resolução de disputas	583
1. Generalidades.....	583
2. Natureza jurídica.....	585
3. Espécies	587
4. Composição do comitê.....	589
5. Interação com o Poder Judiciário ou o juízo arbitral.....	590
6. Contribuições do comitê de resolução de disputas para o processo estrutural	591
Capítulo 23 ► Litigantes habituais	595
1. O litigante habitual no sistema brasileiro de justiça	595
2. Litigantes habituais e litigantes eventuais.....	596
3. O Poder Público como principal litigante habitual no Brasil	599
4. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da litigância habitual.....	601
4.1. Visão geral.....	601
4.2. Iniciativas exclusivas do próprio litigante habitual.....	602
4.3. Iniciativas de entes de controle e instituições privadas	603
4.4. Iniciativas no âmbito do Poder Judiciário.....	607
4.4.1. Ações coletivas e julgamento de casos repetitivos	607
4.4.2. Cooperação judiciária	607
4.4.2.1. Centralização de processos repetitivos	608
4.4.2.2. Protocolos institucionais com litigantes habituais.....	610
4.4.2.2.1. Generalidades.....	610
4.4.2.2.2. O caso do “Ato Trabalhista” ou plano especial de pagamento trabalhista, para a centralização de execuções contra entidades desportivas	613
4.4.2.2.3. Celebração de protocolos institucionais com litigantes habitu- ais e dever de imparcialidade.....	614
4.4.2.2.4. Protocolos institucionais com entidades responsáveis pela ma- nutenção de ODR’s.....	615
4.4.3. Mutirões de conciliação.....	615
4.4.4. Sistema Informatizado para a Resolução de Conflitos por meio da Conci- liação e Mediação – SIREC	615
4.4.5. Centros de Inteligência	616
4.4.6. Núcleos de Justiça 4.0.....	618
4.4.7. A Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário.....	618
4.4.8. Publicização do comportamento	620
5. Execuções fiscais. O julgamento do RE n. 1.355.208 pelo Supremo Tribunal Federal e a Resolução n. 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça	620
Capítulo 24 ► Litigantes vulneráveis	625
1. Generalidades.....	625
2. O Código de Processo Civil e as pessoas vulneráveis.....	626
3. A curatela especial e o dever judicial de zelar pela igualdade processual	628

4. Outras técnicas destinadas à adequação do processo para o acesso ao poder judiciário por litigantes vulneráveis.....	630
5. Algumas palavras sobre a indisponibilidade do direito e sua relação com os modos adequados de solução de problemas jurídicos.....	634
6. Pessoas com deficiência.....	637
7. Crianças e adolescentes.....	638
8. Pessoas Idosas.....	640
9. Mulheres. O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero.....	641
10. Pessoas negras. Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial.....	643
11. População LGBTQIAPN+.....	645
12. Indígenas e comunidades quilombolas.....	646
13. Pessoas em situação de rua.....	652
14. Excluídos digitais.....	654
15. Migrantes.....	656
16. Consumidores.....	656
17. Trabalhadores.....	657
Capítulo 25 ► Outros sujeitos e outras portas.....	659
1. Introdução.....	659
2. Poder Legislativo.....	660
2.1. Generalidades.....	660
2.2. Cassação de mandato.....	661
2.3. Julgamento de crimes de responsabilidade.....	661
3. Controladoria-Geral da União.....	663
4. Procon.....	665
5. Conselho Tutelar.....	666
6. Polícias.....	668
6.1. Generalidades.....	668
6.2. Mediação e conciliação.....	669
6.3. Concessão de medidas protetivas em casos de violência doméstica ou familiar... ..	671
6.4. Colaboração premiada.....	673
6.5. Conclusões.....	674
7. Escritórios de prática jurídica.....	675
8. Tribunais eclesiásticos.....	676
9. Tribunais consuetudinários e povos tradicionais.....	677
10. Associações, condomínios e grupos sociais.....	680
11. Sistema administrativo de conflitos de internet relativos a nomes de domínios “.br” (SACI-Adm).....	682

PARTE V

ALGUNS SUBSISTEMAS DE JUSTIÇA MULTIPORTAS

Capítulo 26 ► Justiça constitucional multiportas.....	689
1. A figura do guardião da Constituição.....	689
2. Manifestações do sistema de justiça multiportas na jurisdição constitucional.....	691

2.1. Premissa: interferências recíprocas entre o sistema de justiça multiportas e a jurisdição constitucional.....	691
2.2. Primeiro vetor: da justiça multiportas à jurisdição constitucional.....	691
2.3. Segundo vetor: da jurisdição constitucional à justiça multiportas. O papel da jurisdição constitucional na construção do sistema.....	692
3. Processos constitucionais e autocomposição.....	693
3.1. A promoção da solução consensual dos problemas jurídicos no âmbito da jurisdição constitucional.....	693
3.2. Exemplos.....	697
4. Deferência judicial, diálogo institucional e juízo de capacidades institucionais na jurisdição constitucional.....	703
4.1. Generalidades.....	703
4.2. Exemplos.....	704
Capítulo 27 ► Justiça eleitoral multiportas.....	707
1. Introdução.....	707
2. Compromisso de ajustamento de conduta em matéria eleitoral.....	707
3. A Resolução n. 23.478/2016 do Tribunal Superior Eleitoral e a autocomposição eleitoral.....	710
Capítulo 28 ► Justiça trabalhista multiportas.....	715
1. Introdução.....	715
2. A interação entre o Processo Civil e o Processo do Trabalho.....	715
3. A autocomposição na solução de problemas jurídicos trabalhistas.....	724
3.1. Generalidades.....	724
3.2. Autocomposição coletiva.....	725
3.3. Autocomposição coletiva e o Supremo Tribunal Federal.....	728
3.4. Autocomposição individual.....	730
3.5. Homologação judicial de acordo extrajudicial (arts. 855-B a 855-E, CLT). A Resolução n. 586/2024 do CNJ.....	736
3.6. Reclamação pré-processual. A Resolução n. 377/2024 do CSJT.....	739
3.7. Negócios processuais na Justiça do Trabalho.....	742
4. Arbitragem.....	743
5. Autotutela.....	746
Capítulo 29 ► Justiça penal multiportas.....	747
1. Introdução.....	747
2. A interação entre o Processo Civil e o Processo Penal.....	750
3. A adoção do modo adequado para a solução do problema jurídico em âmbito penal.....	752
4. O autorregramento da vontade no âmbito penal. Negócios jurídicos na justiça penal.....	756
5. Panorama normativo da consensualidade no Processo Penal.....	762
6. Institutos relevantes na justiça penal multiportas.....	767
6.1. Transação penal nos Juizados Especiais.....	767
6.2. Suspensão condicional do processo.....	768
6.3. Colaboração premiada.....	769
6.4. Acordo de leniência.....	773
6.5. Acordo de não-persecução penal.....	775

6.6. Mediação e conciliação em delegacias de polícia	777
6.7. Concessão de medidas protetivas por autoridade policial	777
7. Aplicação de sanções por povos tradicionais.....	778
8. Autotutela: a legítima defesa. O art. 345 do Código Penal	778

PARTE VI CATALISADORES

Capítulo 30 ► Cooperação judiciária e outros mecanismos de articulação institucional	783
1. Cooperação judiciária.....	783
1.1. Panorama normativo	783
1.2. Funções no sistema de justiça multiportas.....	787
1.3. Protocolos institucionais.....	788
1.3.1. Compreensão	788
1.3.2. Os protocolos institucionais na teoria das fontes do Direito Processual ...	790
2. Articulação administrativa.....	791
2.1. Generalidades. O paradigma da articulação administrativa.....	791
2.2. A introdução da figura da decisão administrativa coordenada no ordenamento jurídico brasileiro	793
2.3. Formação compartilhada de precedentes administrativos vinculantes.....	795
Capítulo 31 ► Procedimentos probatórios preparatórios	797
1. Introdução.....	797
2. Produção antecipada da prova	798
2.1. A produção antecipada da prova no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	798
2.2. Produção antecipada da prova e arbitragem.....	800
3. Elementos probatórios produzidos por comissão parlamentar de inquérito	800
4. Inquérito civil	803
5. Outros procedimentos administrativos probatórios.....	804
6. Procedimentos probatórios preparatórios e dever de apresentação das provas obtidas ...	807
Capítulo 32 ► Livre trânsito: trânsito de técnicas e trânsito entre portas	809
1. Livre trânsito de técnicas entre portas de acesso à justiça.....	809
2. Livre trânsito entre portas	811
3. Conclusões.....	816
Capítulo 33 ► Tecnologia e justiça multiportas	817
1. Introdução.....	817
2. Premissas conceituais.....	819
2.1. <i>Big data</i>	819
2.2. Algoritmo	820
2.3. Inteligência artificial	821
3. Da praça ao ático: um tribunal digital multiportas.....	822
3.1. Uma nova perspectiva para a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro.....	822
3.2. <i>Application Programming Interface</i> (API) e integração de portas de acesso à justiça	826

4. Tribunais <i>online</i> . Inteligência artificial e solução de problemas jurídicos.....	827
4.1. Generalidades	827
4.2. Aplicações da inteligência artificial no Poder Judiciário	829
4.3. Inteligência artificial e função decisória. “Tribunais algorítmicos”	831
5. <i>Online dispute resolution</i> (ODR).....	834
5.1. Generalidades	834
5.2. Modalidades de <i>online dispute resolution</i>	837
5.3. <i>Online dispute prevention</i>	838
6. A tecnologia <i>blockchain</i>	838
7. <i>Smart contracts</i>	840
7.1. Generalidades	840
7.2. <i>Smart contracts</i> e arbitragem	841
7.2.1. A tecnologia na arbitragem	841
7.2.2. <i>Multi-signature address</i>	842
7.2.3. <i>Blockchain oracles</i>	843
7.2.4. <i>Crowdsourced arbitration</i>	843
7.3. <i>Blockchain</i> , <i>tokens</i> e <i>smart contracts</i> nas serventias extrajudiciais.....	845
7.3.1. O uso da tecnologia <i>blockchain</i> nas serventias extrajudiciais	845
7.3.2. <i>Tokenização</i> e serventias extrajudiciais	846
7.3.2.1. Generalidades.....	846
7.3.2.2. A <i>tokenização</i> e os direitos sobre os imóveis.....	848
7.3.3. <i>Smart contracts</i> e serventias extrajudiciais	850
7.4. <i>Smart contracts</i> e autotutela.....	850
7.4.1. “Mitos” sobre os <i>smart contracts</i>	851
7.4.1.1. Relação necessária com o cumprimento totalmente automatizado	851
7.4.1.2. Eliminação de ambiguidades	851
7.4.1.3. Eliminação da possibilidade de ocorrência de problemas jurídicos.....	853
7.4.2. Contribuições dos <i>smart contracts</i> para a autotutela de origem convencional.....	853
8. Jurimetria e justiça multiportas	854
Capítulo 34 ► Negócios sobre o processo de solução de um problema jurídico	859
1. Notas sobre a relação entre a liberdade e os métodos de solução de problemas jurídicos.....	859
2. Criação de novas portas de acesso à justiça.....	862
3. Interação entre portas de acesso à justiça: os negócios multiportas.....	863
4. Pacto de <i>non petendo</i> e os negócios multiportas.....	866
5. Interpretação dos negócios sobre a solução de um problema jurídico. Negócios de certificação	870
6. Negócios sobre o modo de solução de um problema jurídico no âmbito do processo administrativo.....	874
7. Administração judiciária negocial e o Conselho Nacional de Justiça: negócios processuais de administração da justiça.....	876

7.1. Observação inicial	876
7.2. O Conselho Nacional de Justiça e a cláusula geral de negociação processual do CPC.....	877
Capítulo 35 ▶ Design de solução de problemas jurídicos.....	879
1. Introdução.....	879
2. Abrangência do <i>design</i> de solução de problemas jurídicos.....	880
3. Etapas do <i>design</i> de solução de problemas jurídicos.....	881
3.1. Generalidades	881
3.2. Realização do diagnóstico	883
3.3. Definição do modo mais adequado para a solução do problema jurídico	886
3.4. Execução e revisão.....	889
4. Algumas variáveis relevantes.....	889
PARTE VII	
ENSINO SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS NO BRASIL	
Capítulo 36 ▶ Ensino (graduação e pós-graduação)	895
1. Nota introdutória.....	895
2. Panorama do ensino sobre o sistema de justiça multiportas no Brasil.....	896
3. Posição da disciplina <i>Introdução ao Sistema Brasileiro de Justiça</i> na grade curricular na graduação em Direito e relação com outras disciplinas	898
4. Conteúdo da disciplina <i>Introdução ao Sistema Brasileiro de Justiça</i>	900
4.1. Conceitos elementares.....	900
4.2. Características do sistema.....	901
4.3. Modos de solução de problemas jurídicos	901
4.4. Sujeitos do sistema brasileiro de justiça multiportas	901
4.5. Institutos catalisadores do sistema.....	901
4.6. Tecnologia e sistema de justiça.....	902
5. Proposta de disciplina na graduação em Direito.....	902
6. A disciplina <i>Sistema Brasileiro de Justiça</i> como componente curricular no mestrado e no doutorado em Direito	903
7. Conclusões	903
Referências bibliográficas	905
LINHA DO TEMPO I ▶ Estruturação normativa do sistema de justiça multiportas	
Atos normativos gerais (1966-)	943
LINHA DO TEMPO II ▶ Desenvolvimento jurisprudencial do sistema de justiça multiportas	
Decisões STF e STJ (1971-)	947
ENUNCIADOS	951

Fredie Didier Jr.

Ravi Peixoto

Código de
**PROCESSO CIVIL
E LEGISLAÇÃO
EXTRAORDINÁRIA
ANOTADOS**

12^a
Edição

revista
atualizada
ampliada

2025

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

ÍNDICE

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 2015 LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015

PARTE GERAL	21
LIVRO I – DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS	21
TÍTULO ÚNICO – DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS	21
• CAPÍTULO I – DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	21
<i>Arts. 1º a 12</i>	
• CAPÍTULO II – DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS	35
<i>Arts. 13 a 15</i>	
LIVRO II – DA FUNÇÃO JURISDICIONAL	37
TÍTULO I – DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO	37
<i>Arts. 16 a 20</i>	
TÍTULO II – DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	40
• CAPÍTULO I – DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	40
<i>Arts. 21 a 25</i>	
• CAPÍTULO II – DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	43
– Seção I – Disposições Gerais	43
<i>Arts. 26 a 27</i>	
– Seção II – Do Auxílio Direto	45
<i>Arts. 28 a 34</i>	
– Seção III – Da Carta Rogatória	46
<i>Arts. 35 a 36</i>	
– Seção IV – Disposições Comuns às Seções Anteriores	46
<i>Arts. 37 a 41</i>	
TÍTULO III – DA COMPETÊNCIA INTERNA	47
• CAPÍTULO I – DA COMPETÊNCIA	47
– Seção I – Disposições Gerais	47
<i>Arts. 42 a 53</i>	

– Seção II – Da Modificação da Competência.....	57
<i>Arts. 54 a 63</i>	
– Seção III – Da Incompetência.....	60
<i>Arts. 64 a 66</i>	
• CAPÍTULO II – DA COOPERAÇÃO NACIONAL.....	62
<i>Arts. 67 a 69</i>	
LIVRO III – DOS SUJEITOS DO PROCESSO.....	65
TÍTULO I – DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	65
• CAPÍTULO I – DA CAPACIDADE PROCESSUAL.....	65
<i>Arts. 70 a 76</i>	
• CAPÍTULO II – DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES.....	72
– Seção I – Dos Deveres.....	72
<i>Arts. 77 e 78</i>	
– Seção II – Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual.....	74
<i>Arts. 79 a 81</i>	
– Seção III – Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas.....	77
<i>Arts. 82 a 97</i>	
– Seção IV – Da Gratuidade da Justiça.....	101
<i>Arts. 98 a 102</i>	
• CAPÍTULO III – DOS PROCURADORES.....	110
<i>Arts. 103 a 107</i>	
• CAPÍTULO IV – DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	117
<i>Arts. 108 a 112</i>	
TÍTULO II – DO LITISCONSÓRCIO.....	119
<i>Arts. 113 a 118</i>	
TÍTULO III – DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	123
• CAPÍTULO I – DA ASSISTÊNCIA.....	123
– Seção I – Disposições Comuns.....	123
<i>Arts. 119 e 120</i>	
– Seção II – Da Assistência Simples.....	124
<i>Arts. 121 a 123</i>	
– Seção III – Da Assistência Litisconsorcial.....	125
<i>Art. 124</i>	
• CAPÍTULO II – DA DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	125
<i>Arts. 125 a 129</i>	
• CAPÍTULO III – DO CHAMAMENTO AO PROCESSO.....	128
<i>Arts. 130 a 132</i>	
• CAPÍTULO IV – DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA....	130
<i>Arts. 133 a 137</i>	
• CAPÍTULO V – DO <i>AMICUS CURIAE</i>	135
<i>Art. 138</i>	

TÍTULO IV – DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	139
• CAPÍTULO I – DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ	139
<i>Arts. 139 a 143</i>	
• CAPÍTULO II – DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO	144
<i>Arts. 144 a 148</i>	
• CAPÍTULO III – DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	149
<i>Art. 149</i>	
– Seção I – Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça	150
<i>Arts. 150 a 155</i>	
– Seção II – Do Perito	152
<i>Arts. 156 a 158</i>	
– Seção III – Do Depositário e do Administrador	153
<i>Arts. 159 a 161</i>	
– Seção IV – Do Intérprete e do Tradutor	154
<i>Arts. 162 a 164</i>	
– Seção V – Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais	155
<i>Arts. 165 a 175</i>	
TÍTULO V – DO MINISTÉRIO PÚBLICO	165
<i>Arts. 176 a 181</i>	
TÍTULO VI – DA ADVOCACIA PÚBLICA	169
<i>Arts. 182 a 184</i>	
TÍTULO VII – DA DEFENSORIA PÚBLICA	172
<i>Arts. 185 a 187</i>	
LIVRO IV – DOS ATOS PROCESSUAIS	174
TÍTULO I – DA FORMA, DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	174
• CAPÍTULO I – DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS	174
– Seção I – Dos Atos em Geral	174
<i>Arts. 188 a 192</i>	
– Seção II – Da Prática Eletrônica de Atos Processuais	183
<i>Arts. 193 a 199</i>	
– Seção III – Dos Atos das Partes	185
<i>Arts. 200 a 202</i>	
– Seção IV – Dos Pronunciamentos do Juiz	187
<i>Arts. 203 a 205</i>	
– Seção V – Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	188
<i>Arts. 206 a 211</i>	
• CAPÍTULO II – DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	189
– Seção I – Do Tempo	189
<i>Arts. 212 a 216</i>	
– Seção II – Do Lugar	192
<i>Art. 217</i>	

• CAPÍTULO III – DOS PRAZOS.....	192
– Seção I – Disposições Gerais.....	192
<i>Arts. 218 a 232</i>	
– Seção II – Da Verificação dos Prazos e das Penalidades.....	202
<i>Arts. 233 a 235</i>	
TÍTULO II – DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	203
• CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	203
<i>Arts. 236 e 237</i>	
• CAPÍTULO II – DA CITAÇÃO.....	204
<i>Arts. 238 a 259</i>	
• CAPÍTULO III – DAS CARTAS.....	215
<i>Arts. 260 a 268</i>	
• CAPÍTULO IV – DAS INTIMAÇÕES.....	218
<i>Arts. 269 a 275</i>	
TÍTULO III – DAS NULIDADES.....	221
<i>Arts. 276 a 283</i>	
TÍTULO IV – DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO.....	223
<i>Arts. 284 a 290</i>	
TÍTULO V – DO VALOR DA CAUSA.....	226
<i>Arts. 291 a 293</i>	
LIVRO V – DA TUTELA PROVISÓRIA.....	228
TÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	228
<i>Arts. 294 a 299</i>	
TÍTULO II – DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	231
• CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	231
<i>Arts. 300 a 302</i>	
• CAPÍTULO II – DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁ- TER ANTECEDENTE.....	235
<i>Arts. 303 e 304</i>	
• CAPÍTULO III – DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE.....	238
<i>Arts. 305 a 310</i>	
TÍTULO III – DA TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	241
<i>Art. 311</i>	
LIVRO VI – DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	243
TÍTULO I – DA FORMAÇÃO DO PROCESSO.....	243
<i>Art. 312</i>	
TÍTULO II – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO.....	243
<i>Arts. 313 a 315</i>	
TÍTULO III – DA EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	248
<i>Arts. 316 e 317</i>	

PARTE ESPECIAL

LIVRO I – DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	248
TÍTULO I – DO PROCEDIMENTO COMUM	248
• CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	248
<i>Art. 318</i>	
• CAPÍTULO II – DA PETIÇÃO INICIAL	249
– Seção I – Dos Requisitos da Petição Inicial	249
<i>Arts. 319 a 321</i>	
– Seção II – Do Pedido	252
<i>Arts. 322 a 329</i>	
– Seção III – Do Indeferimento da Petição Inicial	257
<i>Arts. 330 e 331</i>	
• CAPÍTULO III – DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO	259
<i>Art. 332</i>	
• CAPÍTULO IV – DA CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA	261
<i>Art. 333</i>	
• CAPÍTULO V – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO	261
<i>Art. 334</i>	
• CAPÍTULO VI – DA CONTESTAÇÃO	265
<i>Arts. 335 a 342</i>	
• CAPÍTULO VII – DA RECONVENÇÃO	271
<i>Art. 343</i>	
• CAPÍTULO VIII – DA REVELIA	273
<i>Arts. 344 a 346</i>	
• CAPÍTULO IX – DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO	275
<i>Art. 347</i>	
– Seção I – Da Não Incidência dos Efeitos da Revelia	276
<i>Arts. 348 e 349</i>	
– Seção II – Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor	276
<i>Art. 350</i>	
– Seção III – Das Alegações do Réu	276
<i>Arts. 351 a 353</i>	
• CAPÍTULO X – DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	277
– Seção I – Da Extinção do Processo	277
<i>Art. 354</i>	
– Seção II – Do Julgamento Antecipado do Mérito	278
<i>Art. 355</i>	
– Seção III – Do Julgamento Antecipado Parcial do Mérito	278
<i>Art. 356</i>	
– Seção IV – Do Saneamento e da Organização do Processo	280
<i>Art. 357</i>	

• CAPÍTULO XI – DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	283
<i>Arts. 358 a 368</i>	
• CAPÍTULO XII – DAS PROVAS.....	286
– Seção I – Disposições Gerais.....	286
<i>Arts. 369 a 380</i>	
– Seção II – Da Produção Antecipada da Prova.....	295
<i>Arts. 381 a 383</i>	
– Seção III – Da Ata Notarial.....	299
<i>Art. 384</i>	
– Seção IV – Do Depoimento Pessoal	299
<i>Arts. 385 a 388</i>	
– Seção V – Da Confissão.....	301
<i>Arts. 389 a 395</i>	
– Seção VI – Da Exibição de Documento ou Coisa.....	302
<i>Arts. 396 a 404</i>	
– Seção VII – Da Prova Documental.....	306
Subseção I – Da Força Probante dos Documentos.....	306
<i>Arts. 405 a 429</i>	
Subseção II – Da Arguição de Falsidade	315
<i>Arts. 430 a 433</i>	
Subseção III – Da Produção da Prova Documental.....	315
<i>Arts. 434 a 438</i>	
– Seção VIII – Dos Documentos Eletrônicos	317
<i>Arts. 439 a 441</i>	
– Seção IX – Da Prova Testemunhal.....	318
Subseção I – Da Admissibilidade e do Valor da Prova Testemunhal	318
<i>Arts. 442 a 449</i>	
Subseção II – Da Produção da Prova Testemunhal.....	322
<i>Arts. 450 a 463</i>	
– Seção X – Da Prova Pericial	327
<i>Arts. 464 a 480</i>	
– Seção XI – Da Inspeção Judicial.....	333
<i>Arts. 481 a 484</i>	
• CAPÍTULO XIII – DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA	333
– Seção I – Disposições Gerais.....	333
<i>Arts. 485 a 488</i>	
– Seção II – Dos Elementos e dos Efeitos da Sentença	338
<i>Arts. 489 a 495</i>	
– Seção III – Da Remessa Necessária	348
<i>Art. 496</i>	
– Seção IV – Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa.....	351
<i>Arts. 497 a 501</i>	
– Seção V – Da Coisa Julgada.....	354
<i>Arts. 502 a 508</i>	

• CAPÍTULO XIV – DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	361
<i>Arts. 509 a 512</i>	
TÍTULO II – DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	363
• CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	363
<i>Arts. 513 a 519</i>	
• CAPÍTULO II – DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	368
<i>Arts. 520 a 522</i>	
• CAPÍTULO III – DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	372
<i>Arts. 523 a 527</i>	
• CAPÍTULO IV – DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS.....	382
<i>Arts. 528 a 533</i>	
• CAPÍTULO V – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA.....	389
<i>Arts. 534 e 535</i>	
• CAPÍTULO VI – DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA.....	393
– Seção I – Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer.....	393
<i>Arts. 536 e 537</i>	
– Seção II – Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa.....	398
<i>Art. 538</i>	
TÍTULO III – DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	398
• CAPÍTULO I – DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	398
<i>Arts. 539 a 549</i>	
• CAPÍTULO II – DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	403
<i>Arts. 550 a 553</i>	
• CAPÍTULO III – DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	407
– Seção I – Disposições Gerais.....	407
<i>Arts. 554 a 559</i>	
– Seção II – Da Manutenção e da Reintegração de Posse.....	410
<i>Arts. 560 a 566</i>	
– Seção III – Do Interdito Proibitório.....	412
<i>Arts. 567 e 568</i>	
• CAPÍTULO IV – DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	413
– Seção I – Disposições Gerais.....	413
<i>Arts. 569 a 573</i>	
– Seção II – Da Demarcação.....	415
<i>Arts. 574 a 587</i>	

– Seção III – Da Divisão.....	417
<i>Arts. 588 a 598</i>	
• CAPÍTULO V – DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	420
<i>Arts. 599 a 609</i>	
• CAPÍTULO VI – DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA.....	424
– Seção I – Disposições Gerais.....	424
<i>Arts. 610 a 614</i>	
– Seção II – Da Legitimidade para Requerer o Inventário.....	427
<i>Arts. 615 e 616</i>	
– Seção III – Do Inventariante e das Primeiras Declarações.....	427
<i>Arts. 617 a 625</i>	
– Seção IV – Das Citações e das Impugnações.....	431
<i>Arts. 626 a 629</i>	
– Seção V – Da Avaliação e do Cálculo do Imposto.....	432
<i>Arts. 630 a 638</i>	
– Seção VI – Das Colações.....	434
<i>Arts. 639 a 641</i>	
– Seção VII – Do Pagamento das Dívidas.....	435
<i>Arts. 642 a 646</i>	
– Seção VIII – Da Partilha.....	437
<i>Arts. 647 a 658</i>	
– Seção IX – Do Arrolamento.....	441
<i>Arts. 659 a 667</i>	
– Seção X – Disposições Comuns a Todas as Seções.....	444
<i>Arts. 668 a 673</i>	
• CAPÍTULO VII – DOS EMBARGOS DE TERCEIRO.....	446
<i>Arts. 674 a 681</i>	
• CAPÍTULO VIII – DA OPOSIÇÃO.....	451
<i>Arts. 682 a 686</i>	
• CAPÍTULO IX – DA HABILITAÇÃO.....	452
<i>Arts. 687 a 692</i>	
• CAPÍTULO X – DAS AÇÕES DE FAMÍLIA.....	453
<i>Arts. 693 a 699-A</i>	
• CAPÍTULO XI – DA AÇÃO MONITÓRIA.....	457
<i>Arts. 700 a 702</i>	
• CAPÍTULO XII – DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL.....	461
<i>Arts. 703 a 706</i>	
• CAPÍTULO XIII – DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA.....	463
<i>Arts. 707 a 711</i>	
• CAPÍTULO XIV – DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	464
<i>Arts. 712 a 718</i>	
• CAPÍTULO XV – DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	466
– Seção I – Disposições Gerais.....	466
<i>Arts. 719 a 725</i>	

– Seção II – Da Notificação e da Interpelação	468
<i>Arts. 726 a 729</i>	
– Seção III – Da Alienação Judicial	469
<i>Art. 730</i>	
– Seção IV – Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio.....	469
<i>Arts. 731 a 734</i>	
– Seção V – Dos Testamentos e dos Codicilos.....	471
<i>Arts. 735 a 737</i>	
– Seção VI – Da Herança Jacente	472
<i>Arts. 738 a 743</i>	
– Seção VII – Dos Bens dos Ausentes	474
<i>Arts. 744 e 745</i>	
– Seção VIII – Das Coisas Vagas.....	475
<i>Art. 746</i>	
– Seção IX – Da Interdição.....	476
<i>Arts. 747 a 758</i>	
– Seção X – Disposições Comuns à Tutela e à Curatela	481
<i>Arts. 759 a 763</i>	
– Seção XI – Da Organização e da Fiscalização das Fundações.....	482
<i>Arts. 764 e 765</i>	
– Seção XII – Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo	483
<i>Arts. 766 a 770</i>	
LIVRO II – DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	484
TÍTULO I – DA EXECUÇÃO EM GERAL.....	484
• CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	484
<i>Arts. 771 a 777</i>	
• CAPÍTULO II – DAS PARTES.....	488
<i>Arts. 778 a 780</i>	
• CAPÍTULO III – DA COMPETÊNCIA.....	490
<i>Arts. 781 e 782</i>	
• CAPÍTULO IV – DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO.....	492
– Seção I – Do Título Executivo.....	492
<i>Arts. 783 a 785</i>	
– Seção II – Da Exigibilidade da Obrigação.....	497
<i>Arts. 786 a 788</i>	
• CAPÍTULO V – DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	497
<i>Arts. 789 a 796</i>	
TÍTULO II – DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....	504
• CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	504
<i>Arts. 797 a 805</i>	

• CAPÍTULO II – DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA.....	512
– Seção I – Da Entrega de Coisa Certa	512
<i>Arts. 806 a 810</i>	
– Seção II – Da Entrega de Coisa Incerta.....	513
<i>Arts. 811 a 813</i>	
• CAPÍTULO III – DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER.....	514
– Seção I – Disposições Comuns.....	514
<i>Art. 814</i>	
– Seção II – Da Obrigação de Fazer	514
<i>Arts. 815 a 821</i>	
– Seção III – Da Obrigação de Não Fazer.....	516
<i>Arts. 822 e 823</i>	
• CAPÍTULO IV – DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	516
– Seção I – Disposições Gerais.....	516
<i>Arts. 824 a 826</i>	
– Seção II – Da Citação do Devedor e do Arresto	517
<i>Arts. 827 a 830</i>	
– Seção III – Da Penhora, do Depósito e da Avaliação	521
Subseção I – Do Objeto da Penhora	521
<i>Arts. 831 a 836</i>	
Subseção II – Da Documentação da Penhora, de seu Registro e do Depósito.....	531
<i>Arts. 837 a 844</i>	
Subseção III – Do Lugar de Realização da Penhora	534
<i>Arts. 845 e 846</i>	
Subseção IV – Das Modificações da Penhora	536
<i>Arts. 847 a 853</i>	
Subseção V – Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira.....	538
<i>Art. 854</i>	
Subseção VI – Da Penhora de Créditos	540
<i>Arts. 855 a 860</i>	
Subseção VII – Da Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas	542
<i>Art. 861</i>	
Subseção VIII – Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes	543
<i>Arts. 862 a 865</i>	
Subseção IX – Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa.....	544
<i>Art. 866</i>	
Subseção X – Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel.....	545
<i>Arts. 867 a 869</i>	
Subseção XI – Da Avaliação	546
<i>Arts. 870 a 875</i>	
– Seção IV – Da Expropriação de Bens.....	547
Subseção I – Da Adjudicação	547
<i>Arts. 876 a 878</i>	

Subseção II – Da Alienação	549
<i>Arts. 879 a 903</i>	
– Seção V – Da Satisfação do Crédito	561
<i>Arts. 904 a 909</i>	
• CAPÍTULO V – DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	565
<i>Art. 910</i>	
• CAPÍTULO VI – DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	572
<i>Arts. 911 a 913</i>	
TÍTULO III – DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	573
<i>Arts. 914 a 920</i>	
TÍTULO IV – DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	580
• CAPÍTULO I – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	580
<i>Arts. 921 a 923</i>	
• CAPÍTULO II – DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	583
<i>Arts. 924 e 925</i>	
LIVRO III – DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	584
TÍTULO I – DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS.....	584
• CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	584
<i>Arts. 926 a 928</i>	
• CAPÍTULO II – DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL.....	593
<i>Arts. 929 a 946</i>	
• CAPÍTULO III – DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	612
<i>Art. 947</i>	
• CAPÍTULO IV – DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	616
<i>Arts. 948 a 950</i>	
• CAPÍTULO V – DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA	620
<i>Arts. 951 a 959</i>	
• CAPÍTULO VI – DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA	622
<i>Arts. 960 a 965</i>	
• CAPÍTULO VII – DA AÇÃO RESCISÓRIA	628
<i>Arts. 966 a 975</i>	
• CAPÍTULO VIII – DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	642
<i>Arts. 976 a 987</i>	
• CAPÍTULO IX – DA RECLAMAÇÃO	656
<i>Arts. 988 a 993</i>	
TÍTULO II – DOS RECURSOS.....	662
• CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	662
<i>Arts. 994 a 1.008</i>	

• CAPÍTULO II – DA APELAÇÃO	674
<i>Arts. 1.009 a 1.014</i>	
• CAPÍTULO III – DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	681
<i>Arts. 1.015 a 1.020</i>	
• CAPÍTULO IV – DO AGRAVO INTERNO	690
<i>Art. 1.021</i>	
• CAPÍTULO V – DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	694
<i>Arts. 1.022 a 1.026</i>	
• CAPÍTULO VI – DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	704
– Seção I – Do Recurso Ordinário	704
<i>Arts. 1.027 e 1.028</i>	
– Seção II – Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial	706
Subseção I – Disposições Gerais.....	706
<i>Arts. 1.029 a 1.035</i>	
Subseção II – Do Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos.....	720
<i>Arts. 1.036 a 1.041</i>	
– Seção III – Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	732
<i>Art. 1.042</i>	
– Seção IV – Dos Embargos de Divergência	735
<i>Arts. 1.043 e 1.044</i>	

LIVRO COMPLEMENTAR – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 741

Arts. 1.045 a 1.072

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA DE ARTIGOS (CPC 2015 X CPC 1973) 765

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA DE ARTIGOS (CPC/1973 X CPC/2015)..... 783

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/2015) 801

ANEXOS

JUIZADOS ESPECIAIS..... 861

- LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995
- LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001
- LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.....

LEIS DA FAZENDA PÚBLICA 909

- LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992
- LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980
- LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.....